



**instituto de
economia**



**Centro de
Altos Estudos
Brasil Século XXI**

TRINTA E UM ANOS DE ECONOMIA BRASILEIRA 1995/2025

**Gerson Gomes
Carlos Antônio Silva da Cruz**

Campinas, SP / Brasília-DF, junho 2026

Gomes, Gerson

Trinta e um anos de economia brasileira : 1995/2025 / Gerson Gomes, Carlos Antônio Silva da Cruz. – Campinas, SP : Unicamp. IE ; Brasília, DF : Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2026.

240 p.

ISBN 978-65-84193-22-2

1. Economia brasileira. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Política econômica – Brasil. 4. Desigualdade social – Brasil. 5. Comércio exterior – Brasil. 6. Transição ecológica – Brasil. I. Cruz, Carlos Antônio Silva da. II. Título.

CDD – 330.981
G633t

INTRODUÇÃO

A nova forma de apresentação dos dados utilizada na presente edição está baseada na ideia de agrupá-los em blocos de problemas/desafios cuja permanência ao longo do tempo constitui um rasgo característico da economia brasileira e pano de fundo do movimento de avanços e retrocessos ocorrido durante os últimos 31 anos. Esse movimento é expressão e desdobramentos daquilo que Celso Furtado, analisando a realidade e as perspectivas da economia brasileira nos anos 90 do século passado, chamou, com clareza e propriedade, de “construção interrompida”.

Referia-se Furtado ao esforço de construção, a partir dos anos 30 e intensificado no pós-guerra, de um sistema econômico nacional, alicerçado no desenvolvimento industrial e na intervenção estatal de promoção e planejamento do desenvolvimento econômico e social, que abriria caminho para a superação dos problemas estruturais do país. Problemas que, na sua maior parte, trazem em seu DNA as marcas da matriz de nossa formação histórica, caracterizada pela inserção subordinada na economia internacional e a especialização primária-exportadora a ela associada, pelo sistema de organização da produção baseado no grande latifúndio e na escravização da força de trabalho e pelo caráter autoritário e elitista do sistema político que embasou esse modelo, inclusive depois da ruptura do pacto colonial.

Para Furtado, essa construção teria sido interrompida pelo avanço das políticas neoliberais baseadas na abertura e desregulamentação da economia, fortalecimento do livre-mercado, redução do papel do Estado no domínio econômico e financeirização da economia mundial com livre movimentação dos fluxos de capital que levaram ao aumento da instabilidade e das incertezas quanto ao futuro do Brasil e dos países de menor desenvolvimento relativo.

O livro de Furtado foi publicado em 1992, no auge da ofensiva neoliberal, que prometia, além do fim da história, a inauguração de uma era de paz, prosperidade e liberdade para todos. Um olhar retrospectivo sobre a evolução da economia mundial nas últimas décadas e, particularmente, sobre a tendências políticas dominantes na atualidade mostra uma realidade bastante diferente desse prognóstico. A pobreza e a desigualdade social aumentaram, o baixo crescimento econômico tornou-se padrão, degradaram-se as condições de trabalho e a proteção social dos trabalhadores, naturalizou-se a guerra e o desrespeito a direitos e conquistas civilizatórias e recrudesceram as ameaças à democracia e ao estado de direito.

O caso brasileiro ilustra como a dificuldade política de ruptura da hegemonia neoliberal e construção de um modelo alternativo de organização e gestão da economia coloca os governos não comprometidos com ortodoxia dominante em uma camisa de força que limita o alcance, a profundidade e a continuidade de suas políticas. Isso dá origem a um quadro contraditório de avanços limitados e retrocessos que remete às angústias e incertezas assinaladas por Furtado e, no marco do contexto geopolítico atual, torna mais complexa e árdua a tarefa de construção de um projeto nacional rumo a uma sociedade mais próspera, justa e democrática no Brasil.

A partir dessa perspectiva, o primeiro grande bloco de dados e indicadores desta edição trata da questão central do **crescimento econômico e da transformação produtiva** e de seus reflexos sobre o emprego e as condições de trabalho. Alguns dos dados apresentados são reveladores da natureza e magnitude dos problemas e desafios a serem enfrentados neste âmbito. O PIB brasileiro, por exemplo, aumentou modestos 102,55% entre 1995 e 2025, uma taxa média anual de 2,3%. A exceção relevante dentro dessa trajetória foi o período 2003/2010, quando o PIB real cresceu, em média, 3,52% anuais (2003/2006) e 4,64% (2007/2010). Depois disso a melhor taxa de crescimento é a dos últimos três (2023/2025), de 2,97%. Excluindo da série de 31 anos esses 11 anos, a taxa média anual de crescimento nos 20 anos restantes foi de apenas 1,49%. Nenhuma nação no mundo superou sua condição de atraso relativo com taxas de crescimento dessa ordem. Não por acaso o auge da construção da base industrial brasileira e da expansão da economia teve como pano de fundo uma média de crescimento superior a sete por cento anuais (1946/1980).

Diversos fatores externos incidiram sobre a evolução da economia no período: as crises mexicana (1995) e asiática (1997) e a moratória russa (1998/99) que culminaram com a elevação brutal da taxa interna de juros, a derrocada da política de câmbio fixo e o estabelecimento do sistema de metas de inflação em 1999; a crise do “subprime” nos Estados Unidos e sua propagação à escala global que impactou o Brasil em 2009 e cujos efeitos defasados sobre a economia e o comércio mundiais voltaram a afetar a economia brasileira em 2012/2013 e, junto com a crise política interna, levaram à recessão dos anos 2015/16; a pandemia do COVID 19 que golpeou fortemente a economia mundial e se traduziu na queda 3,3% no PIB brasileiro em 2020.

Também existiram fatores internos relevantes que limitaram a expansão da economia. Dois deles merecem destaque:

- i. o acentuado declínio do investimento público federal provocado pelo processo privatização parcial ou total das empresas estatais e pelos sucessivos ajustes fiscais impostos pelas políticas restritivas de corte neoliberal, que convergiram para redução expressiva da capacidade de investimento do Estado brasileiro. Uma primeira onda regressiva ocorre entre 1995 e 2004, quando o investimento público federal, como porcentagem do PIB, cai de 2,02 para 1,22%. A partir daí há uma forte expansão que atinge seu máximo em 2010 (2,71%), se mantém com oscilações até 2013 (2,58%) e em seguida despenca até 2022 (0,76%). Nos últimos três anos do período há uma recuperação (1,19% em 2025) ainda bastante distante dos índices alcançados anteriormente;]
- ii. a hierarquização do “mercado” e das autoridades monetárias, cuja autonomia (em relação ao governo) na definição de variáveis críticas do funcionamento da economia se traduz, por exemplo, na fixação de metas de inflação baixas e na manutenção de taxas de juros elevadas, que engordam o rentismo financeiro e restringem a expansão da produção e dos investimentos no mundo real.

É importante destacar que, apesar de tudo isso, o Brasil se manteve como a nona economia do mundo em 2025 e logrou uma taxa média de crescimento no período pós crise 2009 e pandemia de 1,6% anuais, à frente do Japão, da Alemanha, da França, da Itália, do Reino Unido e da Rússia.

Com relação ao PIB per capita a situação é menos favorável. Ocupamos a octogésima-sétima posição, com 22.238 dólares internacionais (PPC 2025) por ano, aproximadamente a quarta parte do valor correspondente aos Estados Unidos, que ocupa a 10 posição. No período 1995/2025 o PIB real per capita brasileiro acumulou um crescimento de 48,5%, correspondente a uma taxa média anual de crescimento da ordem 1,28 %. Com essa taxa de crescimento se necessitariam 55 anos para dobrar o PIB real per capita do país.

O processo de crescimento foi acompanhado por mudanças não lineares na estrutura setorial da economia, com o maior crescimento relativo das atividades primárias (agropecuária e a indústria extrativa) e redução relativa da indústria de transformação e da construção civil. É interessante notar que, com exceção da construção civil, não houve rupturas

relevantes na estrutura setorial da economia. A indústria de transformação, por exemplo, manteve-se relativamente estável em torno a 12 e 13% do valor adicionado bruto corrente durante os anos 1996 a 2002, subindo um degrau entre 2003 e 2009 (entre 14 e 15% do VABC). Depois da crise de 2009, que golpeou fortemente a produção industrial (o PIB da indústria caiu 4,7% em 2009, contra -0,13 do PIB total) sua participação se deteriora progressivamente, passando por um mínimo (10,3% do VABC em 2019) mas, nos quatro anos finais do período, volta a um patamar próximo ao inicial (em torno a 12,0% do VABC).

A maior variação, embora em uma trajetória bastante oscilante, verificou-se na indústria extrativa, que partindo de um nível bastante baixo no período 1995/99 (em torno a 0,6% do VABC) salta para 3,6% no quadriênio 2011/2014 e, depois de idas e vindas, atinge 4,7% no biênio 2021/22, voltando a cair para algo em torno a 3,5% nos três anos finais do período.

A maior regressão ocorreu na indústria da construção civil, cuja participação no VABC manteve-se relativamente estável no período 1995/2000 (entre 6 e 7%), declinou até 2008 (3,7%), experimentou uma relativa recuperação até 2013 (5,5%) e a partir de 2014 iniciou uma queda livre que fechou 2025 em 3,2% do VABC.

Da ótica do emprego, apesar da baixa taxa de crescimento médio da economia, foram logrados avanços relevantes. A população efetivamente empregada aumentou em 53,3% no período, atingindo um total de 103 milhões de pessoas. A taxa de desemprego aberto, que havia crescido consistentemente durante os anos iniciais do período e atingido 12,1% em 1999 sofreu uma drástica redução durante o período 2003/2011, fechando este último ano em 4,7%. Em 2012 houve mudança na metodologia de aferição do desemprego aberto e a taxa aumentou, mantendo-se a em torno 7,2% no triênio 2012/2014, voltando a crescer a partir de 2015, atingindo um máximo de 14,0% em 2020. A partir daí se inicia um movimento de redução que culmina no triênio 2023/25 com uma taxa, ao final do período, de 5,8%.

O segundo grande bloco, relativo à inserção externa do país, agrupa dados sobre a **abertura comercial e financeira da economia brasileira**. Em termos agregados, 1995/2025 é um período de forte expansão do comércio mundial de bens, associada em grande parte à emergência da China como potência econômica e comercial. O valor das exportações mundiais de bens mais que duplicou no período passando de 12 para 26,3 trilhões de dólares, em uma trajetória praticamente contínua, só interrompida pelos efeitos imediatos (2009) e defasados (2015/16) da crise financeira global desencadeada a partir do estouro da bolha imobiliária norte-americana.

O Brasil surfou nessa onda expansiva e se beneficiou da explosão dos preços das commodities a partir de 2003/04. As exportações brasileiras de bens, medidas em quantidade, se expandiram em torno a 300% no acumulado do período. Medidas em valor, o incremento foi da ordem 700%. Em consequência, o coeficiente de abertura comercial do país saltou de um patamar relativamente estável no quadriênio 1995/98 em torno a 12,5%, para um coeficiente médio de 27,5% no triênio 2023/2025, depois de atingir um pico de 32% nos anos 2021/22. Do mesmo modo que no plano global, essa trajetória não foi isenta oscilações particularmente significativas no quadriênio 2012/15.

Em conexão com esse processo é importante destacar quatro aspectos:

- i. A China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, respondendo por 28,7% das exportações e 25,3% das importações brasileiras, deslocando a União Europeia e os Estados Unidos como destinos principais das nossas exportações e a União Europeia com origem principal das nossas importações;
- ii. Gerou-se um persistente aumento do saldo da nossa balança comercial, negativo até 2001, registrando dois ciclos expansivos: o primeiro de 2004 a 2007, quando o saldo atinge 44/45 bilhões de dólares em 2005/6 e o segundo, mais expressivo, entre 2016 e 2025, que passa por um pico de 98,9 bilhões em 2023, fechando os dois últimos anos do período com um saldo médio de 71,2 bilhões de dólares;
- iii. Apesar da forte expansão das exportações da indústria de transformação, que passa de um valor médio de US\$ 40 bilhões no quinquênio 1995/99 para um valor médio de US\$ 182,4 bilhões no triênio 2023/2025, o peso dos produtos industriais no total das exportações, em termos médios nesses mesmos subperíodos, caiu de 81,8% para 53,4%. Houve, portanto, um processo de reprimarização da pauta de exportações cujo significado se torna mais explícito quando utilizamos os dados relativos aos principais produtos exportados. Em 1995 os 10 principais produtos de exportação, dentre os quais oito de natureza primária, representavam 33,2% das exportações totais. Em 2025 esses mesmos produtos responderam por 51,1% do total. Em 1995, somente os três principais produtos exportados (minério de ferro, veículos automotores e autopeças e soja em grão) representavam 15,3% das exportações totais. Em 2025, os três principais produtos de exportação (minério de ferro, soja em grão e óleos brutos de petróleo) dobraram seu peso relativo respondendo por 30,7% do total

exportado. Trata-se, portanto, de um processo reprimarização das exportações com um nível extremamente baixo de diversificação da pauta, o que aumenta a vulnerabilidade do país frente a eventuais desequilíbrios no mercado de commodities.

- iv. Agregue-se a isso nossos crescentes déficits na balança comercial de produtos industriais de alta tecnologia (complexo eletrônico, indústria farmacêutica e fabricação de aeronaves, neste último ramo fomos superavitários até 2018) e média-alta tecnologia na qual só temos saldo positivo e minúsculo no segmento de fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munições. Até mesmo no segmento de média tecnologia somente temos saldo positivo relevante no ramo de metalurgia. Em realidade os déficits na balança comercial de produtos industriais não são uma novidade na nossa história econômica recente. Estiveram presentes desde 1995 até 2002, quando se alcança um superávit de US\$ 7,9 bilhões e se inicia um ciclo de superávits, abortado pela crise de 2008/09. A partir daí os déficits mudaram de patamar, embora oscilando, atingindo US\$ 64,5 bilhões em 2014, US\$ 61,1 bilhões em 2022 e fechando o ano de 2025 em 71,3 bilhões de dólares.

Com relação ao investimento direto estrangeiro no período, vale destacar que o ingresso de IDE aumentou significativamente nos seis primeiros anos do período, passando de 4,4 para 33,0 bilhões de dólares entre 1995 e 2000. A partir desse ponto a trajetória se inverte e o ingresso de IDE diminui progressivamente até atingir seu mínimo em 2003 (US\$ 10,1 bilhões) oscilando para cima nos anos seguintes e mudando de patamar em 2007 (US\$ 44,6 bilhões) e saltar, após o recuo em 2009 em função da crise externa, para US\$ 82,4 bilhões em 2010 e atingir seu nível máximo em 2011 (US\$ 102,4 bilhões). Nos anos seguintes, exceto em 2020/21 em função da pandemia, o ingresso permanece elevado, embora oscilando em um nível mais baixo, e fecha 2025 em US\$ 77,7 bilhões. É importante destacar que, com exceção do período 1995/98 e dos anos afetados pelos desdobramentos defasados da crise de 2009 (no caso 2013/14), em todos os demais anos o ingresso de IDE foi suficiente para cobrir o déficit das transações correntes do balanço de pagamentos.

Esse equilíbrio das contas externas foi amplificado pela decisão do governo, aproveitando as condições externas favoráveis, de não renovar o acordo com o FMI feito em 1998 e elevar o nível das reservas internacionais do Brasil, que atuaram, de

fato, como um antídoto contra os ataques desencadeados pelos movimentos especulativos do capital financeiro internacional. As reservas internacionais que desde 1998 até 2005 estavam ligadas ao referido acordo, tinham um valor contábil, neste último ano, de US\$ 53,8 bilhões de dólares. Com a decisão de elevá-las, saltaram para US\$ 85,8 bilhões em 2006, e daí em diante cresceram rapidamente até atingir US\$ 373,1 bilhões em 2012.

Isto permitiu administrar com maior facilidade as pressões associadas à expansão do déficit estrutural na conta de serviços e rendas do balanço de pagamento, que cresceu rapidamente a partir de 2004, tendência que se intensificou depois da crise de 2009. Em 2003 o déficit era da ordem de US\$ 23,5 bilhões, mudando de patamar em 2004 e nos anos seguintes até atingir US\$ 57,3 bilhões em 2008. Um novo salto de patamar elevou o déficit para US\$ 88,9 bilhões em 2014 e depois de um período de relativa estabilização disparou a partir de 2020, fechando 2025 em US\$ 134,3 bilhões. Apesar do significativo crescimento do saldo da balança comercial, somente em quatro anos (2003/06) ele foi superior ao déficit na conta de serviços e rendas.

Apesar das turbulências na economia mundial, o Brasil manteve um relativo controle sobre seu endividamento externo em parte importante do período. A dívida externa bruta aumentou em torno a 137,0% no acumulado dos últimos 31 anos, puxada pelo endividamento privado, cujo incremento foi da ordem 322,8%, grande parte do qual ocorreu pós-crise de 2009. O componente privado representou, em 2025, 63,3% do total da dívida. O componente público não teve variações relevantes ao longo do período, com ciclos de baixa (2004 a 2008) e de alta (entre 2000 e 2003 e de 2008 a 2014). Depois deste último ano a dívida pública externa praticamente se estabilizou. Seu aumento no acumulado do período foi de 34,9%.

Em relação ao PIB, a dívida externa bruta chegou representar, no período 1998/2002 um coeficiente de 41,5%, que cai expressivamente a partir de 2003, atingindo 11,6% em 2010. A partir daí tem uma trajetória de alta moderada, fechando 2025 em 16,5% do PIB. Com o aumento das reservas, a relação dívida líquida PIB passou a ser negativa a partir de 2007.

No terceiro bloco - regime macroeconômico – se apresentam dados sobre a inflação, algumas variáveis macroeconômicas críticas e as contas públicas.

O período 1995/2025 tem como uma de suas principais referências a consolidação do processo estabilização dos preços internos inaugurado com o Plano Real em 1994 e inicialmente baseado na ancoragem cambial como mecanismo de controle da inflação. Esse modelo se esgota com crise cambial e a consequente maxidesvalorização do real em 1999, conduzindo ao estabelecimento do regime de metas de inflação (RMI), vigente até o presente. Em termos gerais, a taxa média de inflação anual, medida pelo IPCA, manteve-se, desde então, dentro dos limites de variação fixados, com exceção do triênio 2001/03 e dos anos 2015, 2020, 2021 e 2024.

Em relação ao centro da meta o quadro é bastante diferente: somente em seis dos 27 anos considerados a taxa de inflação foi igual ou menor do que a meta fixada. Note-se que a meta oscilou bastante nos anos iniciais de implantação do RMI estabilizando-se a partir de 2005 em 4,5%, patamar que foi mantido até 2018. A partir de 2019 a meta foi reduzida anualmente até atingir 3,0% em 2024.

O regime de metas de inflação não está isento de críticas, duas das quais são particularmente relevantes no caso do Brasil:

- i. a fixação de metas de inflação baixas em descompasso com a realidade econômica do país e de seu padrão de inserção externa tende a estimular a elevação mais que proporcional da taxa juros, potencializando seus efeitos negativos sobre o crescimento econômico e o emprego. Não por acaso análises do desempenho da economia brasileira pós estabilização ressaltam a importância da combinação juros elevados/meta de inflação baixa na determinação do seu crescimento de baixa intensidade média no período 1995/2025;
- ii. em uma economia aberta e desregulamentada a formação dos preços internos é frequentemente afetada por choques externos, principalmente, mas não exclusivamente, nos preços das commodities, fator que assume maior importância no caso de economias primário-exportadoras. O uso da taxa de juros para enfrentar os efeitos desses choques amplifica os impactos negativos sobre o crescimento da economia e a distribuição social dos custos do controle inflacionário. O pano de fundo dessa crítica é a percepção que existem outras formas de frear o impacto inflacionário de choques de preços e de custos além da elevação da taxa de juros, como exemplo, a formação de estoques reguladores, o estabelecimento de bandas preços, importações emergenciais, manejo tributário e outros.

É interessante assinalar que dos 27 anos de vigência do regime de metas de inflação em 16 deles a taxa de aumento dos preços dos alimentos e bebidas foi superior à média da inflação registrada pelo IPCA, penalizando os segmentos de menores recursos da população.

O uso da taxa de juros para outras finalidades – por exemplo, atrair investimentos externos – esteve presente em vários momentos do período analisado, especialmente no seu início, mas teve sua importância reduzida com a elevação dos saldos da balança comercial e o aumento espetacular das reservas internacionais do país a partir de 2006. A ruptura do modelo de controle inflacionário ancorado do câmbio não significou renunciar à taxa de câmbio como elemento coadjuvante no combate à inflação ou como instrumento auxiliar do processo de distribuição de renda e inclusão social pelo consumo no qual se baseou a expansão do mercado interno após 2003. A apreciação da taxa de câmbio durou, com intermitências, de 2003 (R\$ 2,9/US\$) até 2009/10 (R\$ 1,7/US\$). Esse ciclo foi interrompido pelos efeitos defasados da crise de 2009, levando a taxa de câmbio para R\$ 3,9 com aumentos sucessivos até um novo salto em 2021 (R\$5,2), fechando o período R\$5,6/US\$ em 2025.

A taxa básica de juros – SELIC – manteve-se, em termos gerais, em níveis bastante elevados ao longo do período 1995/2025. Nos quatro anos iniciais, de intensa sobrevalorização do real, os juros foram extraordinariamente altos, (em média, 35% anuais), caindo significativamente no quadriênio seguinte, quando se implanta o regime de metas de inflação, para um valor médio de 19,1%. Ainda excluindo esses dois subperíodos, a média dos restantes 23 anos é de quase 12% anuais.

O momento de baixa mais significativo e contínuo ocorre no quinquênio 2017/21, quando a taxa cai de 14,0% (média do biênio da recessão de 2015/16) para 7,0% em 2017 e chega a um mínimo de 1,9% em 2020, voltando a iniciar uma nova trajetória de alta 2021, mas em um patamar ainda relativamente baixo (7,0%).

Vale ressaltar também que no subperíodo de maior crescimento do PIB real (2004/2011), quando, apesar da estagnação em 2009, se registrou uma expansão média do PIB de 4,46% anuais, a SELIC média foi da ordem de 13,14%.

Essa diferença entre as taxas de crescimento do PIB e as taxas de juros se mantem ao longo de todo o período, com ciclos irregulares de aproximação e de divergência às vezes extremamente significativas. Em média, o PIB cresceu entre 1995 e

2025 a uma taxa média de 2,3% anuais; já a taxa de juros média de todo o período foi da ordem de 15,3%. Isso tem um significado não negligenciável sobre a dinâmica do endividamento do país, sendo o vetor crítico do aumento da dívida pública federal. Em uma perspectiva de médio e longo prazos, não há como equacionar o problema do endividamento se as trajetórias do PIB e da SELIC não se tornarem convergentes e permitirem diminuir significativamente o custo econômico e social da sustentação da estabilidade dos preços internos.

Visto de outra perspectiva, as taxas de juros não somente têm permanecido em patamares extraordinariamente altos em relação ao PIB, como também consumiram parte relevante do esforço fiscal realizado, especialmente no período 1999/2013, que se traduziu em superávits primários expressivos entre 1,7 e 4,8% do PIB. O País comprometeu, em média, 6,5% do PIB por ano para fazer frente à conta de juros nominais. Em paralelo, a dívida bruta do governo federal, que havia atingido 59,9% do PIB em 2003 e praticamente se estabilizado em um nível mais baixo até 2014 (56,3% do PIB) entrou a partir daí em uma trajetória de crescimento acelerado, passando por um máximo em 2020 (86,9%) voltando a cair em 2022 (71,7% do PIB) e fechando 2025 em 78,6% do PIB. No período 2016/2020 outros fatores, como os déficits primários do setor público consolidado, também foram relevantes no processo de endividamento público.

Embora elevado, o grau de endividamento brasileiro é bastante próximo da média dos países da área do euro (76,0%) e bem menor do que registrado em diversos outros países, por exemplo os Estados Unidos, Japão, Canadá, Espanha, França, Reino Unido, Portugal, Itália e Grécia.

A carga tributária bruta teve um aumento expressivo no período 1995/2002, passando 25,6% para 30,3% do PIB. Volta a crescer no quadriênio 2004/2008 (média de 31,6%) e vai oscilando nos anos seguintes em torno a 30,0% do PIB até 2020, quando tem uma pequena inflexão e retoma o patamar de 31,2% em 2022, fechando 2025 em 32,4% do PIB. Parte importante desse aumento se deve expansão do componente estadual e municipal da carga tributária, que passou de 8,9% do PIB em 1995 para 10,8% em 2025, depois de atingir um máximo em 2021 (11,0% do PIB).

As despesas primárias do governo federal cresceram progressivamente de 10,5% do PIB em 1995 para um máximo de 14,8% em 2020, depois do que caíram para 12,9% e 12,3% do PIB em 2022 e 2025, respectivamente. O principal fator de expansão das despesas foram os benefícios previdenciários (passaram de 4,6% em 1995 para 8,1% do PIB em 2025)

compensado em parte pela queda das despesas com pessoal e encargos, de 5,1% do PIB em 1995 para 3,1% do PIB em 2025.

Finalmente, as despesas com juros do governo central em valores nominais como parte da arrecadação tributária federal bruta oscilaram bastante ao longo do período, em função das variações da SELIC, absorvendo parte importante dos recursos fiscais (51,1% em 1999, 47,7% em 2003, 44,4% em 2016). Os valores mínimos foram registrados em 2012 (21,5%) e 2020 (22,4%), fechando a série em 2025 com 36,6%.

O quarto bloco reúne indicadores relativos ao **combate à pobreza e à desigualdade social**, área na qual se registraram avanços significativos, embora não lineares. É o caso do salário-mínimo, que tem um aumento significativo no quadriênio 1995/98 (30,5% em relação a 1994) seguido por um ciclo de forte desaceleração no quadriênio seguinte. Essa trajetória sofre uma marcada inflexão com a política de valorização implantada em 2004, vinculando o ajuste anual do salário-mínimo ao INPC e ao crescimento do PIB dos dois anos anteriores. Com isso o salário-mínimo praticamente dobrou em termos reais no período 2004/2012 e continuou crescendo até 2017. Depois desse ciclo expansivo inédito, se instaura um período de estagnação com a revogação, em 2019, da política de valorização e sua substituição pelo reajuste baseado somente no índice de inflação, que se estende até 2022. A partir de 2023 a política de valorização foi restabelecida e se inicia um novo período de aumento real do salário-mínimo (10,6% no triênio 2023/25). No acumulado do período 1995/25 o salário-mínimo real teve um aumento de 194,9%, correspondente a uma taxa média anual de 3,6% anuais, acima do crescimento anual do PIB real (2,3% anuais).

Um segundo aspecto relevante dentro da política social implementada a partir de 2003 foi a criação do programa Bolsa Família, que se iniciou beneficiando 3,6 milhões de famílias e chegou a abranger 14,1 milhões em 2013, mantendo-se em torno a esse patamar até 2021. Em 2022, na esteira do auxílio emergencial criado durante a pandemia, o número de beneficiários aumentou extraordinariamente, alcançando o teto de 21,6 milhões de famílias. A partir de 2023 esse número se reduziu paulatinamente, fechando 2025 em 18,7 milhões de famílias.

Um terceiro ponto a ser destacado refere-se ao combate à fome e à insegurança alimentar que afeta os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira. Os dados disponíveis não cobrem todo o período da análise, mas são suficientes para mostrar os avanços significativos logrados nesse plano, que valeu ao Brasil ser retirado do mapa da fome das Nações Unidas, ao qual voltaria em 2021.

Os dados revelam a magnitude do esforço realizado no período 2004/2013: a população em condições de segurança alimentar passa de 64,8% para 77,1%, enquanto o grupo mais vulnerável, sujeito à insegurança alimentar severa, cai de 9,5% para 4,2%, uma trajetória similar ao segmento de insegurança moderada, que diminui de 12% para 6,1% da população. Esse padrão sofre uma inflexão em 2018, com a volta a situações de vulnerabilidade pré-2004, que culmina em 2021, quando a população em condições de segurança alimentar cai para 41,3%, o contingente de pessoas em condições severas de insegurança sobe para 15,9% e aquelas em condições moderadas de insegurança somam 15,2% da população. A partir de 2023 restaura-se a política de combate à fome e à insegurança alimentar: em 2024, último ano da série disponível, o quantitativo de pessoas em condições de segurança torna a aumentar, alcançando 75,8% da população, enquanto as pessoas sujeitas a condições severas e moderadas de insegurança diminuem, nos dois casos, para 3,2% da população.

Em função da expansão do emprego e das políticas salariais e assistenciais a renda domiciliar per capita (a preços de 2024), que oscilava em torno a R\$ 1.150/1.200 no período 1995/2004, cresce contínua e aceleradamente a partir deste último ano, alcançando R\$ 1.890 em 2014, um aumento real acumulado de 63,6%. Depois disso varia em torno a esse patamar até 2019, quando inicia uma trajetória de que atinge um piso de R\$ 1.690 em 2021, a partir do qual retoma a linha de crescimento, fechando 2024 em R\$ 2.015.

Todo esse processo produziu efeitos redistributivos que se expressam em diversos indicadores. Por exemplo, a participação dos 10% mais ricos da população na renda domiciliar total, que permaneceu relativamente estável entre 1995 e 2002 em um patamar de 48/49%, decresce continuamente a partir de 2003, passando por um mínimo (41,3%) em 2015. Nos anos seguintes volta a crescer até atingir 43,1% em 2018, e daí em diante, com oscilações e viés de baixa, fecha 2025 em 41,0%. A participação dos 40% mais pobres na renda familiar segue um padrão similar, saindo de algo em torno a 7,6/8,1% nos oito primeiros anos do período e crescendo paulatinamente até chegar a 11,1% em 2014/15. Depois de oscilações que conduzem a um mínimo de 10% em 2021, volta crescer e fecha 2025 em 13,6%.

No âmbito do combate à pobreza, os ganhos são bem mais expressivos. A porcentagem da população em condições de extrema pobreza (US\$3/dia), que também permaneceu relativamente constante, em torno a 25% nos anos iniciais do período, cai espetacularmente a partir de 2003, atingindo um mínimo de 7% em 2014. De pois disso volta a crescer, na

esteira da crise e das políticas adotadas pelos governos seguintes, alcançando um pico 11,2% em 2021 a partir do qual decresce progressivamente até o mínimo de 4,0% em 2025.

A porcentagem da população em condições de pobreza (US\$ 8,30/dia) tem um padrão similar de evolução. Sai de um patamar elevado, de 60/61%, no período 1995/2002, despencando a partir de 2003 até chegar ao piso de 33,2% em 2014. A partir daí aumenta e diminui ligeiramente nos anos seguintes, tem “solução” em 2021 (38,9%) a partir do que volta a cair, chegando em 2025 a 25%.

O coeficiente de Gini, que sintetiza as mudanças na estrutura de distribuição da renda apresenta uma trajetória de queda contínua desde 2001 (0,610) até 2015 (0,524). A partir desse ponto aumenta, atingindo 0,544 em 2021 e volta a cair, fechando 2025 em 0,511.

Esse conjunto de conquistas não chegaram a produzir mudanças estruturais no esquema redistributivo prevalecente, mas representaram avanços relevantes rumo à redução das desigualdades sociais e à eliminação de suas manifestações extremas, a fome e a miséria.

O quinto e último bloco – transição ecológica – incorpora elementos presentes em edições interiores que não são novos – Celso Furtado já deles falava em livro publicado no início dos 70 do século passado (O Mito do Desenvolvimento), mas sobre os quais há ainda insuficiências de dados e informações sistematizadas.

O primeiro elemento a considerar nesse processo é a transição energética. Nela estamos bem-posicionados, nossa oferta de energia já tem 49,5% do total provenientes de fontes renováveis (hidráulica, produtos da cana, lenha e carvão vegetal, eólica e solar, e outras renováveis). E na matriz elétrica essa proporção chega a 86,8%. O crescimento da participação das fontes renováveis está associado ao aumento, a partir de 2014, do componente eólico/solar, que já representa 5,8% da oferta interna total.

Duas preocupações podem colocadas relação ao caminhar futuro da oferta interna de energia: a primeira tem que ver com a redução do componente hidráulico da matriz energética, que diminuiu sua participação na oferta de 15,3% em 1995 para 10,2% em 2025 em um contexto que aponta para uma crescente demanda de eletricidade; a outra se refere à rápida

substituição em curso do etanol de cana de açúcar por etanol de milho. Nos últimos três anos a produção total de etanol caiu de 35,3 para 27,3 bilhões de litros. No mesmo período, a produção de etanol de milho passou de 5,8 para 11,4 bilhões de litros.

Um segundo aspecto relevante dentro da temática da transição ecológica é o problema do aquecimento global associado ao crescimento das emissões de gases efeito-estufa. Essas emissões, no caso brasileiro, estão basicamente associadas à atividade agropecuária e às mudanças no uso da terra e das florestas (ou seja, ao desmatamento). Em conjunto, com a predominância quantitativa deste último fator, representavam 89% das emissões totais em 1995, caindo para 84,4% em 2002. Depois de um aumento relativamente modesto em 2003 inicia-se uma trajetória de queda contínua que atinge um patamar de 69,2% em 2014. Após uma relativa estagnação, em torno a 72/73% do total, as emissões aumentam no quadriênio 2019/2022 (78,1% no final), voltando a cair novamente no biênio 2023/2024 (71,4% no final).

O melhoramento dos níveis de emissão de gases efeito-estufa foi consequência da implantação, em 2005, do PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia), que impôs uma inflexão ao processo de desmatamento da Amazônia, fazendo cair a área desmatada anual de 27,8 mil km² em 2004 para 19,0 mil km² em 2005. Essa trajetória de queda se estende até 2015 (6,2 mil km²), passando por um mínimo em 2012 (4,6 mil km²). A partir de 2016 há um movimento de retomada do desmatamento que atinge seu ápice no triênio 2019/21 (13,0 mil km²), após o qual torna a cair a área desmatada, fechando em 5,7 mil km² em 2025.

A questão ambiental não se limita ao aquecimento global, mas envolve um conjunto de aspectos ligados a diversas atividades antrópicas. A modo de exemplo, vale destacar a contaminação do solo e das águas subterrâneas pelo uso agrotóxicos, principalmente no mono cultivo em larga escala. É preocupante o crescimento do uso desses produtos no Brasil, cujos registros aumentaram de maneira impressionante, passando de 94 em 2016 para 587 em 2025. Há indícios de que alguns dos principais produtos utilizados no Brasil podem conter princípios ativos que são de uso restrito ou proibido em países da União Europeia.

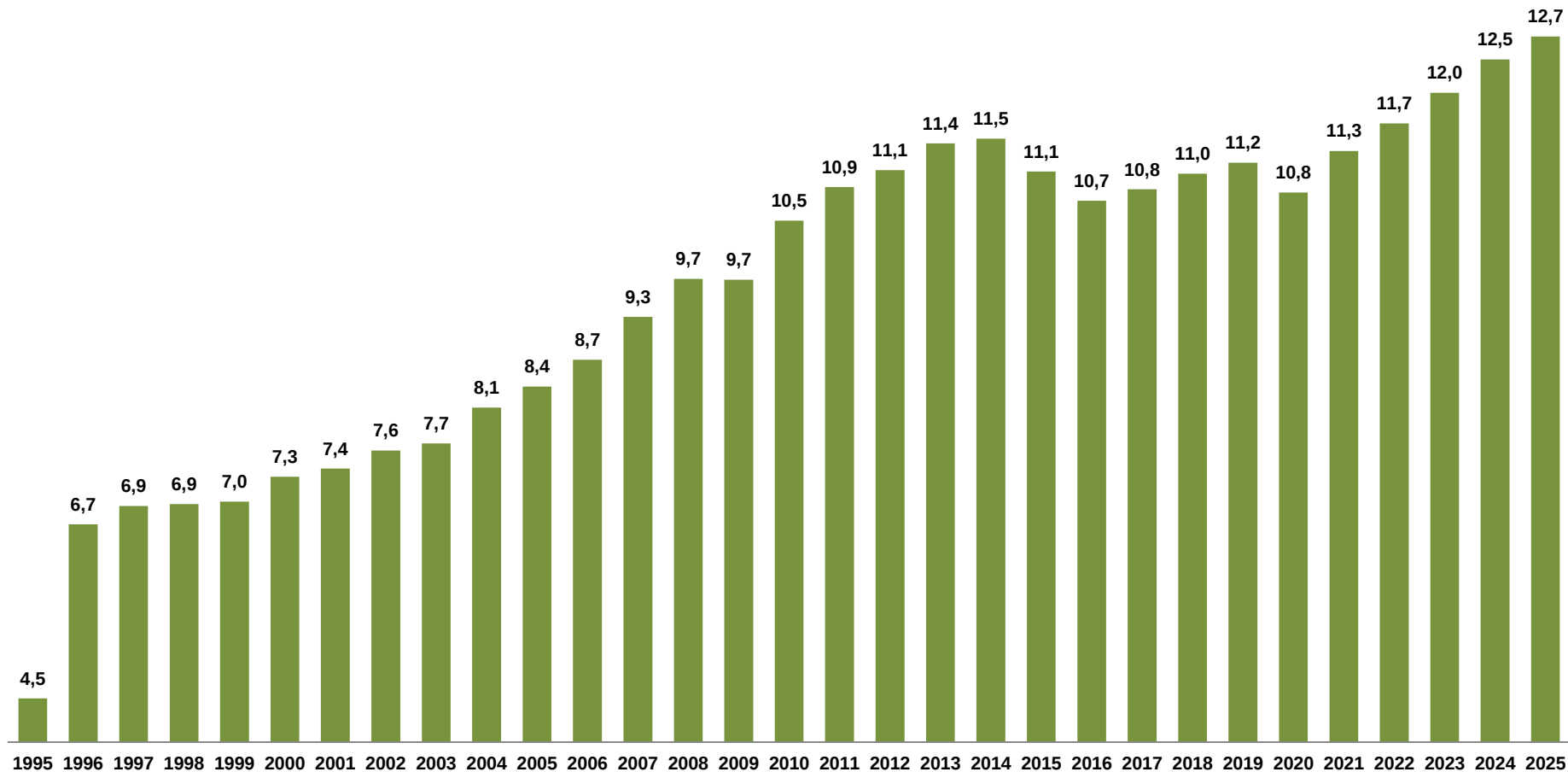
A transição ecológica supõe mudanças profundas nos padrões de produção e consumo prevaletentes na atualidade, como já assinalavam Celso Furtado e outros pensadores na década de 70 do século passado, mas sobre não há informações sistematizadas facilmente acessíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
I - CRESCIMENTO ECONÔMICO E TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA.....	17
ANEXO 1 – CIÊNCIA & TECNOLOGIA	86
ANEXO 2 - CRÉDITO E FINANCIAMENTO.....	107
II - AMPLIAÇÃO DA ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA DA ECONOMIA BRASILEIRA	114
III - REGIME MACROECONÔMICO.....	168
IV - COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL	194
V - TRANSIÇÃO ECOLÓGICA	218

I - CRESCIMENTO ECONÔMICO E TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA

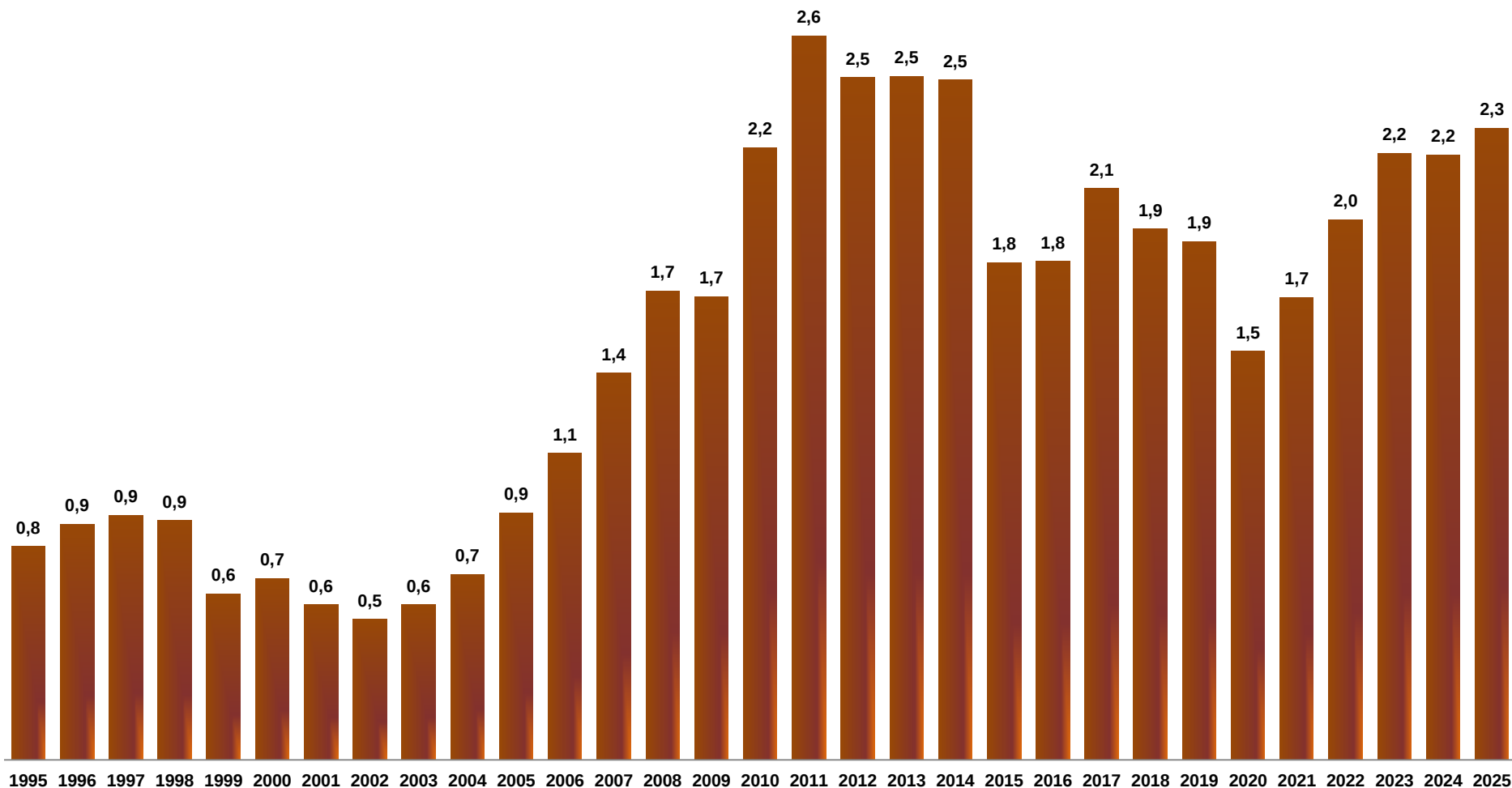
PRODUTO INTERNO BRUTO (Trilhões de R\$ de 2025)



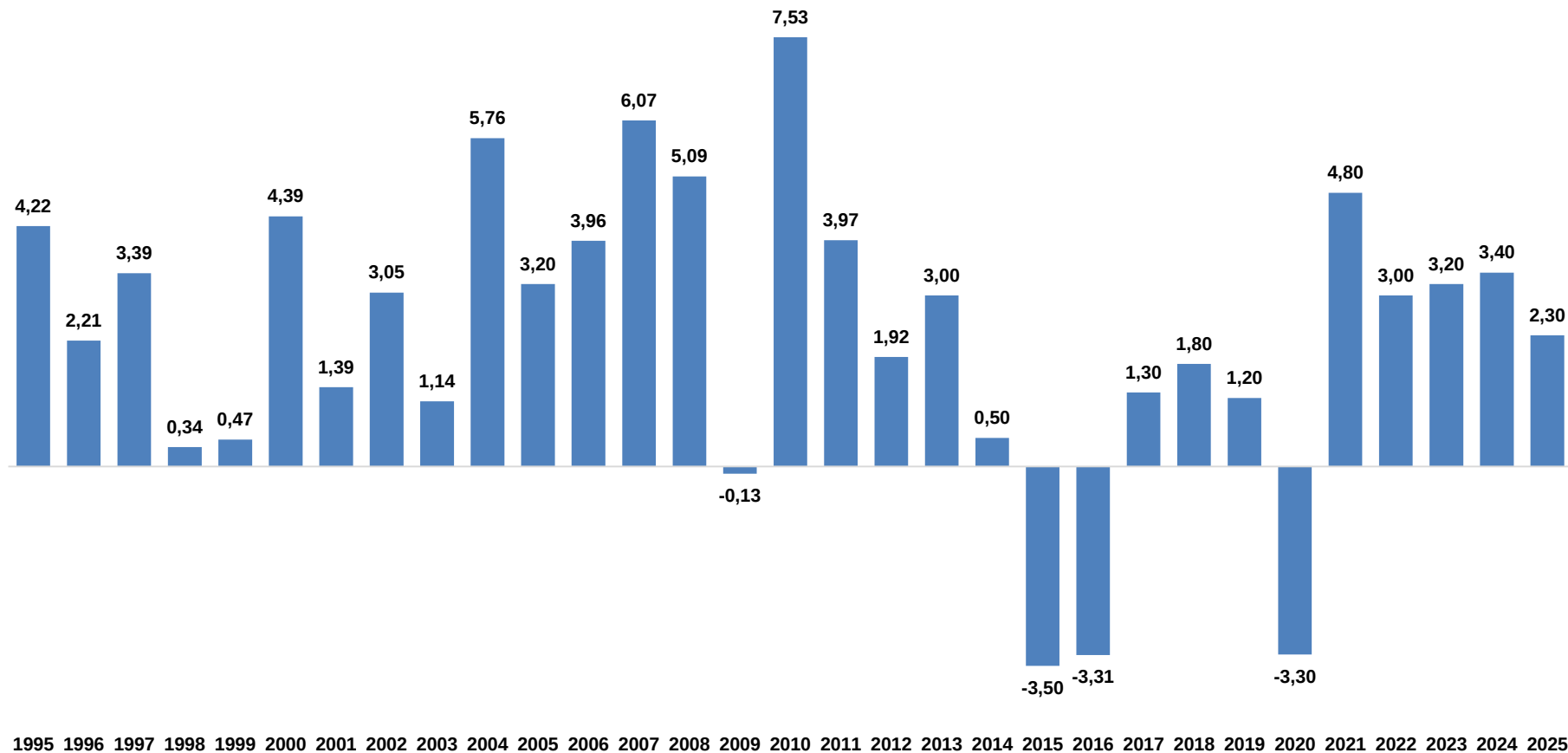
Nota: A diferença entre os valores reais do PIB de 1995 e 1996 embute distorção estatística derivada de mudanças na metodologia de apuração do PIB real

Fonte: BCB

PRODUTO INTERNO BRUTO (Trilhões de US\$ correntes)



TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB REAL (Em %)



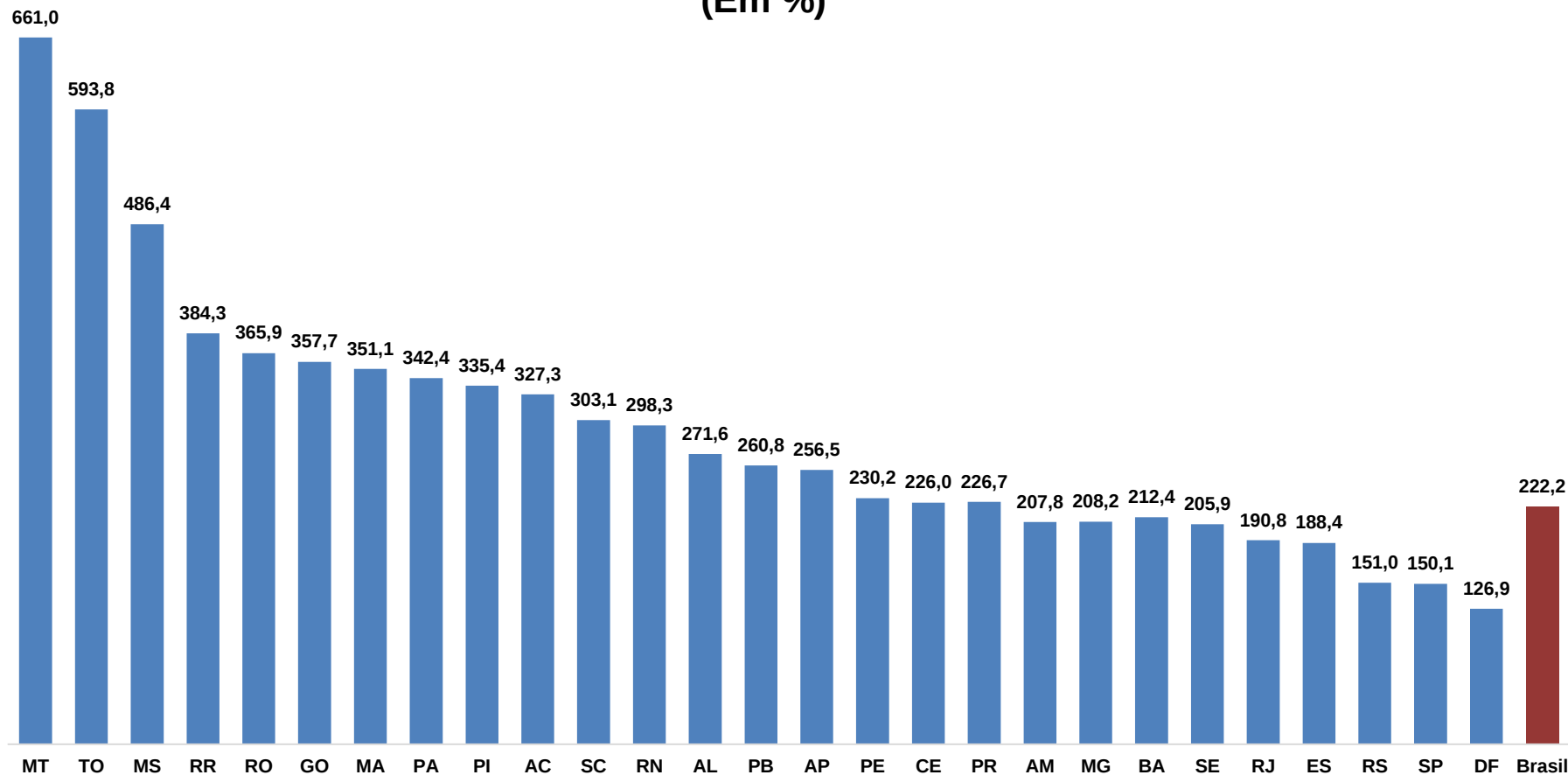
Fonte: IBGE

Nota: 2009 – Grave crise financeira internacional

2015/2016 – Redução significativa do comércio internacional de bens/Crise política que culmina com o impeachment da Presidente Dilma Rouseff em maio de 2016/contração da economia brasileira.

2020 – Pandemia COVID 19, que atingiu 39.318.227 brasileiros, provocando 716.626 óbitos.

MUDANÇAS NA ESTRUTURA TERRITORIAL DO PIB CRESCIMENTO ACUMULADO 1995/2025, POR UNIDADE FEDERATIVA (Em %)

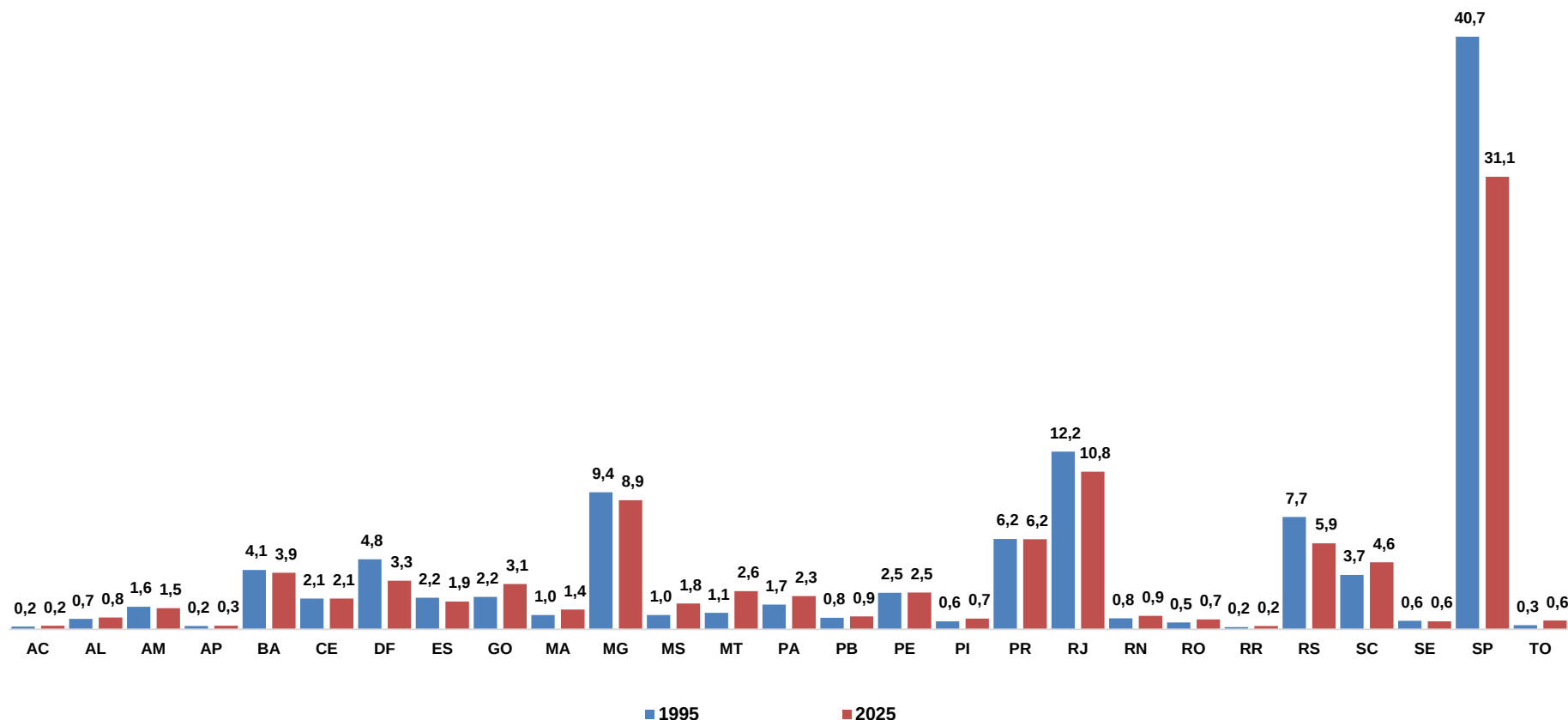


Fonte: Brasil em Mapas - Crescimento Econômico Real nos Estados do Brasil (1995–2025)

MUDANÇAS NA ESTRUTURA TERRITORIAL DO PIB

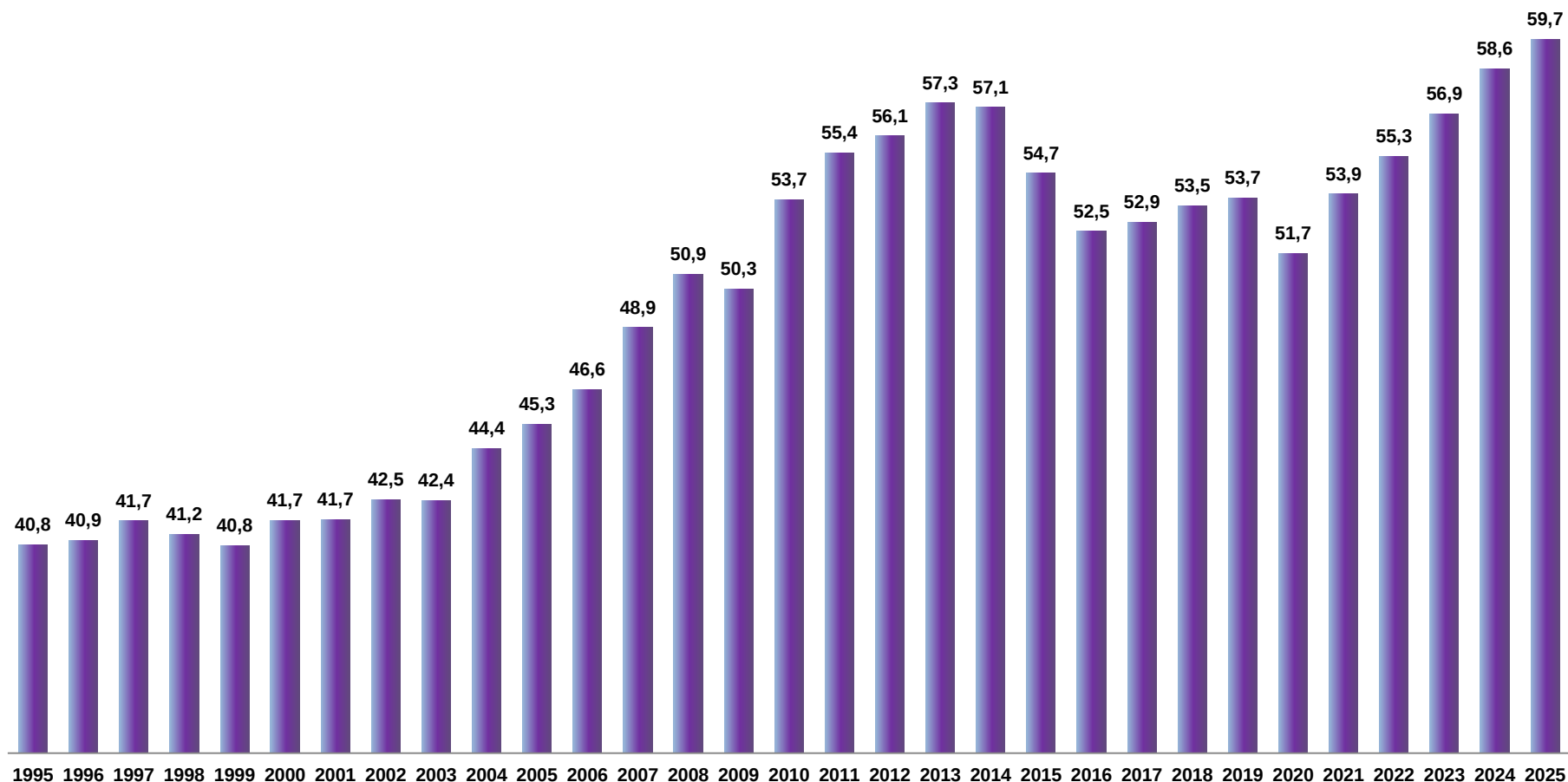
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS UNIDADES FEDERATIVAS NO PIB TOTAL

(Em %)

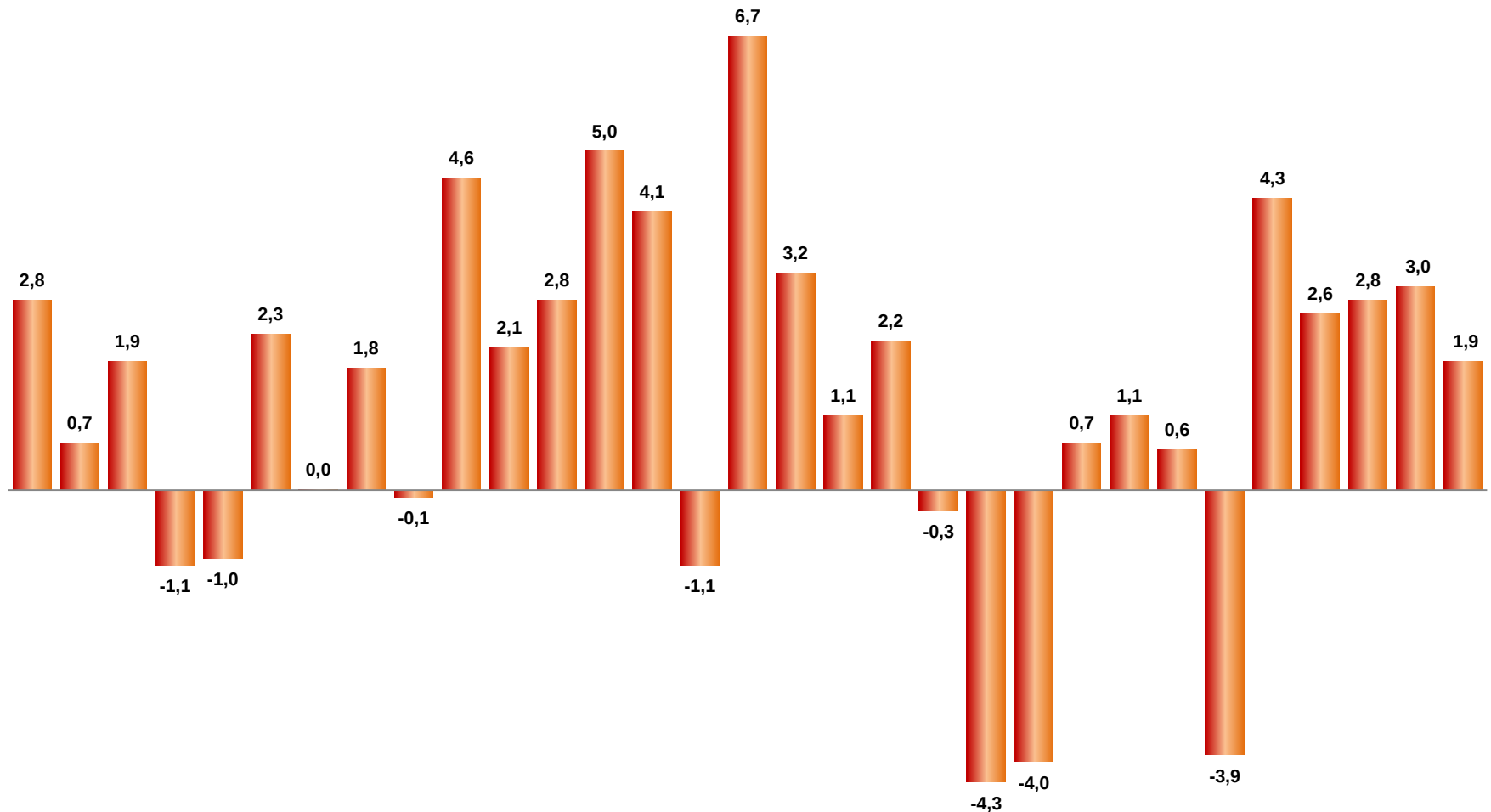


Fonte: Brasil em Mapas - Crescimento Econômico Real nos Estados do Brasil (1995–2025)

PIB PER CAPITA (Em Milhares de R\$ de 2025)



TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PER CAPITA (1995-2025) (Em %)



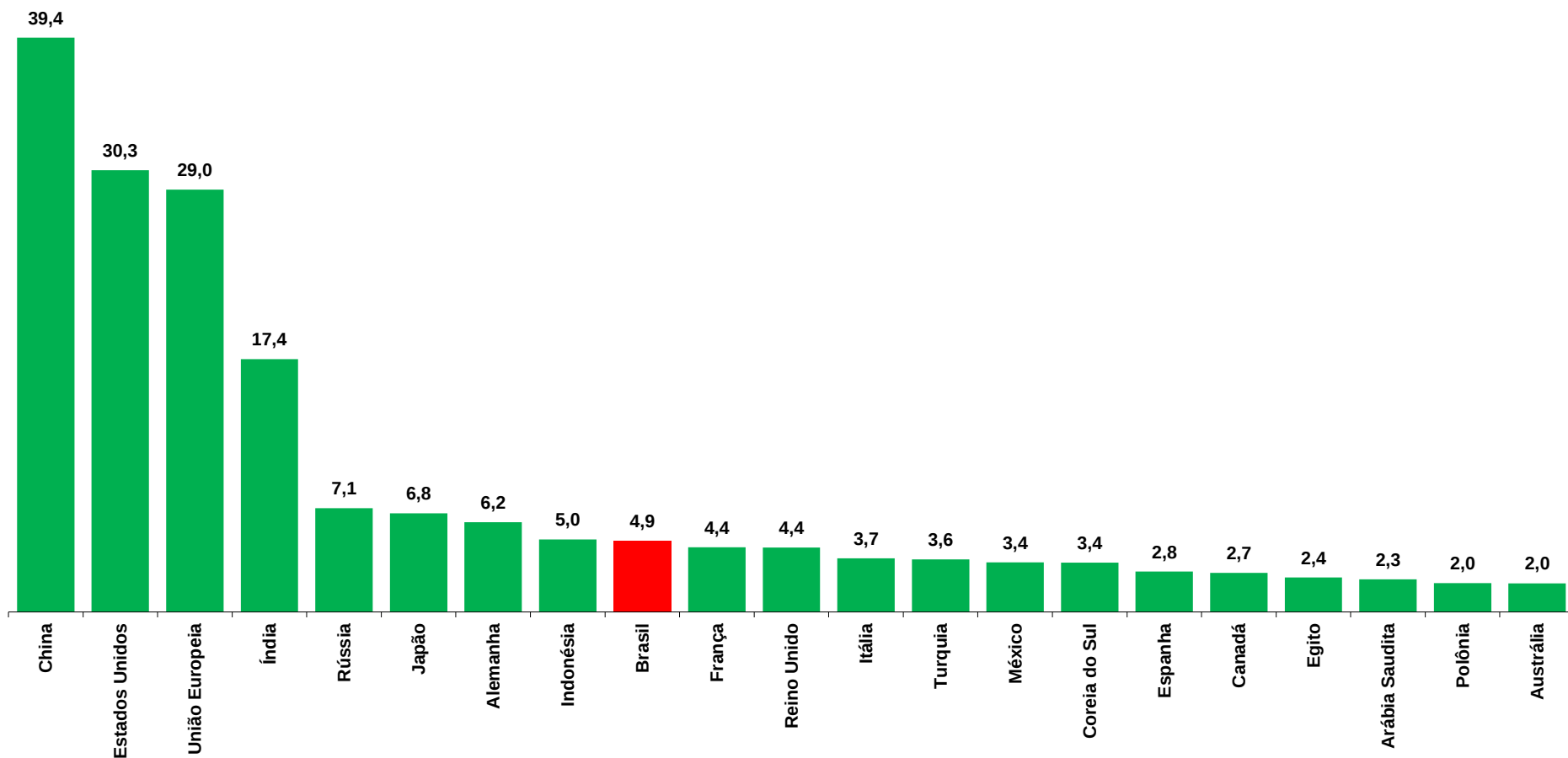
1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025

VARIAÇÃO ANUAL DO PIB NAS DEZ MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO NO PÓS-CRISE E PANDEMIA

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Média 2009/2025
Mundo	0,0	5,2	4,1	3,4	3,4	3,5	3,4	3,3	3,8	3,7	2,9	-2,7	6,6	3,6	3,5	3,3	2,8	3,2
Estados Unidos	-2,6	2,7	1,6	2,3	2,1	2,5	2,9	1,8	2,5	3,0	2,6	-2,2	6,1	2,5	2,9	2,8	1,8	2,1
Japão	-5,7	4,1	0,0	1,4	2,0	0,0	1,6	0,0	1,7	0,0	0,0	-4,2	2,7	0,0	1,5	0,0	0,0	0,3
Alemanha	-5,5	4,1	3,8	0,0	0,0	2,2	1,7	2,3	2,7	1,1	0,0	-4,1	3,7	1,4	0,0	0,0	0,0	0,8
França	-2,7	1,8	2,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	2,3	1,6	2,1	-7,6	6,8	2,6	1,1	1,1	0,0	0,7
Itália	-5,3	1,5	0,0	-3,1	-1,8	0,0	0,0	1,2	1,6	0,0	0,0	-8,9	8,9	4,8	0,0	0,0	0,0	-0,1
Reino Unido	-4,6	2,2	1,1	1,5	1,8	3,2	2,2	1,9	2,7	1,4	1,6	-10,3	8,6	4,8	0,0	1,1	1,1	1,2
Rússia	-7,8	4,5	4,0	4,0	1,8	0,0	-2,0	0,0	1,8	2,8	2,2	-2,7	5,9	-1,4	4,1	4,1	1,5	1,3
Índia	7,9	8,5	5,2	5,5	6,4	7,4	8,0	8,3	6,8	6,5	3,9	-5,8	9,7	7,6	9,2	6,5	6,2	6,3
China	9,4	10,6	9,5	7,8	7,8	7,5	7,0	6,8	6,9	6,8	6,1	2,3	8,6	3,1	5,4	5,0	4,0	6,7
Brasil	-0,0	7,5	4,0	1,9	3,0	0,0	-3,5	-3,3	1,3	1,8	1,2	-3,3	4,8	3,0	3,2	3,4	2,0	1,6

Fonte: FMI

20 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO EM 2025 (Em trilhões de dólares PPC)

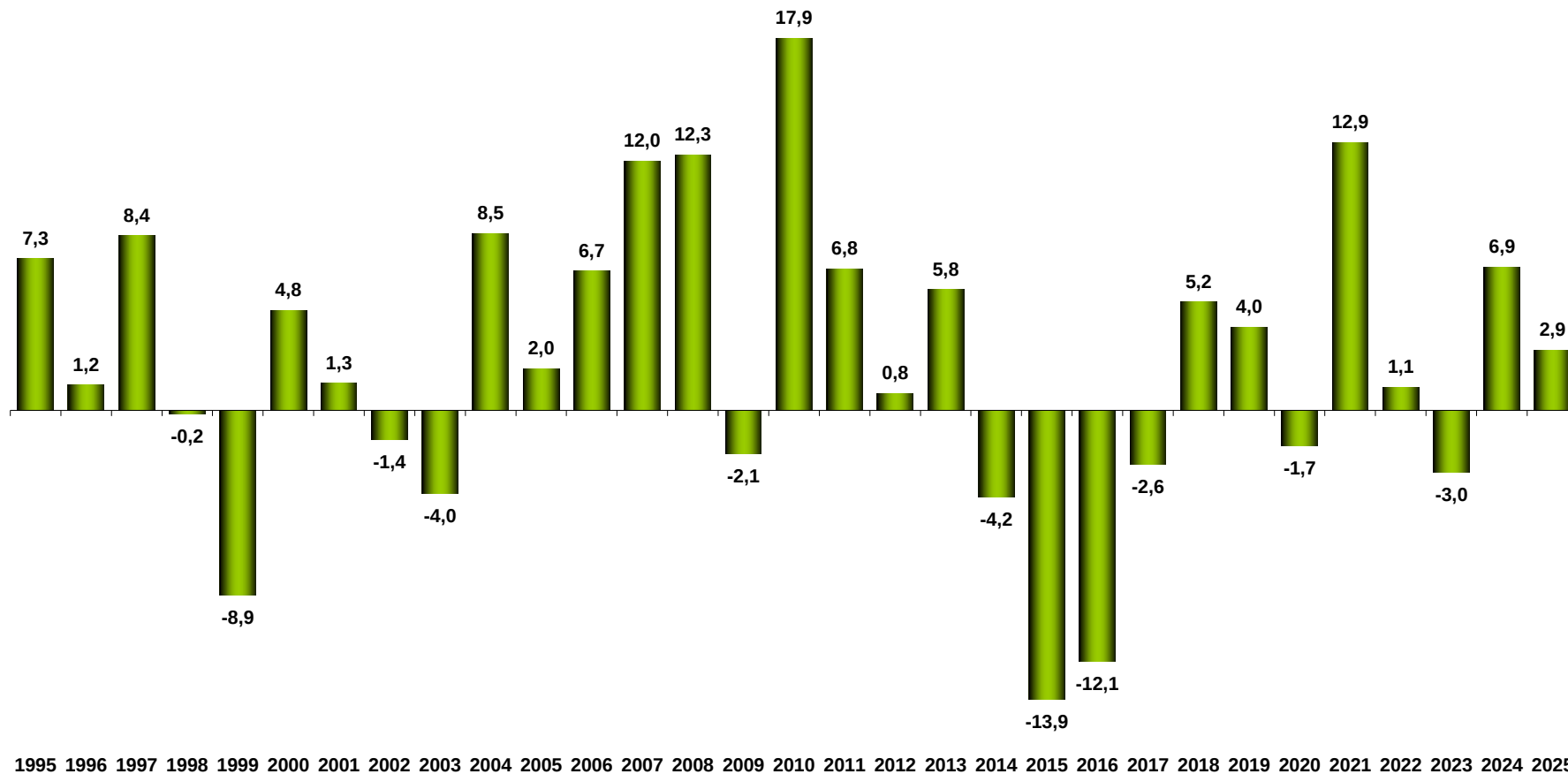


PIB PER CAPITA

Valores dólares Internacionais - PPC (FMI 2025)

Colocação	País	PIB per capita
1º	Cingapura	156.755
2º	Luxemburgo	152.915
3º	Região Administrativa Especial de Macau	134.042
4º	Irlanda	134.000
5º	Catar	121.605
6º	Noruega	107.892
7º	Suíça	97.581
8º	Brunei Darussalam	95.758
9º	Guiana	94.258
10º	Estados Unidos	89.105
11º	Dinamarca	88.934
12º	Holanda	84.566
13º	Província de Taiwan, China	84.082
14º	São Marino	83.031
15º	Emirados Árabes Unidos	81.676
16º	Islândia	81.215
17º	Região Administrativa Especial de Hong Kong	77.942
18º	Malta	76.705
19º	Bélgica	75.846
20º	Suécia	74.902
21º	Áustria	74.372
22º	Alemanha	72.599
23º	Austrália	72.138
24º	Andorra	72.059
25º	Bahrein	67.795
26º	Finlândia	66.496
27º	Canadá	65.707
28º	França	65.626
29º	Coréia	65.112
30º	Chipre	65.088
87	Brasil	22.238

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO Variação anual (%)



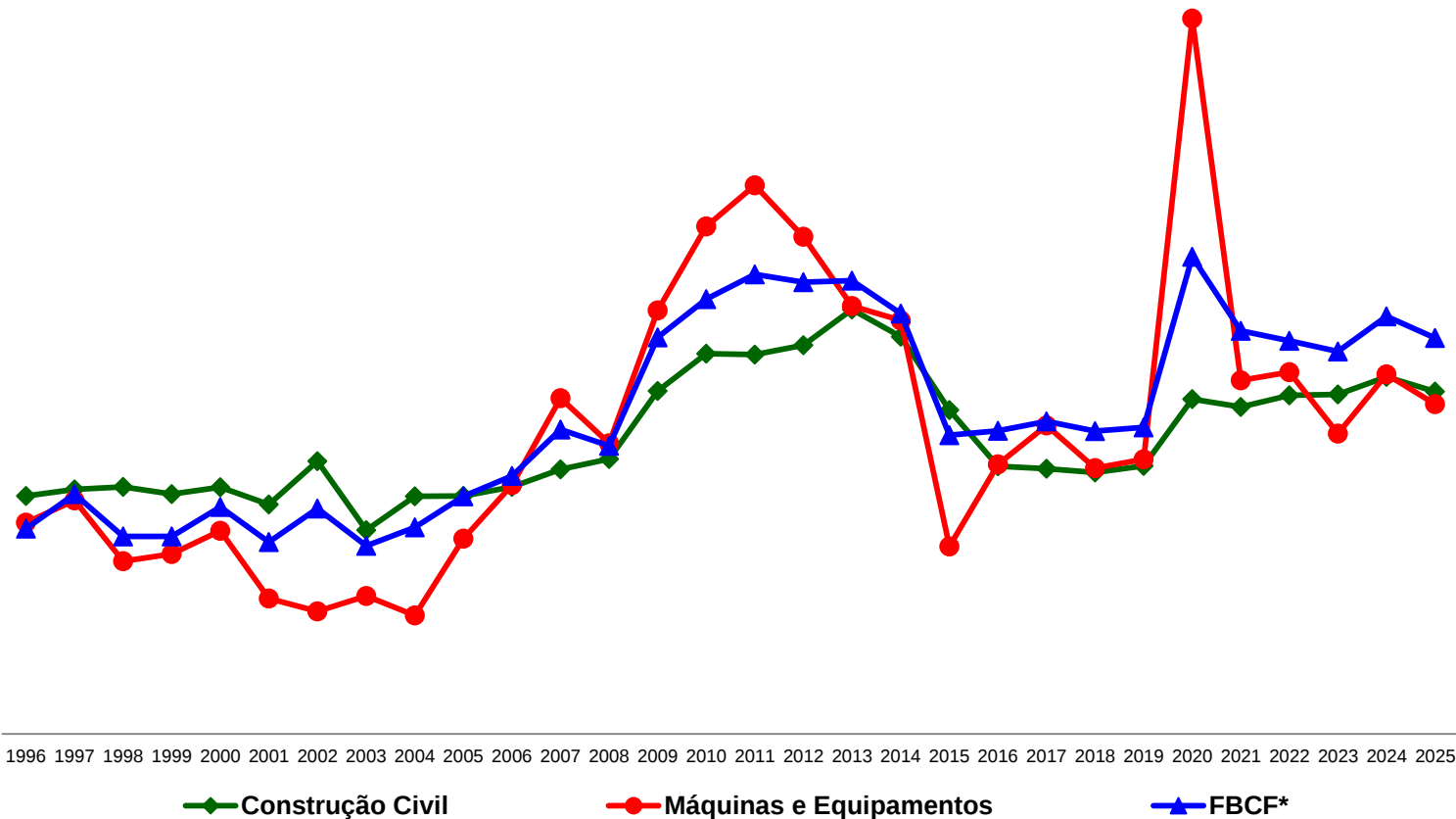
M e m o:

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO - COMPONENTES Índice (Ano Base 1995= 100)

Índices Dessazonalizados

Ano Base 1995=100

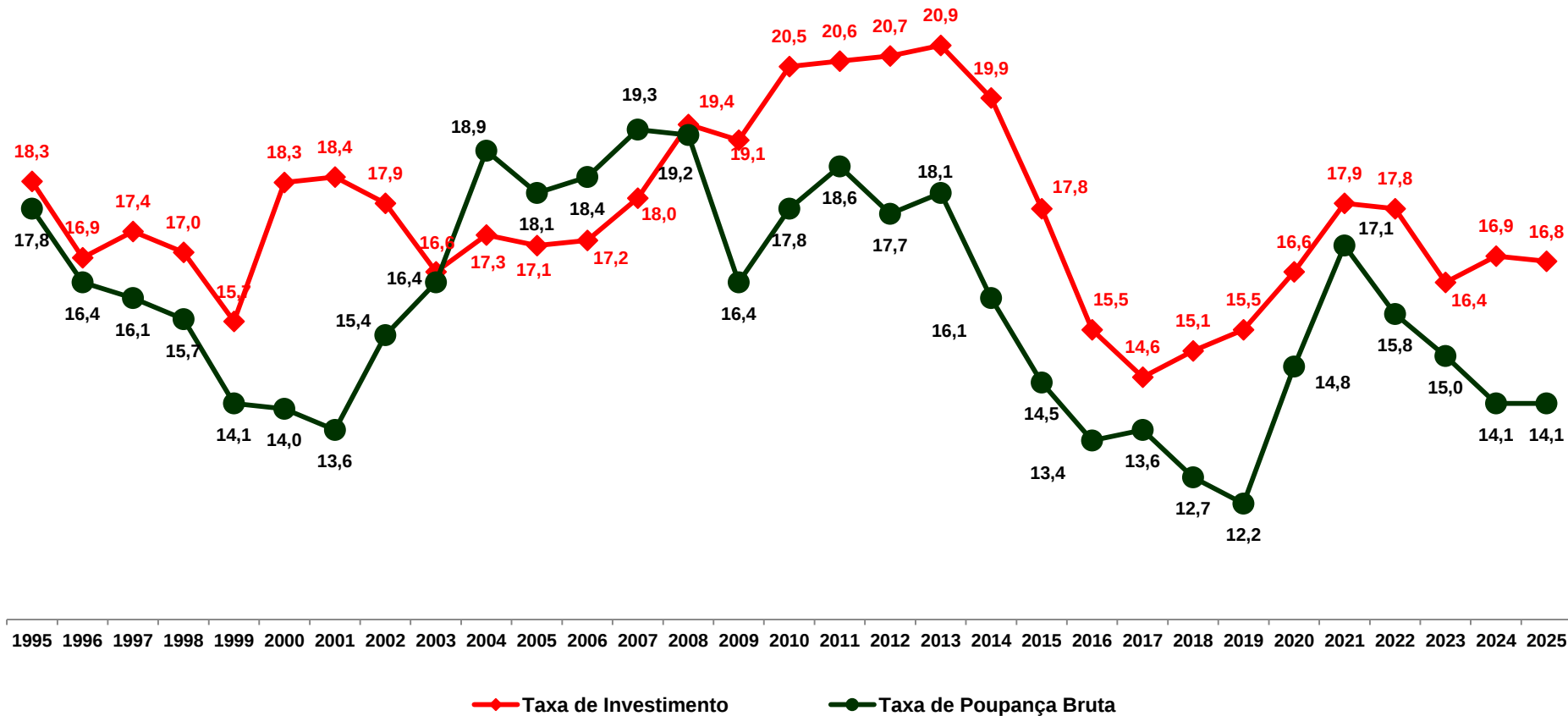
	CC	ME	FBCF*
1996	111,4	103,4	101,6
1997	113,4	110,0	112,0
1998	114,1	91,9	99,3
1999	112,0	94,0	99,2
2000	114,1	100,9	108,1
2001	108,9	80,6	97,5
2002	121,8	76,7	107,6
2003	101,1	81,3	96,5
2004	111,3	75,5	102,0
2005	111,4	98,6	111,3
2006	114,2	114,7	117,4
2007	119,4	140,8	131,3
2008	122,5	127,2	126,4
2009	142,9	167,1	159,0
2010	154,1	192,3	170,5
2011	153,8	204,6	177,9
2012	156,6	189,2	175,6
2013	167,4	168,4	176,1
2014	159,2	164,1	166,2
2015	137,1	96,3	129,6
2016	120,3	120,9	130,9
2017	119,6	132,5	133,8
2018	118,5	119,8	130,9
2019	120,4	122,4	132,0
2020	140,5	254,7	183,2
2021	138,1	146,1	161,0
2022	141,6	148,6	158,0
2023	141,9	130,1	154,7
2024	147,2	147,9	165,3
2025	142,7	139,0	158,8



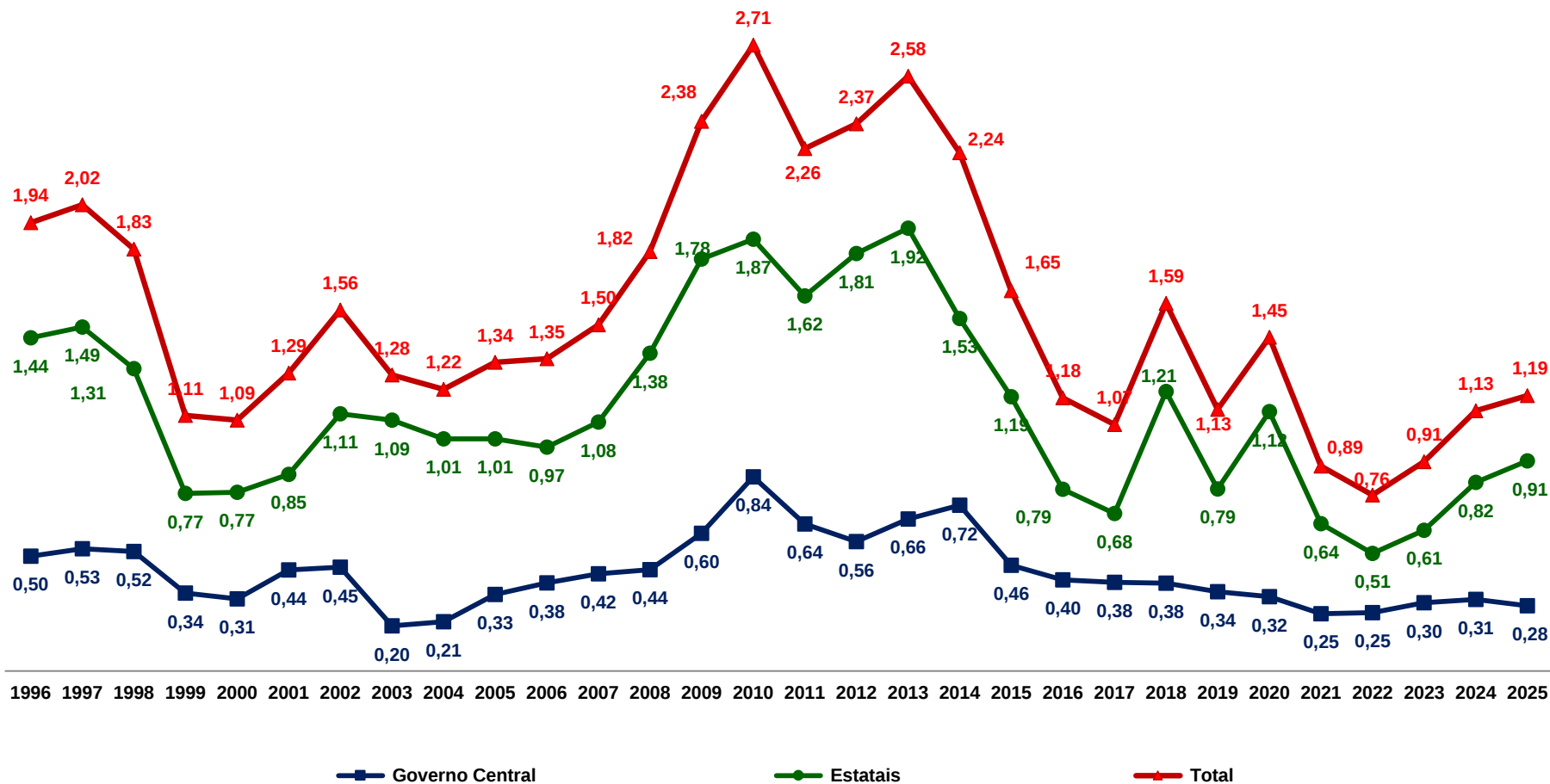
* inclui também "outros"

Fonte: IPEA Indicador de Formação Bruta de Capital Fixo

TAXA DE INVESTIMENTO E TAXA DE POUPANÇA BRUTA (% DO PIB)



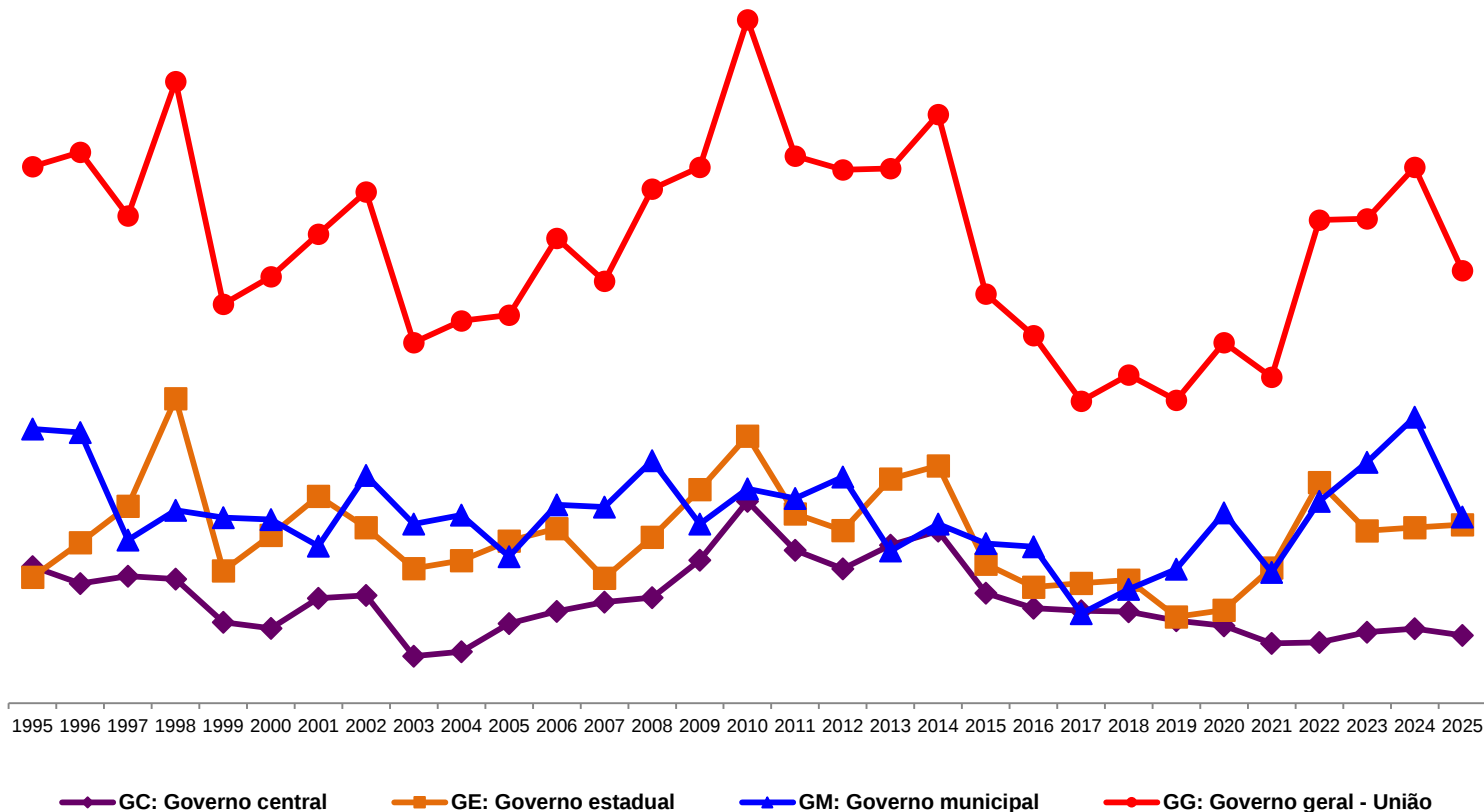
INVESTIMENTO PÚBLICO FEDERAL (% do PIB)



M e m o:

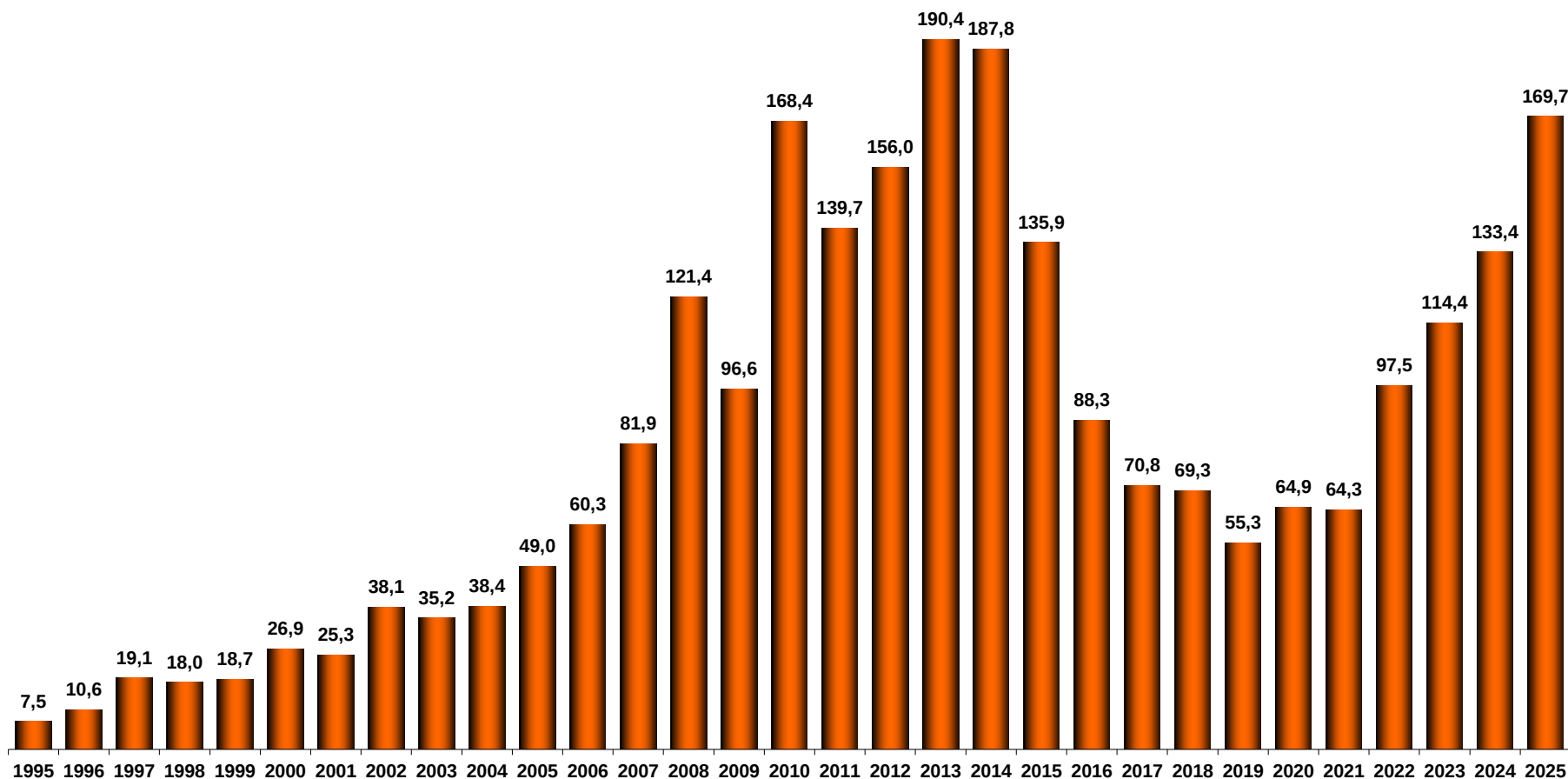
INVESTIMENTO PÚBLICO DO GOVERNO GERAL (% do PIB)

	GC	GE	GM	GG
1995	0,57	0,53	1,14	2,24
1996	0,50	0,67	1,13	2,30
1997	0,53	0,82	0,68	2,03
1998	0,52	1,27	0,80	2,59
1999	0,34	0,55	0,77	1,66
2000	0,31	0,70	0,77	1,78
2001	0,44	0,86	0,65	1,95
2002	0,45	0,73	0,95	2,13
2003	0,20	0,56	0,75	1,50
2004	0,21	0,59	0,78	1,59
2005	0,33	0,68	0,61	1,62
2006	0,38	0,73	0,83	1,94
2007	0,42	0,52	0,82	1,76
2008	0,44	0,69	1,01	2,14
2009	0,60	0,89	0,75	2,23
2010	0,84	1,11	0,89	2,85
2011	0,64	0,79	0,85	2,28
2012	0,56	0,72	0,94	2,22
2013	0,66	0,93	0,64	2,23
2014	0,72	0,99	0,75	2,45
2015	0,46	0,58	0,67	1,70
2016	0,40	0,48	0,65	1,53
2017	0,38	0,50	0,37	1,26
2018	0,38	0,51	0,47	1,37
2019	0,34	0,36	0,56	1,26
2020	0,32	0,39	0,79	1,50
2021	0,25	0,56	0,55	1,36
2022	0,25	0,92	0,84	2,01
2023	0,30	0,72	1,00	2,02
2024	0,31	0,73	1,19	2,23
2025	0,28	0,74	0,78	1,80



Fonte: FGV - Observatório de Política Fiscal - FGV IBRE

FINANCIAMENTOS DO BNDES (Em R\$ Bilhões)

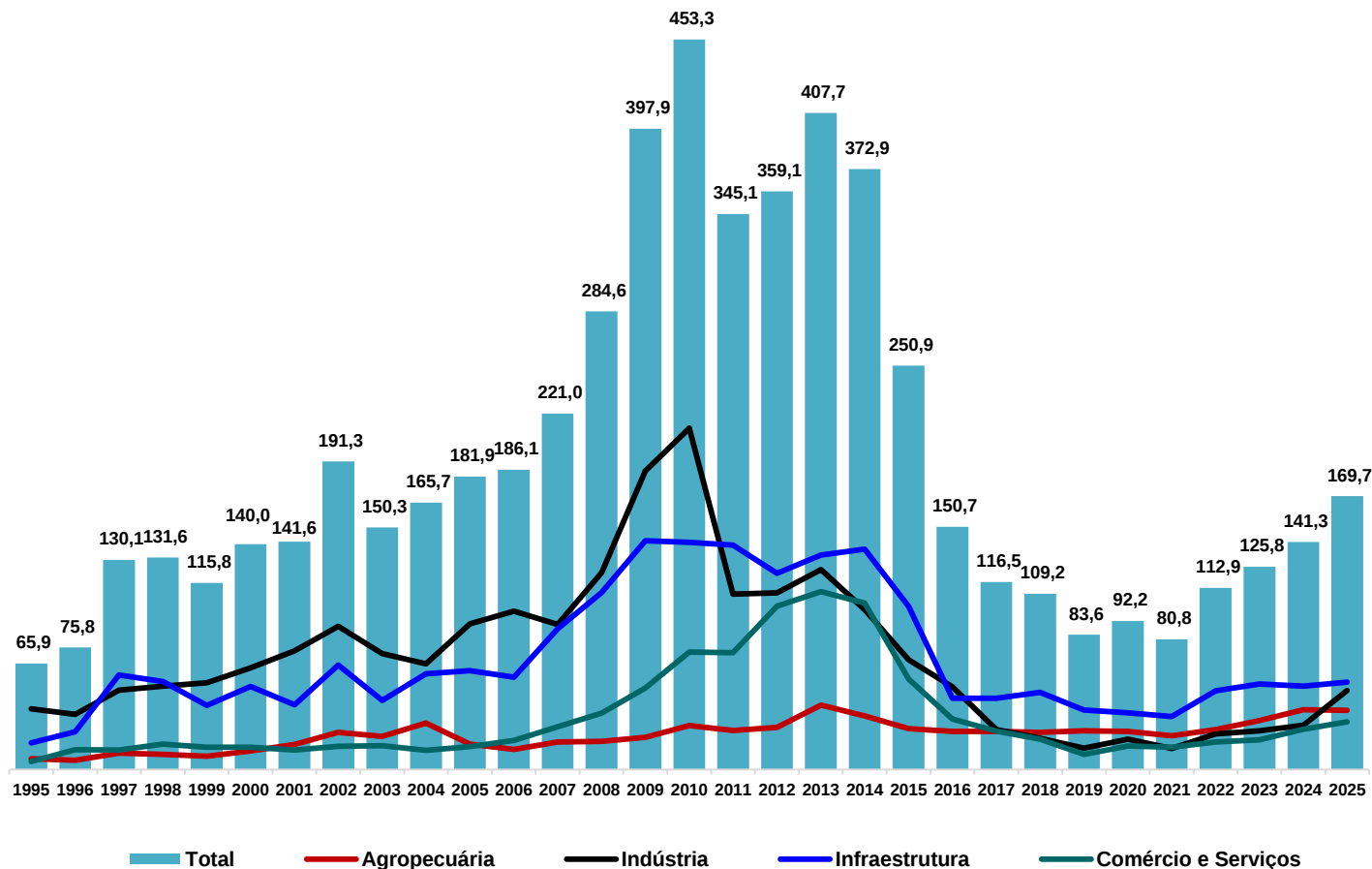


Fonte: BNDES (Boletim de desempenho dez/2025)

M e m o:

DESEMBOLSOS DO BNDES, POR SETORES (R\$ Bilhões de 2025)

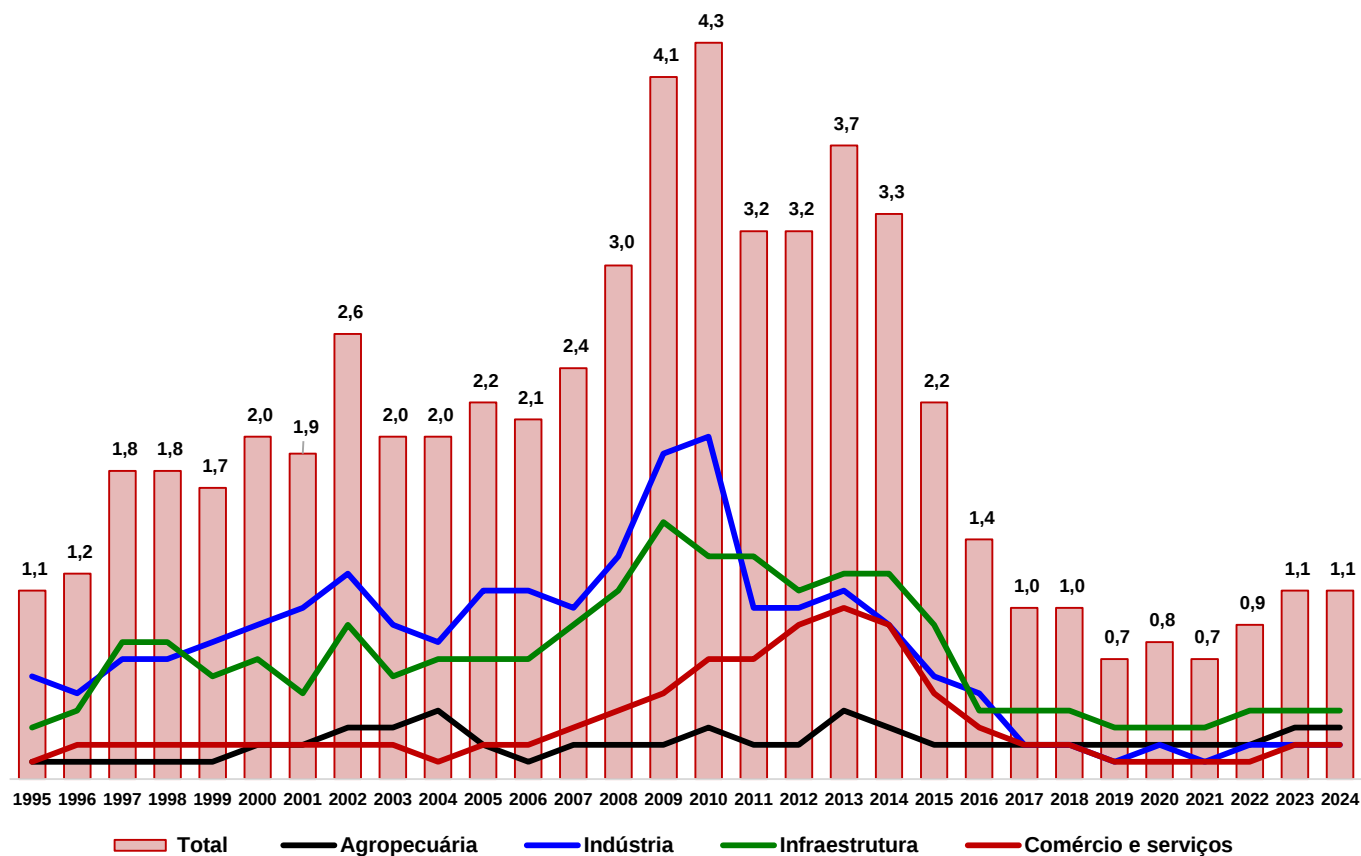
	Agropecuária	Indústria	Infraestrutura	Comércio e Serviços
1995	6,8	37,7	16,4	4,9
1996	5,7	34,3	23,4	12,4
1997	10,1	49,3	58,7	12,1
1998	9,3	51,8	54,7	15,7
1999	8,3	53,9	39,8	13,9
2000	11,6	63,1	51,5	13,8
2001	15,5	73,7	40,2	12,1
2002	23,1	89,0	64,8	14,5
2003	20,6	72,0	42,9	14,8
2004	28,8	65,6	59,4	11,9
2005	15,7	90,5	61,5	14,2
2006	12,4	98,3	57,3	18,0
2007	17,0	90,1	87,3	26,6
2008	17,5	122,2	109,9	35,0
2009	20,0	185,4	142,0	50,6
2010	27,3	212,0	141,1	72,9
2011	24,2	109,0	139,4	72,5
2012	26,2	109,8	121,8	101,4
2013	40,0	124,2	133,1	110,4
2014	33,3	99,4	136,9	103,3
2015	25,3	68,1	101,3	56,2
2016	23,7	51,5	44,2	31,3
2017	23,7	24,8	44,2	23,8
2018	23,1	19,4	48,0	18,8
2019	24,0	13,3	36,9	9,4
2020	23,6	18,8	35,2	14,6
2021	21,0	13,1	32,8	13,9
2022	24,8	22,1	48,8	17,1
2023	30,3	24,0	53,1	18,4
2024	37,1	27,6	51,8	24,9
2025	36,7	49,2	54,3	29,6



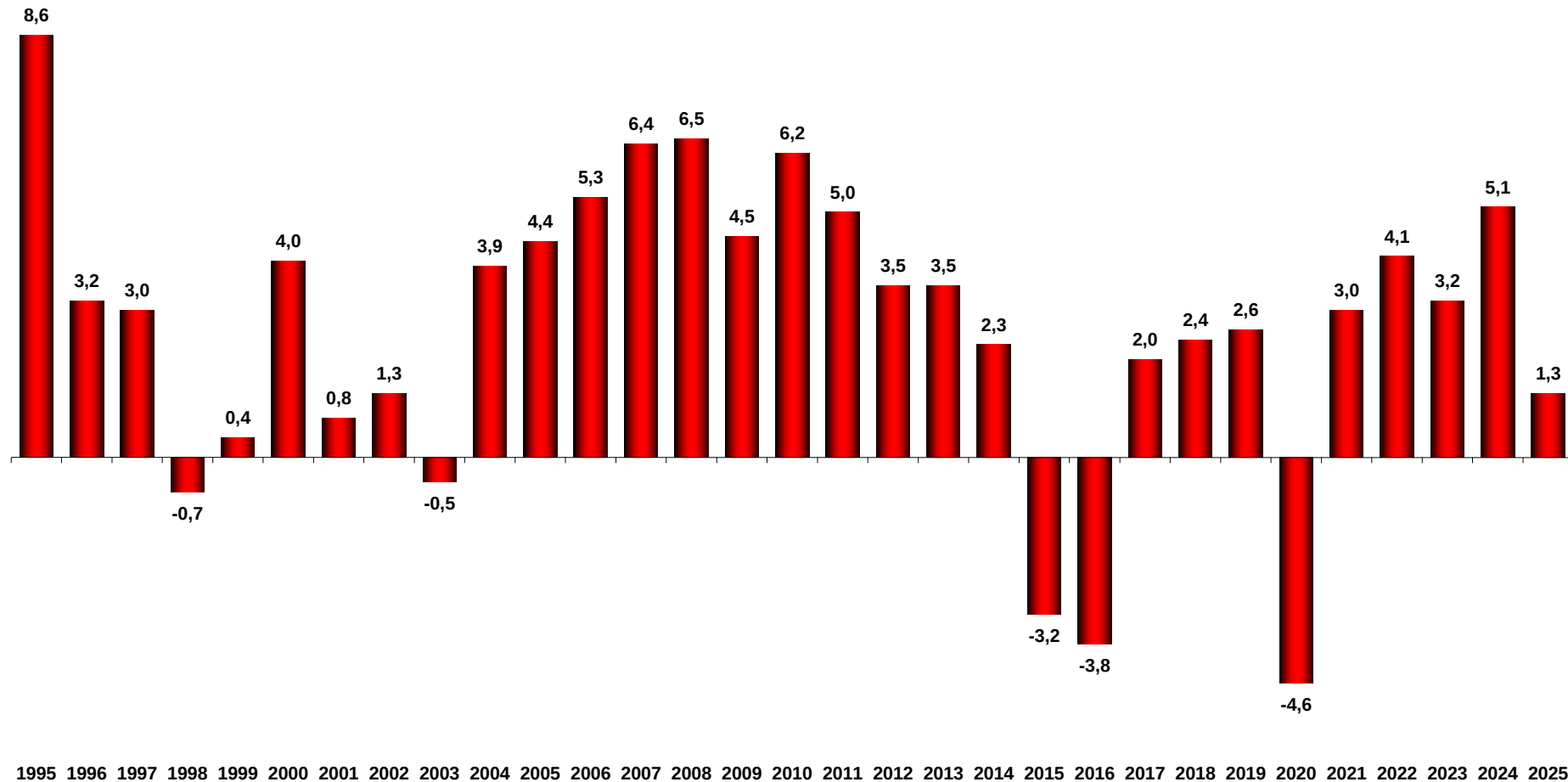
M e m o:

DESEMBOLSOS DO BNDES (% do PIB)

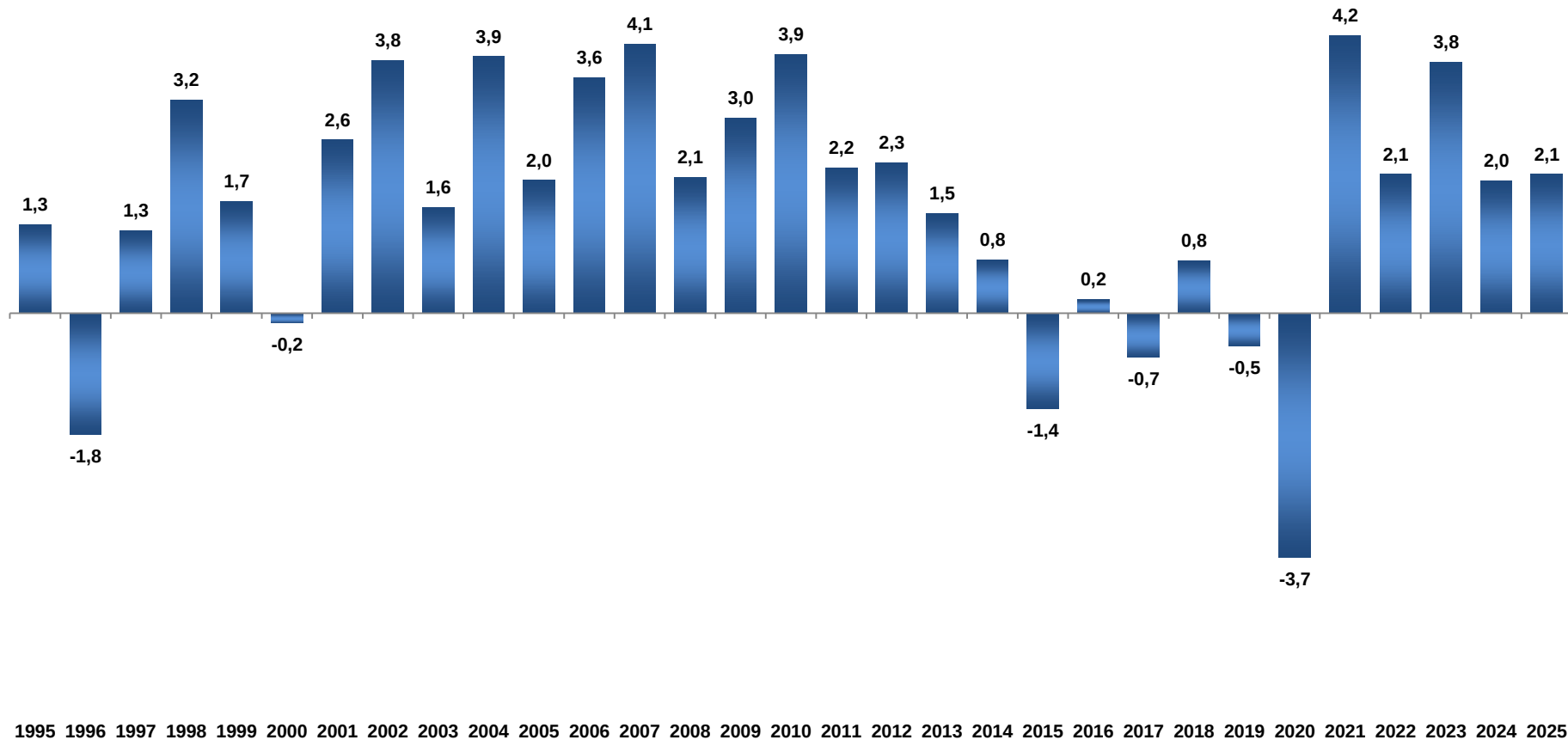
	Agropecuária	Indústria	Infraestrutura	Comércio e Serviços
1995	0,1	0,6	0,3	0,1
1996	0,1	0,5	0,4	0,2
1997	0,1	0,7	0,8	0,2
1998	0,1	0,7	0,8	0,2
1999	0,1	0,8	0,6	0,2
2000	0,2	0,9	0,7	0,2
2001	0,2	1,0	0,5	0,2
2002	0,3	1,2	0,9	0,2
2003	0,3	0,9	0,6	0,2
2004	0,4	0,8	0,7	0,1
2005	0,2	1,1	0,7	0,2
2006	0,1	1,1	0,7	0,2
2007	0,2	1,0	0,9	0,3
2008	0,2	1,3	1,1	0,4
2009	0,2	1,9	1,5	0,5
2010	0,3	2,0	1,3	0,7
2011	0,2	1,0	1,3	0,7
2012	0,2	1,0	1,1	0,9
2013	0,4	1,1	1,2	1,0
2014	0,3	0,9	1,2	0,9
2015	0,2	0,6	0,9	0,5
2016	0,2	0,5	0,4	0,3
2017	0,2	0,2	0,4	0,2
2018	0,2	0,2	0,4	0,2
2019	0,2	0,1	0,3	0,1
2020	0,2	0,2	0,3	0,1
2021	0,2	0,1	0,3	0,1
2022	0,2	0,2	0,4	0,1
2023	0,3	0,2	0,4	0,2
2024	0,3	0,2	0,4	0,2



CONSUMO DAS FAMÍLIAS Variação anual (%)



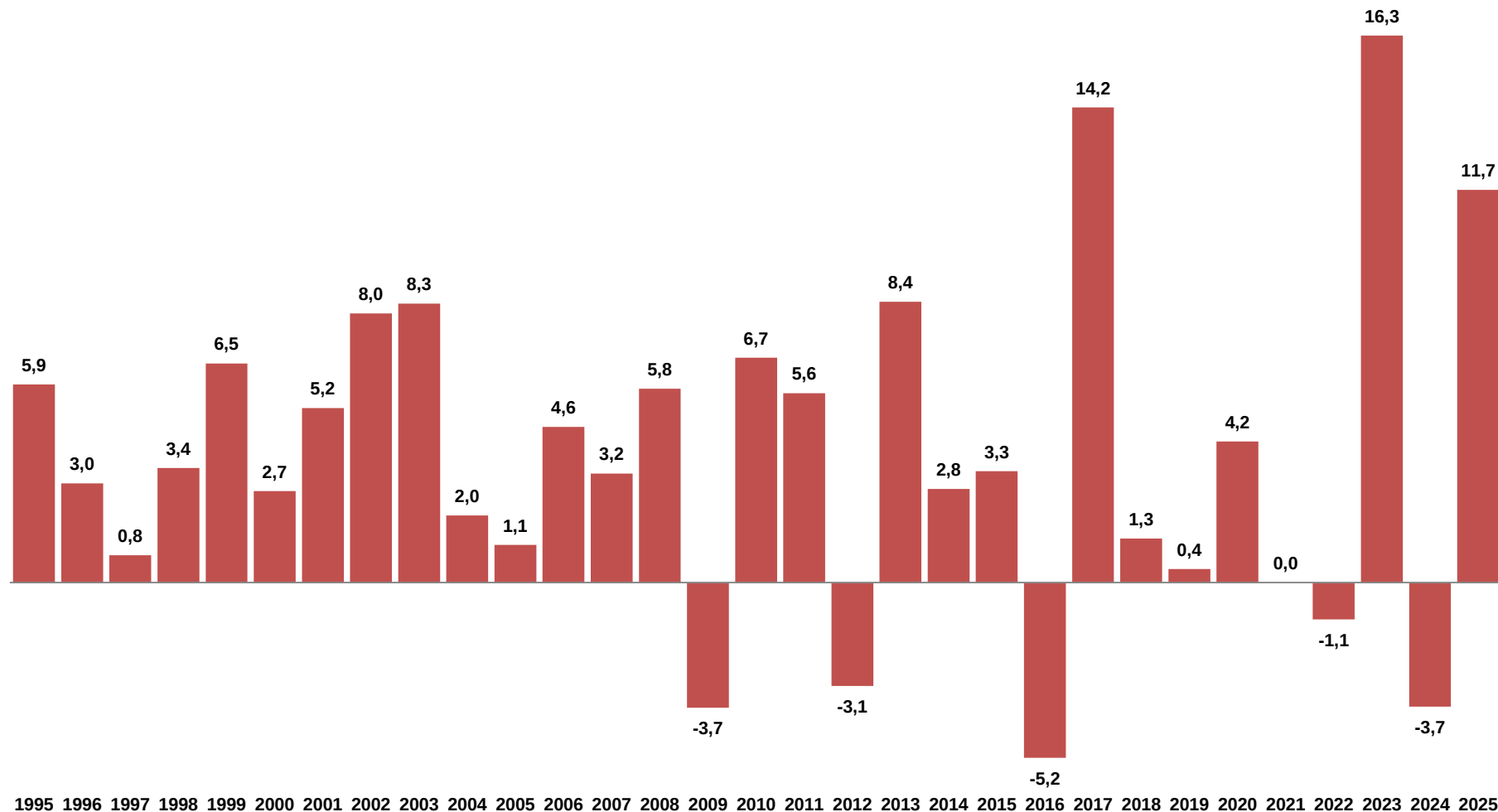
CONSUMO DO GOVERNO Variação anual (%)



TAXAS DE CRESCIMENTO DOS DIVERSOS SETORES

AGROPECUÁRIA

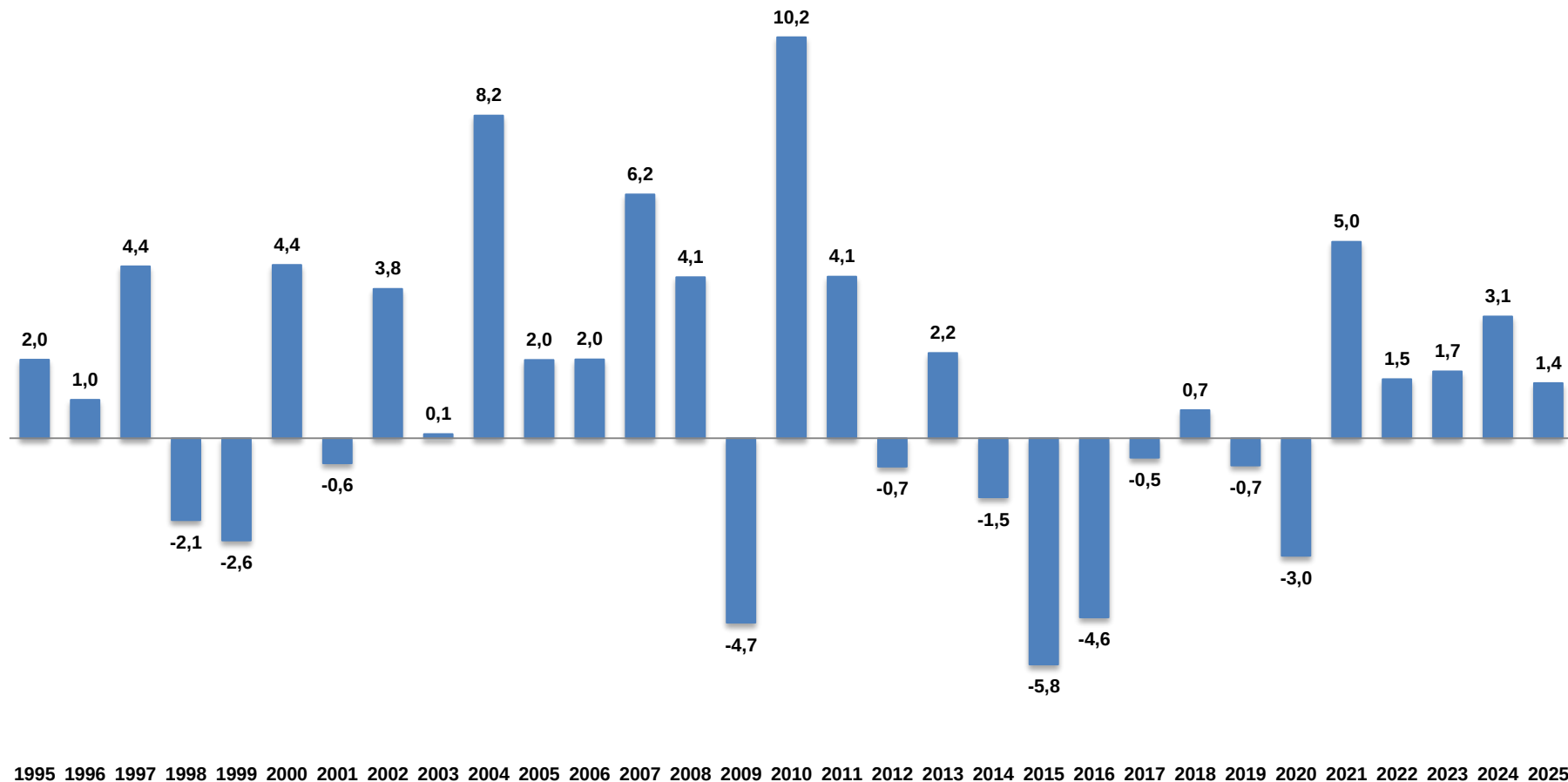
(Variação anual)



TAXAS DE CRESCIMENTO DOS DIVERSOS SETORES

INDÚSTRIA

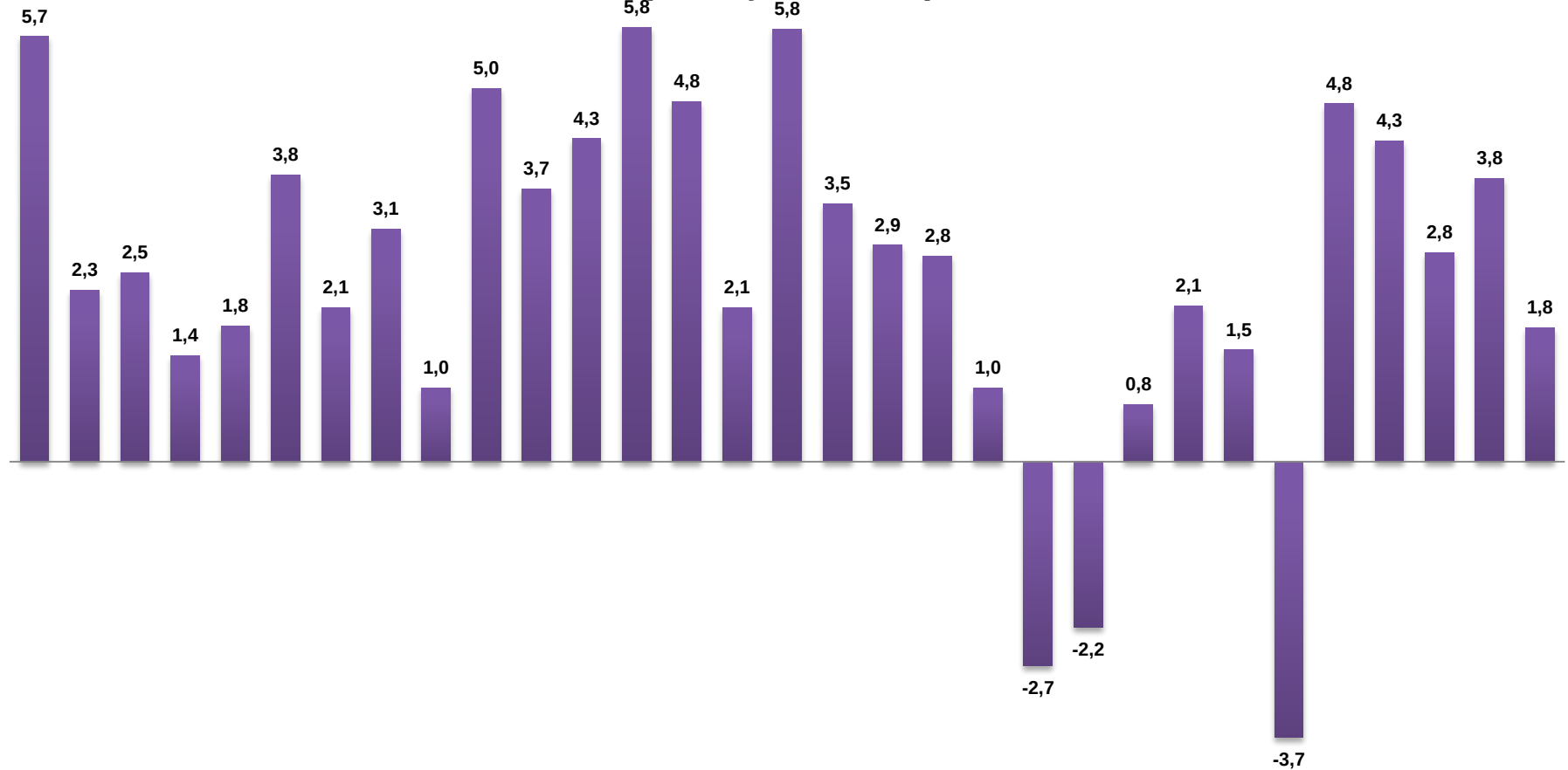
(Variação anual)



TAXAS DE CRESCIMENTO DOS DIVERSOS SETORES

SERVIÇOS

(Variação anual)

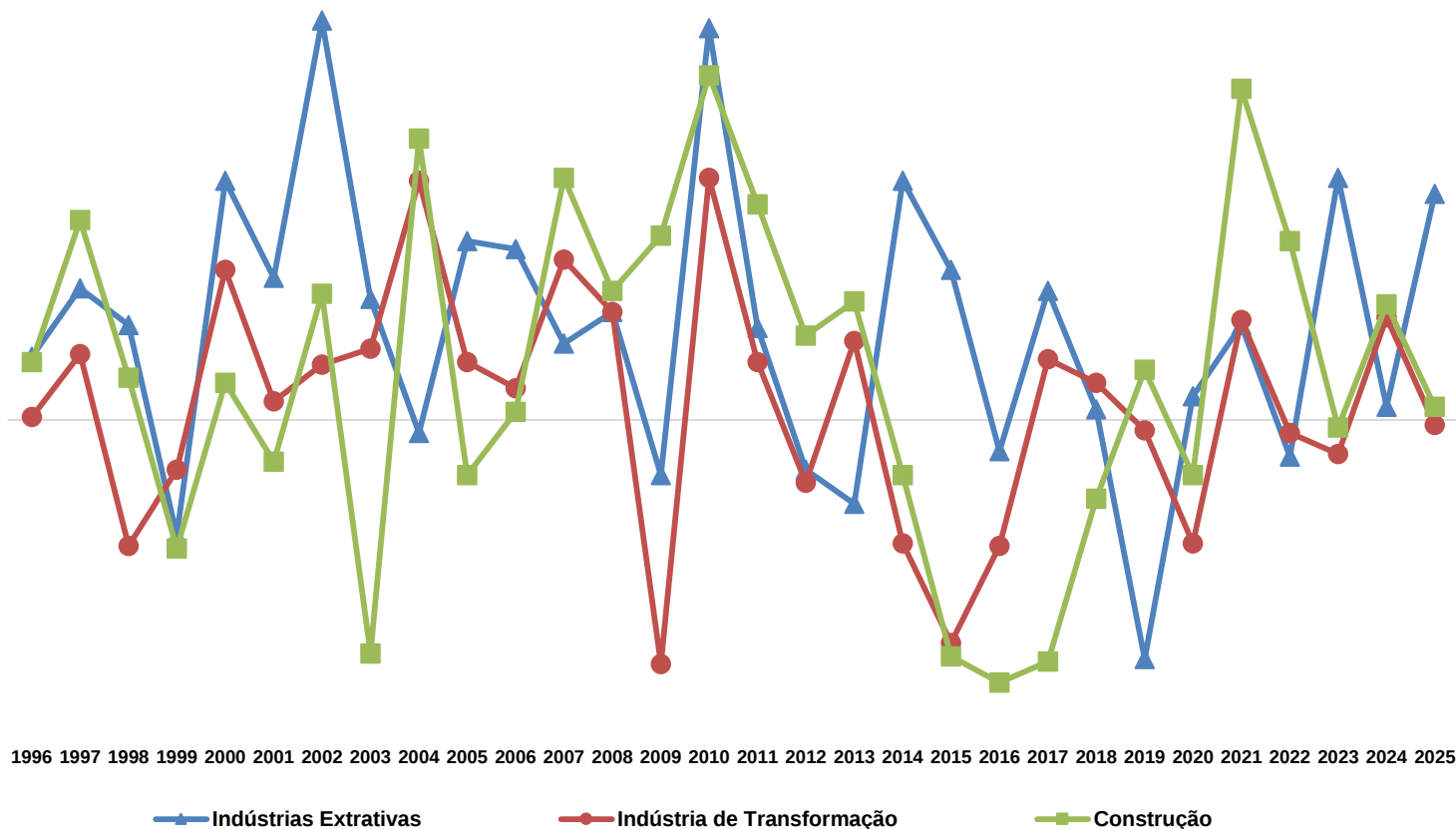


1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025

TAXAS DE CRESCIMENTO DOS DIVERSOS SUBSETORES INDUSTRIAIS (Variação anual)

M e m o:

	Indústrias Extrativas	Indústria de Transformação	Construção
1996	2,4	0,1	2,2
1997	5,0	2,5	7,6
1998	3,6	-4,8	1,6
1999	-4,4	-1,9	-4,9
2000	9,1	5,7	1,4
2001	5,4	0,7	-1,6
2002	15,2	2,1	4,8
2003	4,6	2,7	-8,9
2004	-0,5	9,1	10,7
2005	6,8	2,2	-2,1
2006	6,5	1,2	0,3
2007	2,9	6,1	9,2
2008	4,1	4,1	4,9
2009	-2,1	-9,3	7,0
2010	14,9	9,2	13,1
2011	3,5	2,2	8,2
2012	-1,9	-2,4	3,2
2013	-3,2	3,0	4,5
2014	9,1	-4,7	-2,1
2015	5,7	-8,5	-9,0
2016	-1,2	-4,8	-10,0
2017	4,9	2,3	-9,2
2018	0,4	1,4	-3,0
2019	-9,1	-0,4	1,9
2020	0,9	-4,7	-2,1
2021	3,6	3,8	12,6
2022	-1,4	-0,5	6,8
2023	9,2	-1,3	-0,3
2024	0,5	3,9	4,4
2025	8,6	-0,2	0,5



ESTRUTURA SETORIAL DA PRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO VALOR ADICIONADO BRUTO CORRENTE

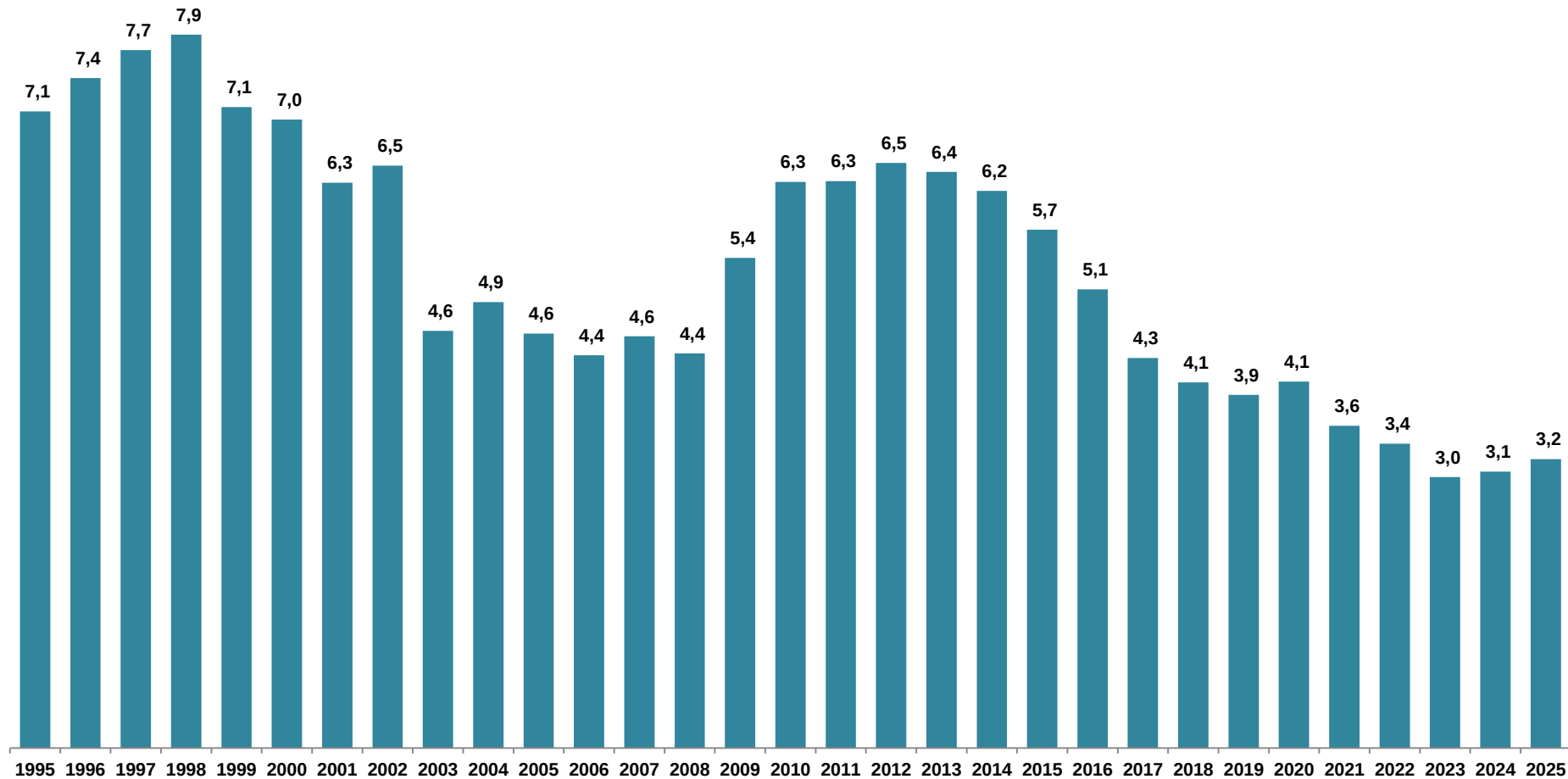
(%)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Agropecuária	5,0	4,8	4,7	4,8	4,6	4,8	4,8	5,5	6,2	5,7	4,7	4,4	4,4	4,6	4,5	4,1	4,3	4,2	4,5	4,3	4,3	4,9	4,6	4,4	4,2	5,7	6,6	5,8	6,0	5,8	6,1
Indústria	23,4	22,3	22,6	22,1	21,7	23,0	22,6	22,5	23,1	24,3	24,2	23,5	23,1	23,1	21,9	23,3	23,1	22,1	21,2	20,5	19,4	18,4	18,2	18,7	18,8	19,5	22,1	22,8	22,1	20,9	20,1
Indústrias extrativas	0,6	0,7	0,6	0,5	0,7	1,2	1,4	1,7	1,9	2,1	2,7	3,0	2,5	3,2	1,9	2,8	3,7	3,9	3,6	3,2	1,8	0,9	1,4	2,3	2,5	2,5	4,7	4,7	3,7	3,6	3,2
Indústria de transformação	14,5	13,1	13,0	12,2	12,3	13,1	13,1	12,4	14,5	15,1	14,7	14,1	14,2	14,0	13,1	12,7	11,8	10,7	10,5	10,3	10,5	10,8	10,7	10,5	10,3	10,7	11,9	13,1	13,3	12,1	11,8
Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	2,1	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,7	2,6	2,2	2,3	2,4	2,3	2,1	1,7	1,6	2,1	2,3	2,4	2,4	2,6	2,7	2,5	2,1	2,2	2,1	2,0
Construção	6,1	6,5	6,8	7,0	6,2	6,0	5,3	5,5	4,0	4,2	3,9	3,7	3,9	3,7	4,6	5,3	5,3	5,5	5,5	5,3	4,9	4,4	3,7	3,5	3,4	3,5	3,1	2,9	3,0	3,0	3,2
Serviços	58,1	60,3	60,6	61,1	60,2	58,3	57,7	57,3	56,4	54,9	56,1	57,1	57,7	56,8	59,1	57,6	57,6	58,7	59,7	61,3	62,3	63,2	63,3	62,7	63,1	61,4	56,9	58,1	59,2	59,2	59,7

Obs: O valor adicionado bruto corrente = PIB - impostos + subsídios

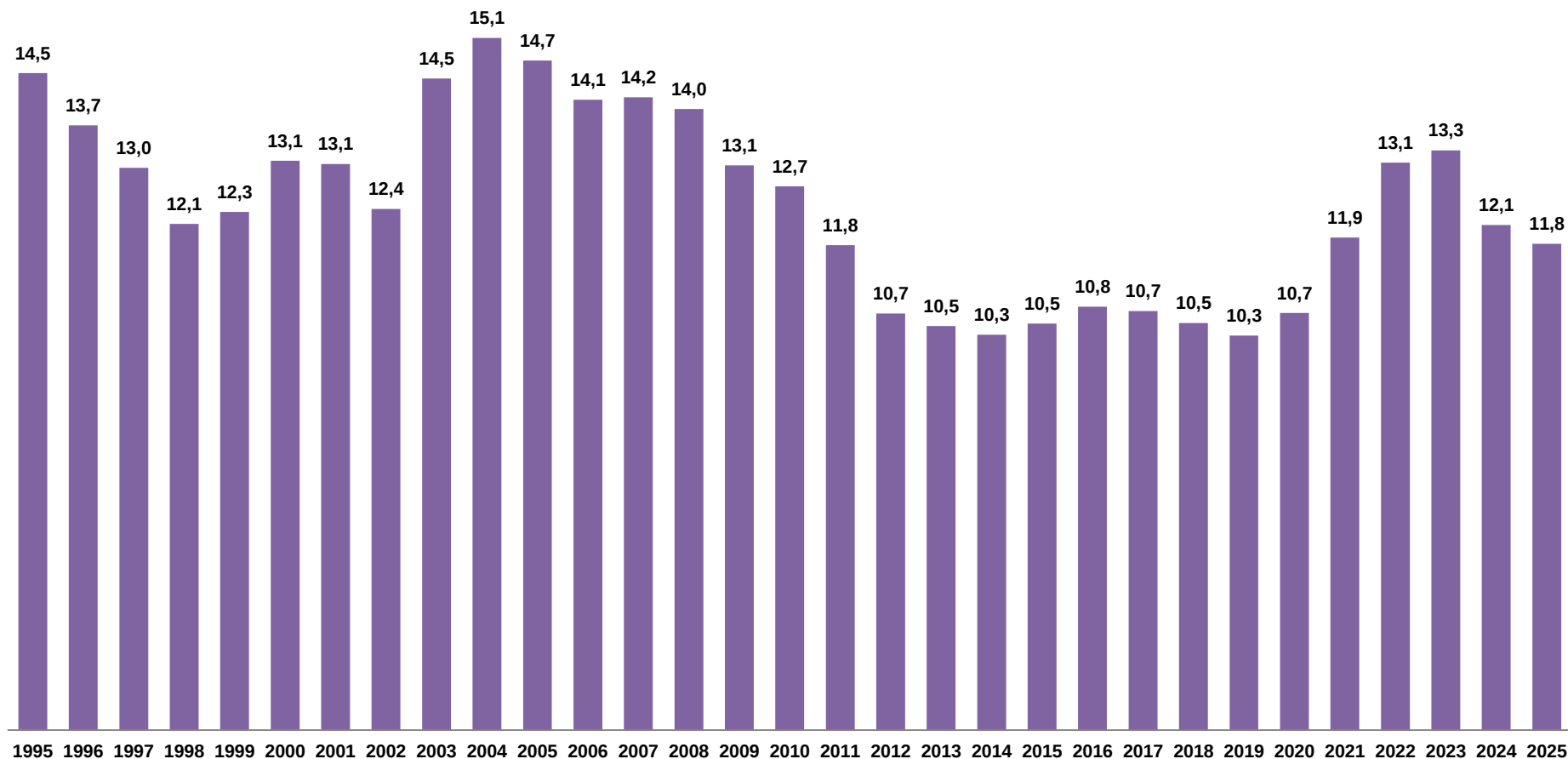
Fonte: IBGE

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PIB (% Valores Correntes)

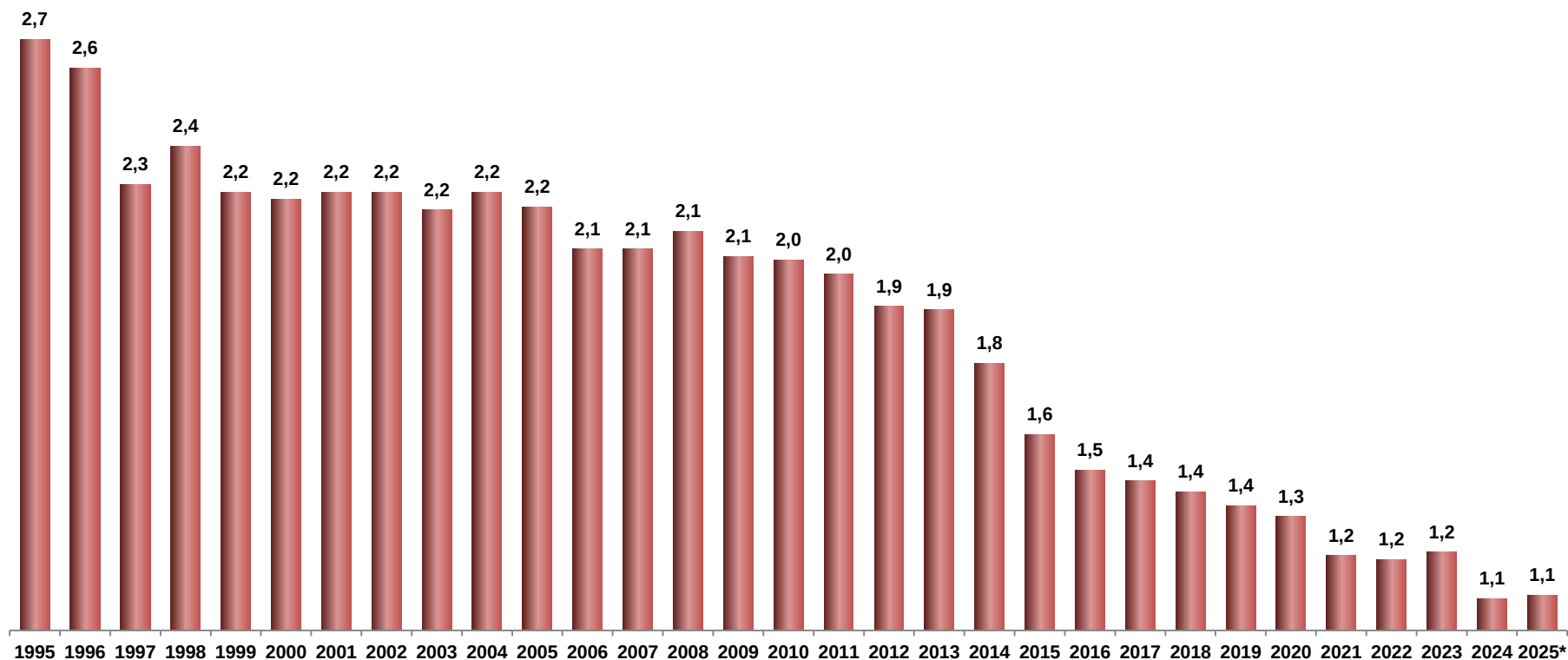


Fonte: IPEADATA/ 2025 Portal da CBIC

PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PIB (%)



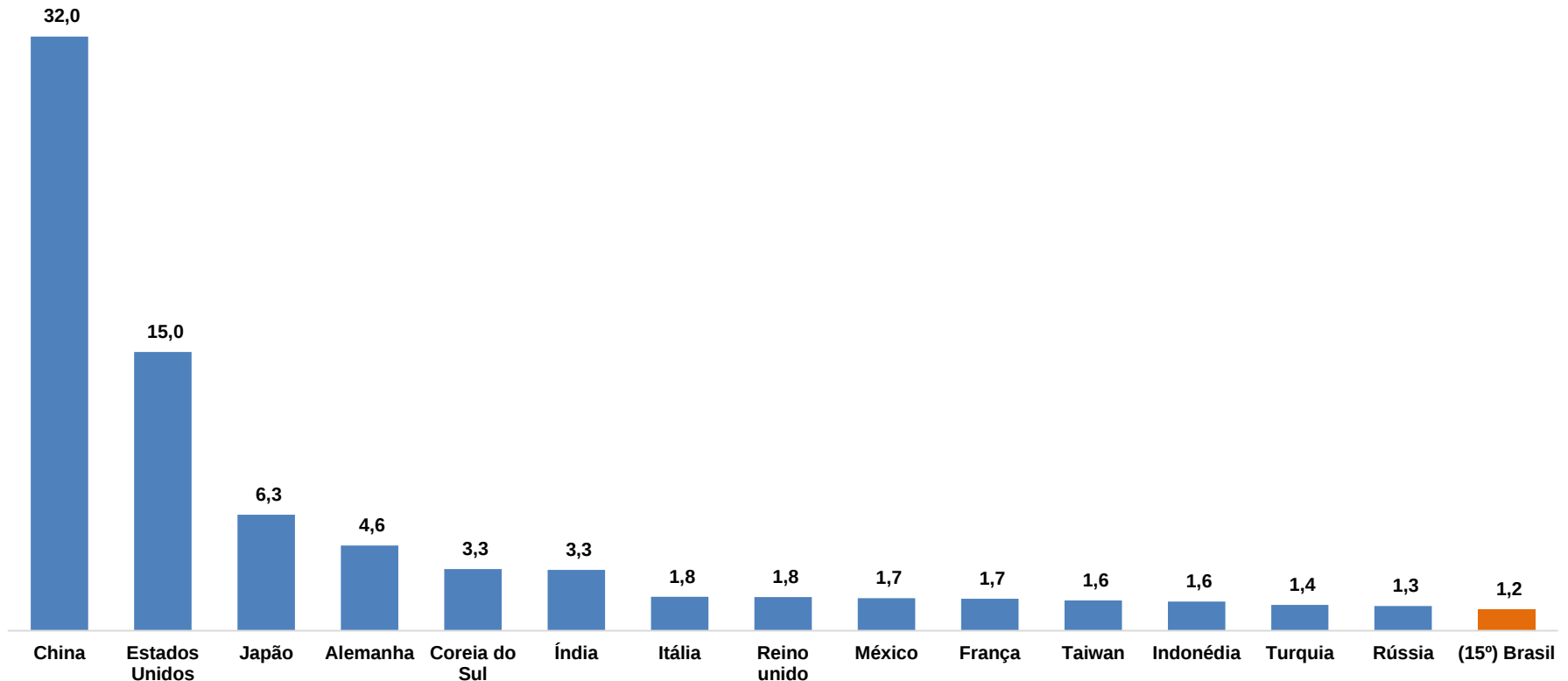
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRODUÇÃO MUNDIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%)



* Estimativa

Fonte: CNI - Perfil da Indústria Brasileira

PARTICIPAÇÃO DE CADA PAÍS NA PRODUÇÃO MUNDIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – 2024 (%)

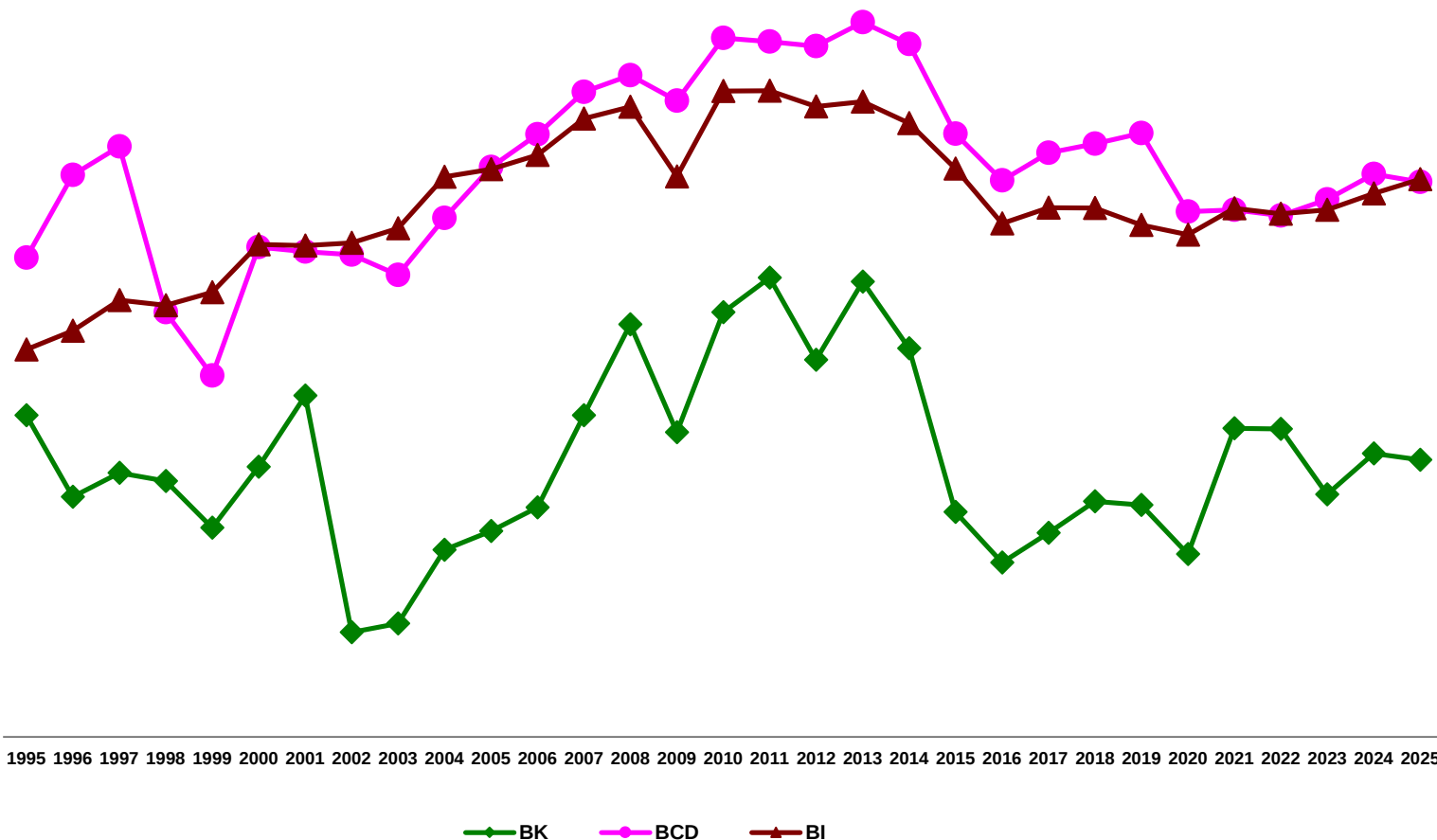


Fonte: CNI – Indicadores econômicos

M e m o:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR TIPO DE BEM Índice de Quantum (Ano Base 1994= 100)

Índices			
Ano Base 1994= 100			
	BK	BCD	BI
1995	90,0	114,5	100,2
1996	77,3	127,3	103,1
1997	81,0	131,8	107,9
1998	79,8	106,0	107,1
1999	72,5	96,1	109,1
2000	82,0	116,1	116,5
2001	93,0	115,4	116,4
2002	56,2	114,9	116,8
2003	57,6	111,8	119,0
2004	69,1	120,6	127,1
2005	72,0	128,6	128,2
2006	75,7	133,6	130,5
2007	90,0	140,3	136,1
2008	104,1	142,8	137,9
2009	87,4	138,9	127,1
2010	106,0	148,6	140,4
2011	111,4	148,1	140,4
2012	98,6	147,3	138,0
2013	110,7	151,1	138,7
2014	100,4	147,7	135,4
2015	74,9	133,7	128,3
2016	67,1	126,5	119,8
2017	71,7	130,8	122,2
2018	76,6	132,2	122,2
2019	76,1	133,8	119,6
2020	68,4	121,6	118,0
2021	88,0	121,9	122,2
2022	87,9	121,0	121,3
2023	77,7	123,5	121,9
2024	84,0	127,5	124,5
2025	83,1	126,2	126,7

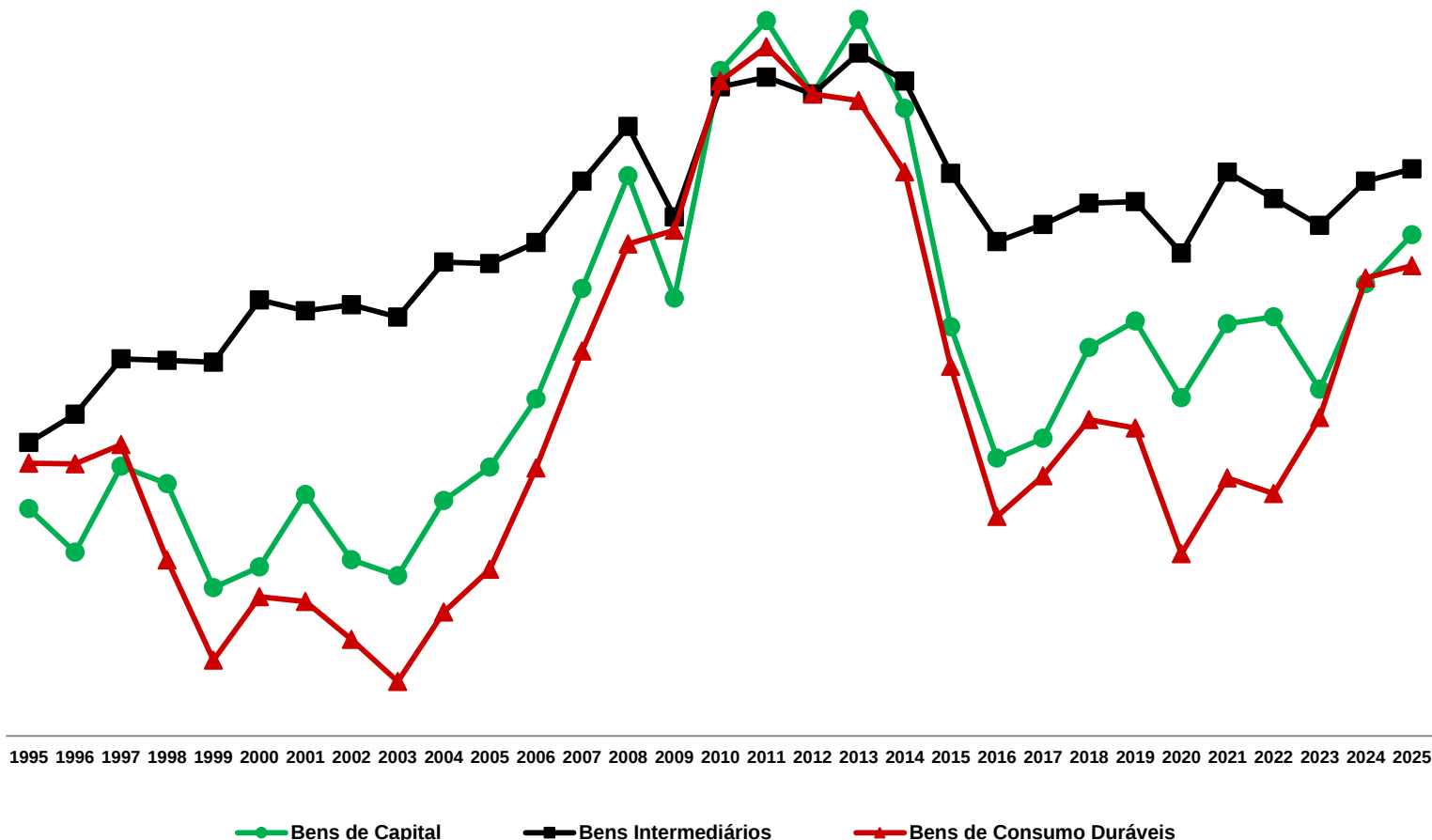


1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025

M e m o:

CONSUMO APARARENTE DE BENS INDUSTRIAIS* Índice (Ano Base 2012= 100)

Índices Dessazonalizados Ano Base 2012=100			
	BC	BI	BCD
1995	58,0	64,7	62,6
1996	53,6	67,6	62,6
1997	62,3	73,2	64,5
1998	60,5	73,0	52,8
1999	50,0	72,9	42,7
2000	52,1	79,1	49,1
2001	59,5	78,0	48,6
2002	52,8	78,6	44,8
2003	51,2	77,4	40,5
2004	58,8	83,0	47,6
2005	62,2	82,8	51,9
2006	69,1	85,0	62,1
2007	80,3	91,2	74,0
2008	91,7	96,7	84,8
2009	79,3	87,5	86,2
2010	102,4	100,7	101,3
2011	107,4	101,7	104,8
2012	100,0	100,0	100,0
2013	107,5	104,1	99,3
2014	98,5	101,3	92,1
2015	76,5	92,0	72,4
2016	63,1	85,1	57,2
2017	65,2	86,8	61,4
2018	74,3	89,0	67,0
2019	77,0	89,1	66,2
2020	69,3	83,9	53,5
2021	76,7	92,1	61,1
2022	77,5	89,4	59,5
2023	70,1	86,7	67,2
2024	80,8	91,2	81,4
2025	85,7	92,4	82,6



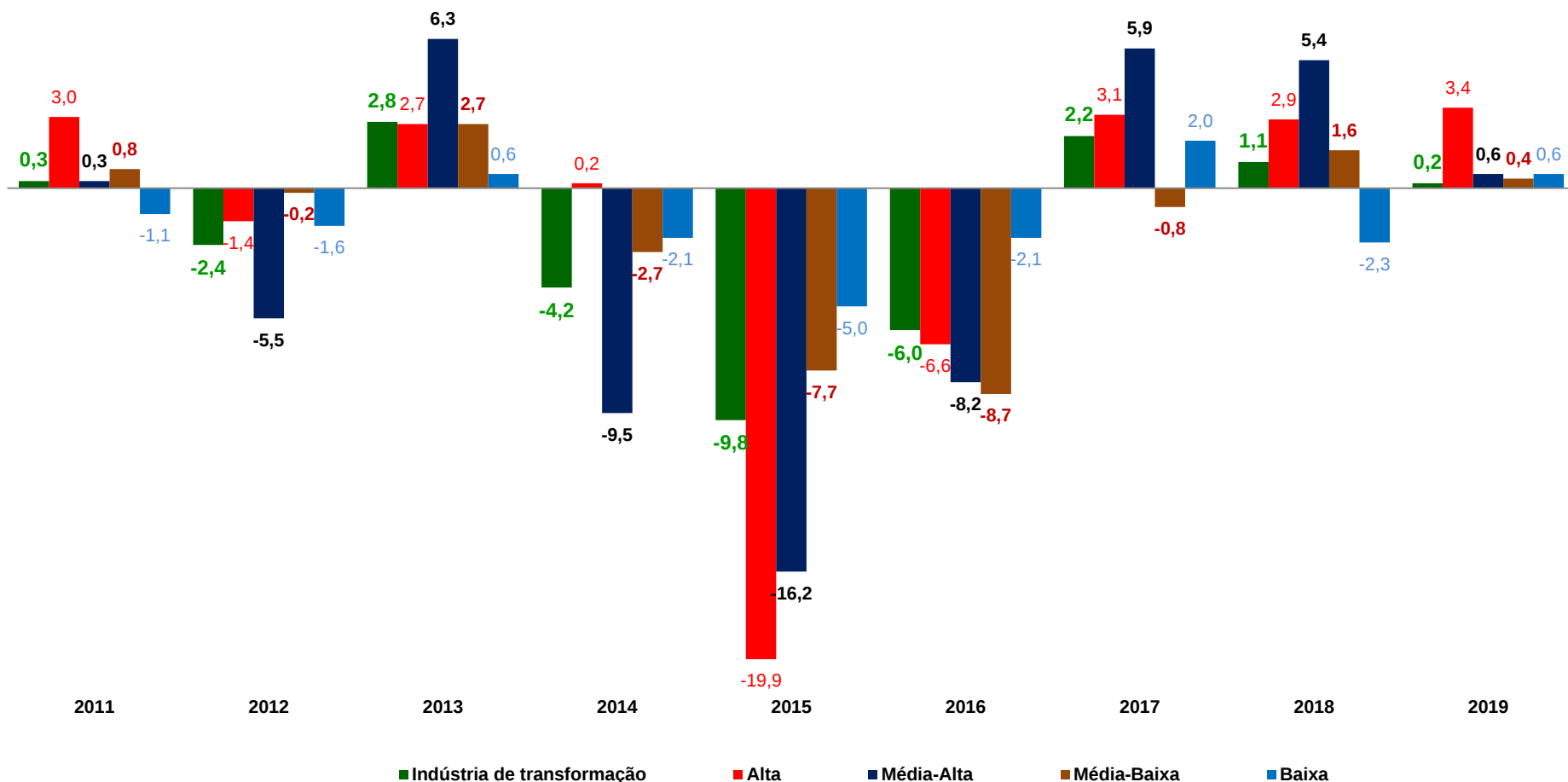
* Consumo aparente= produção + importações - exportações

Obs: Inclui outros componentes (bens de consumo não duráveis)

Fonte: IPEADATA

BC - Bens de Capital
BI - Bens Intermediários
BCD - Bens de Consumo Duráveis

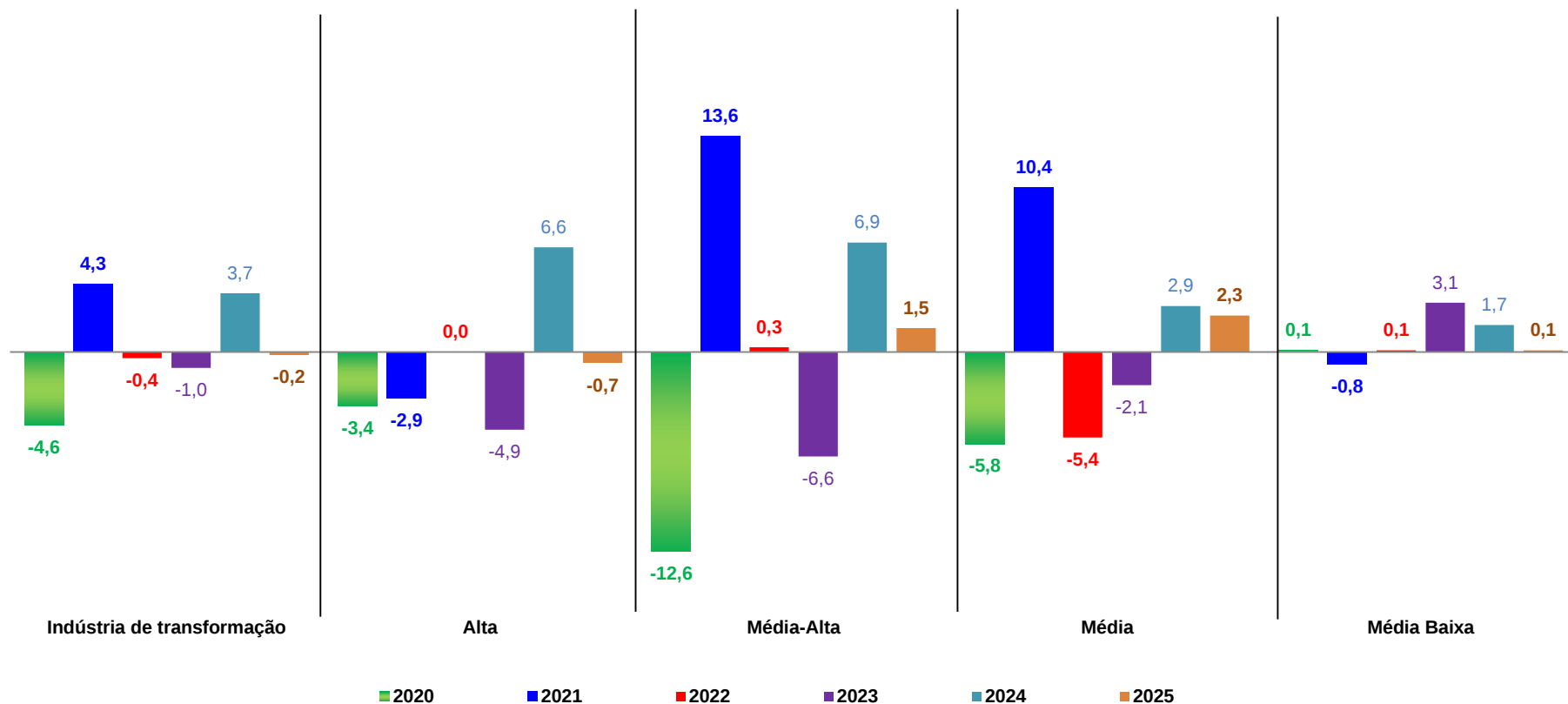
PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA Classificação Anterior OCDE Variação Anual



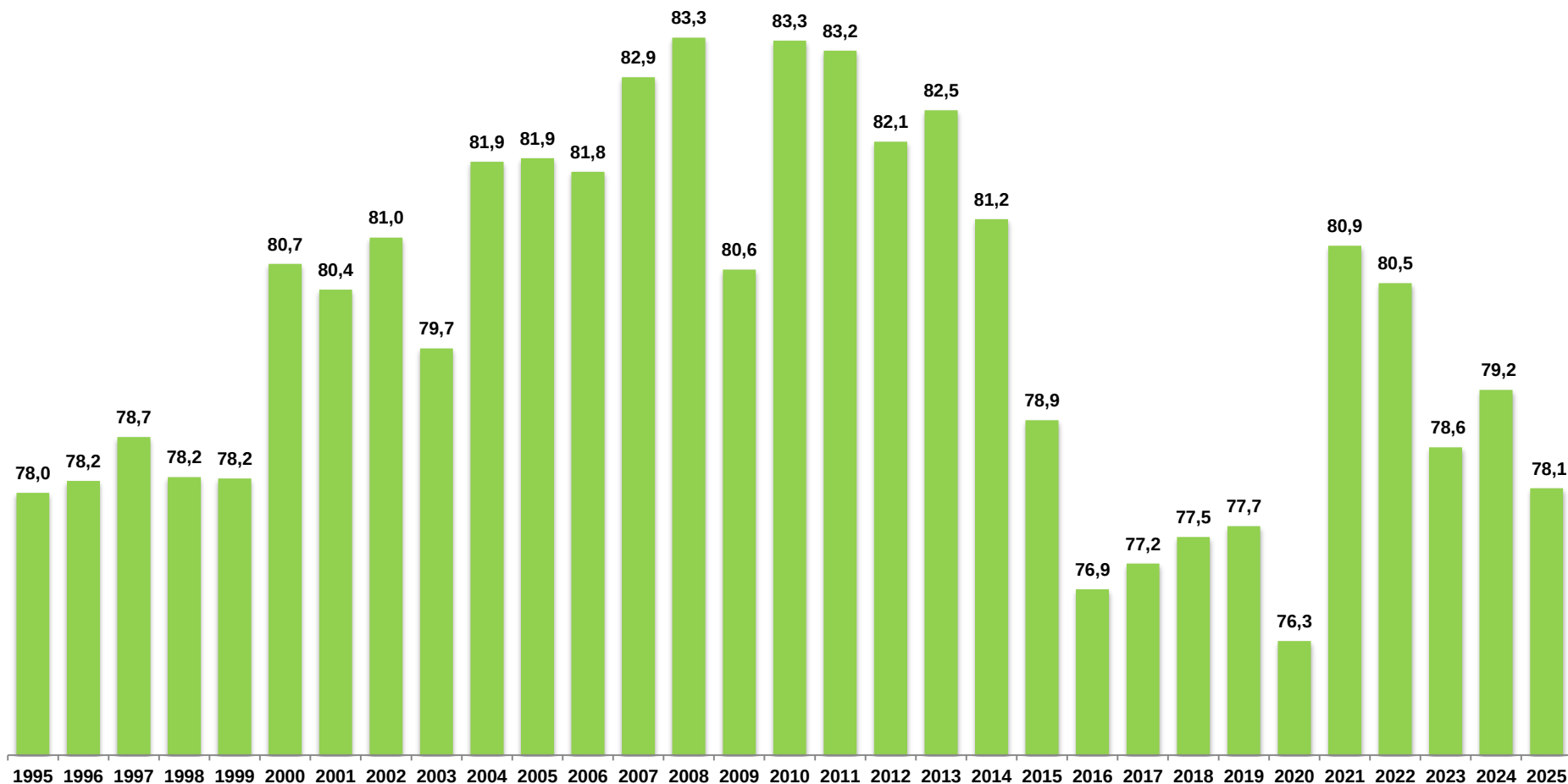
PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA

Variação Anual

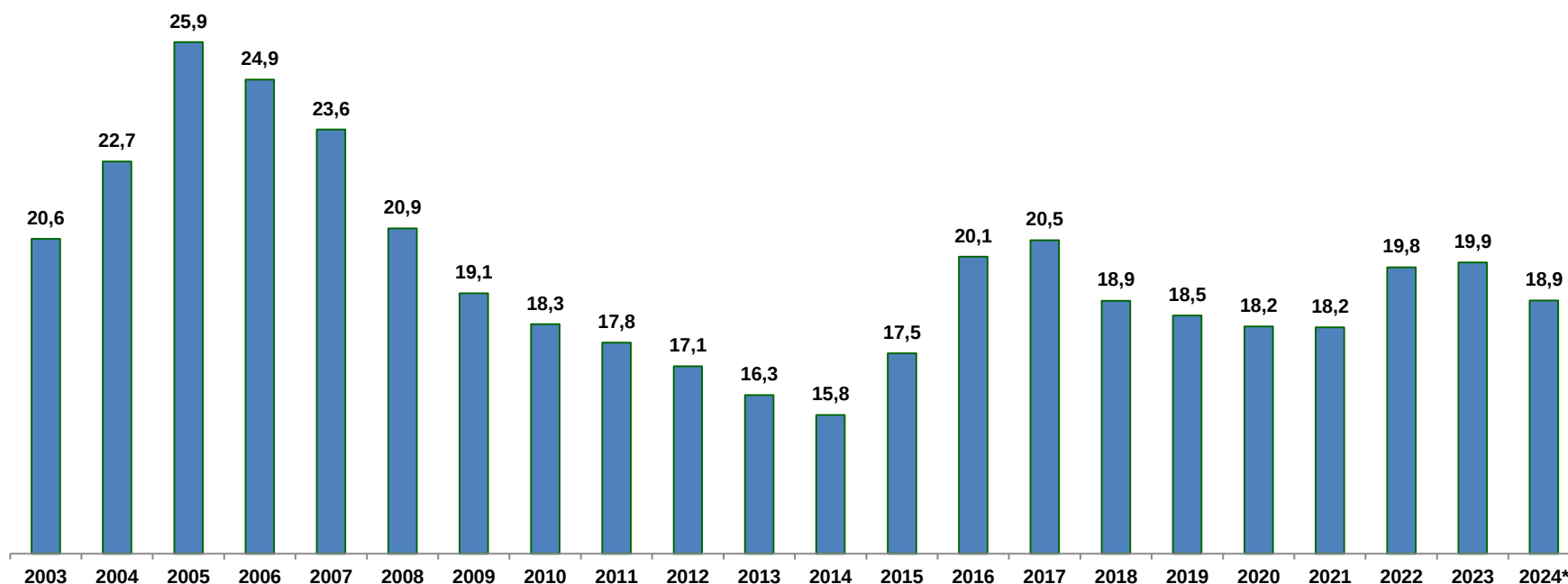
Nova Classificação OCDE



NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%)



COEFICIENTE DE EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES (%)

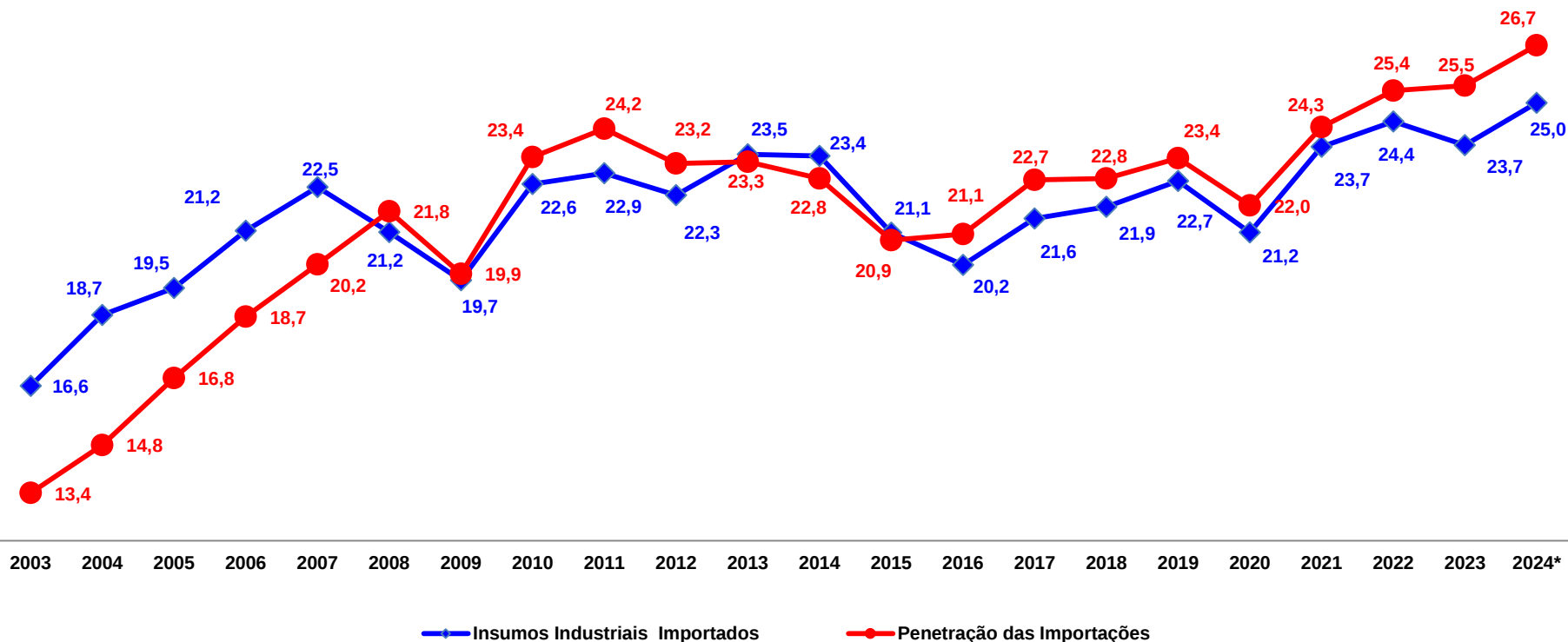


* Estimativa CNI

Nota: Coeficiente de Exportações Industriais = Exportações Industriais / Produção Industrial

Fonte: CNI

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES (%)

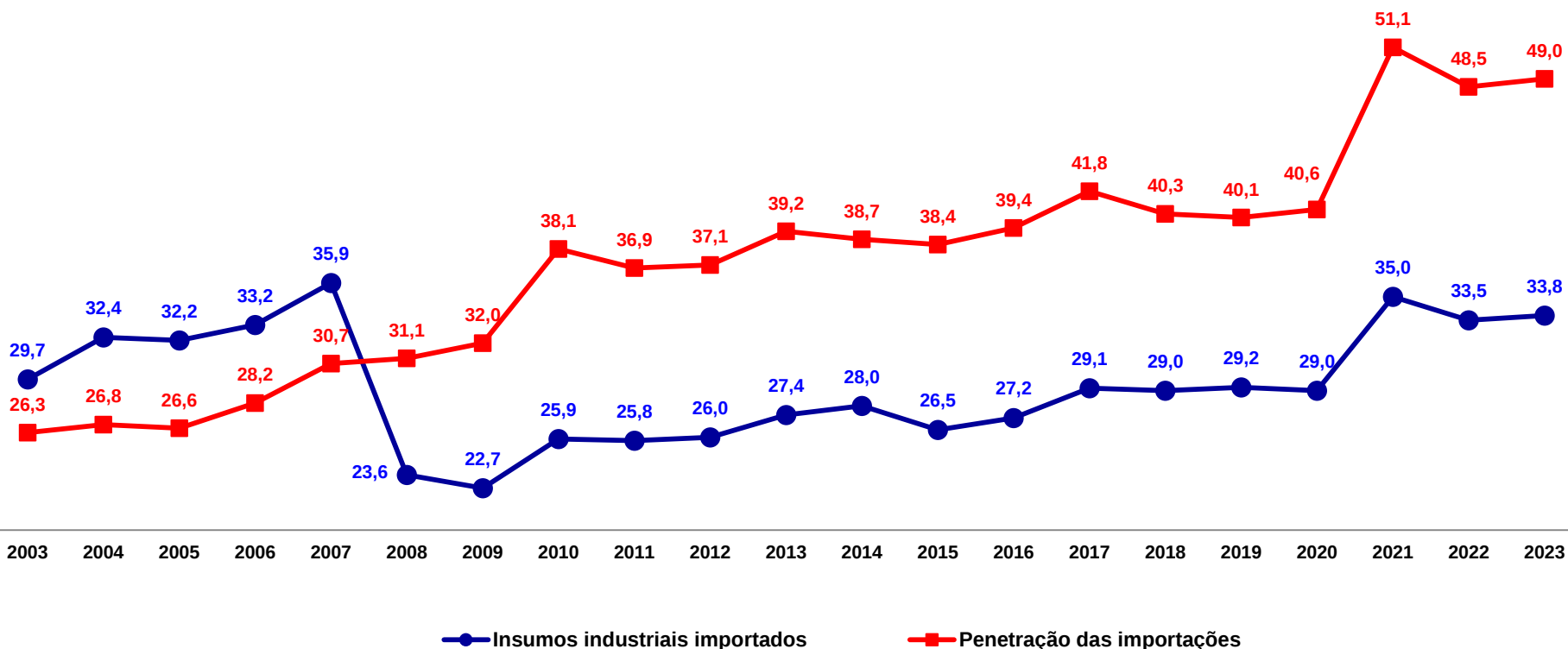


* Estimativa

Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

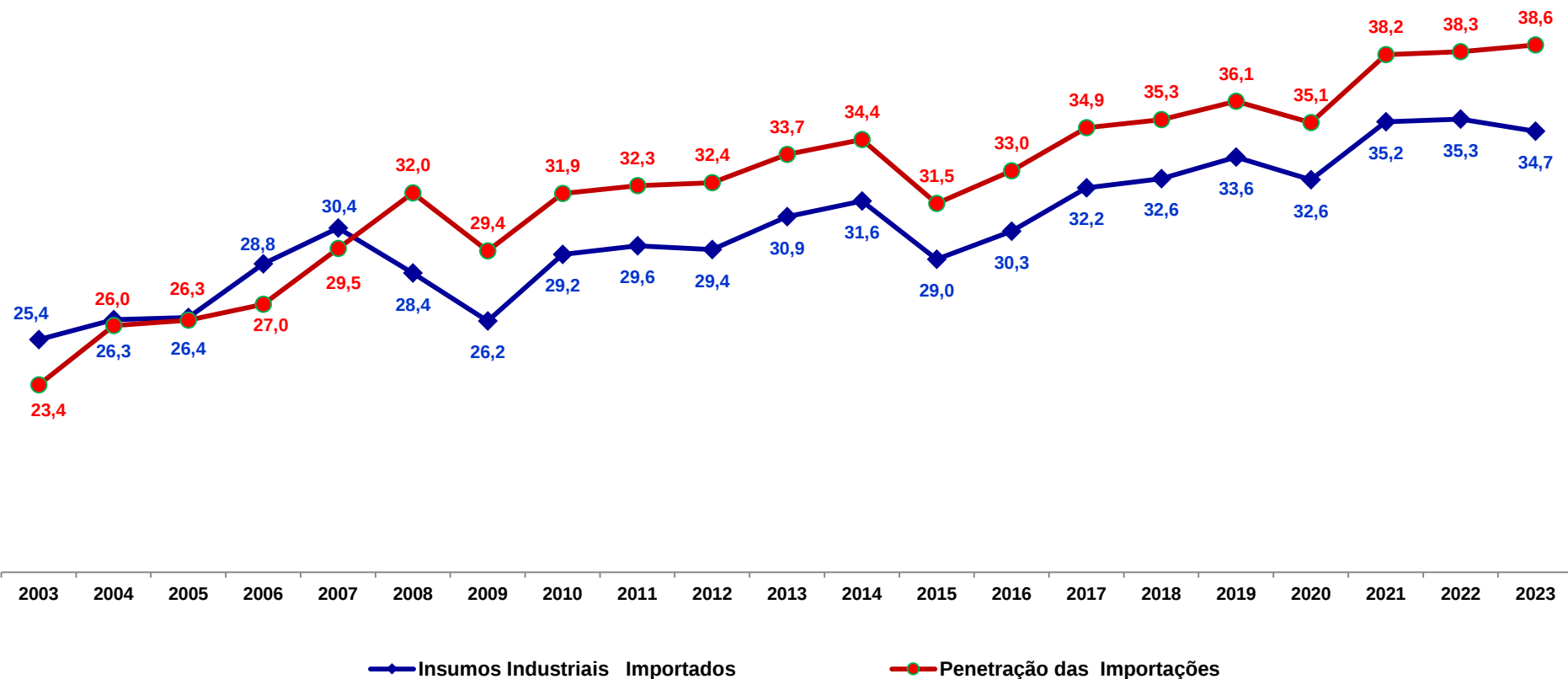
COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS (%)



Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES QUÍMICOS (%)



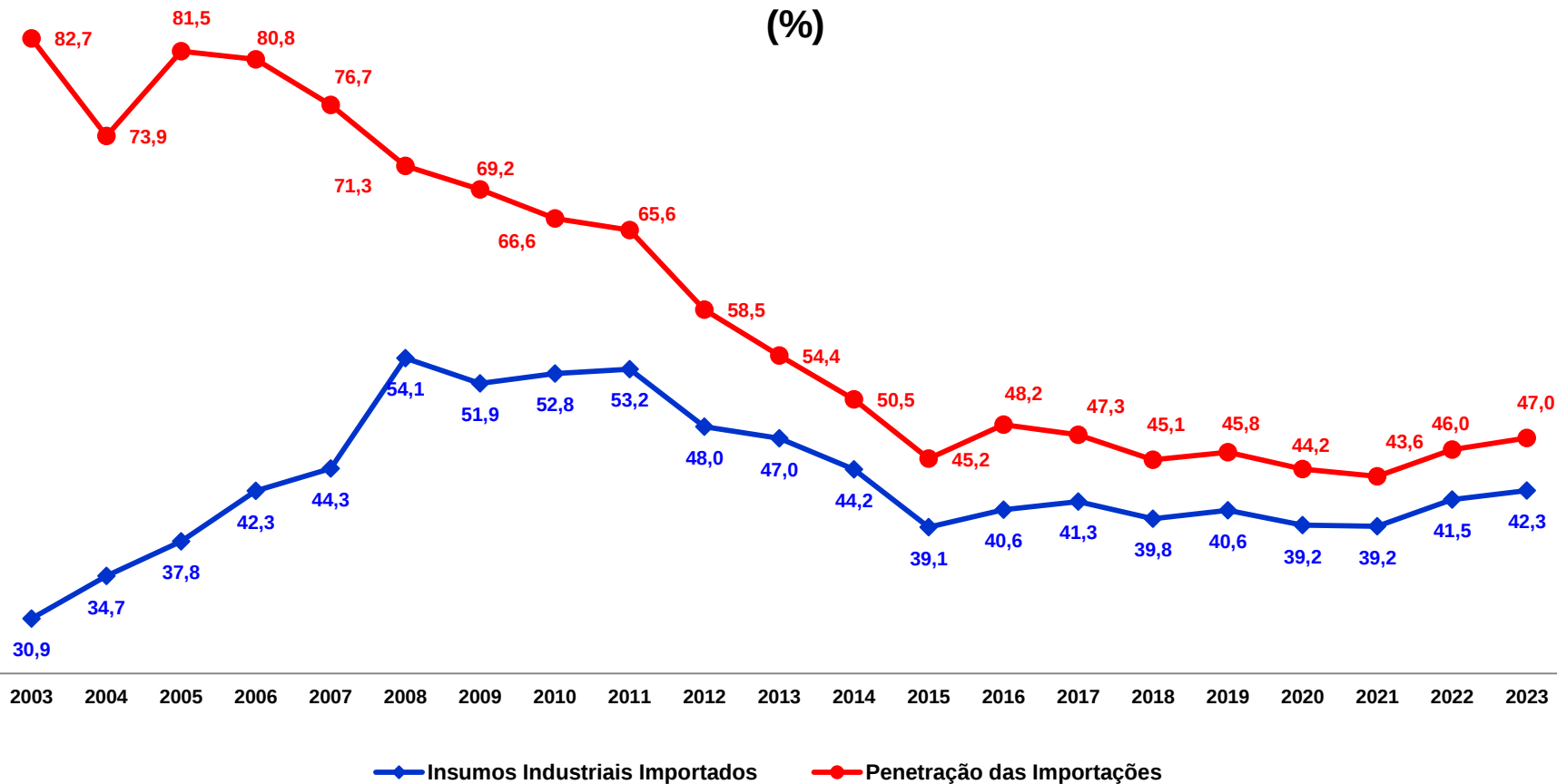
Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ELETRÔNICOS E ÓPTICOS

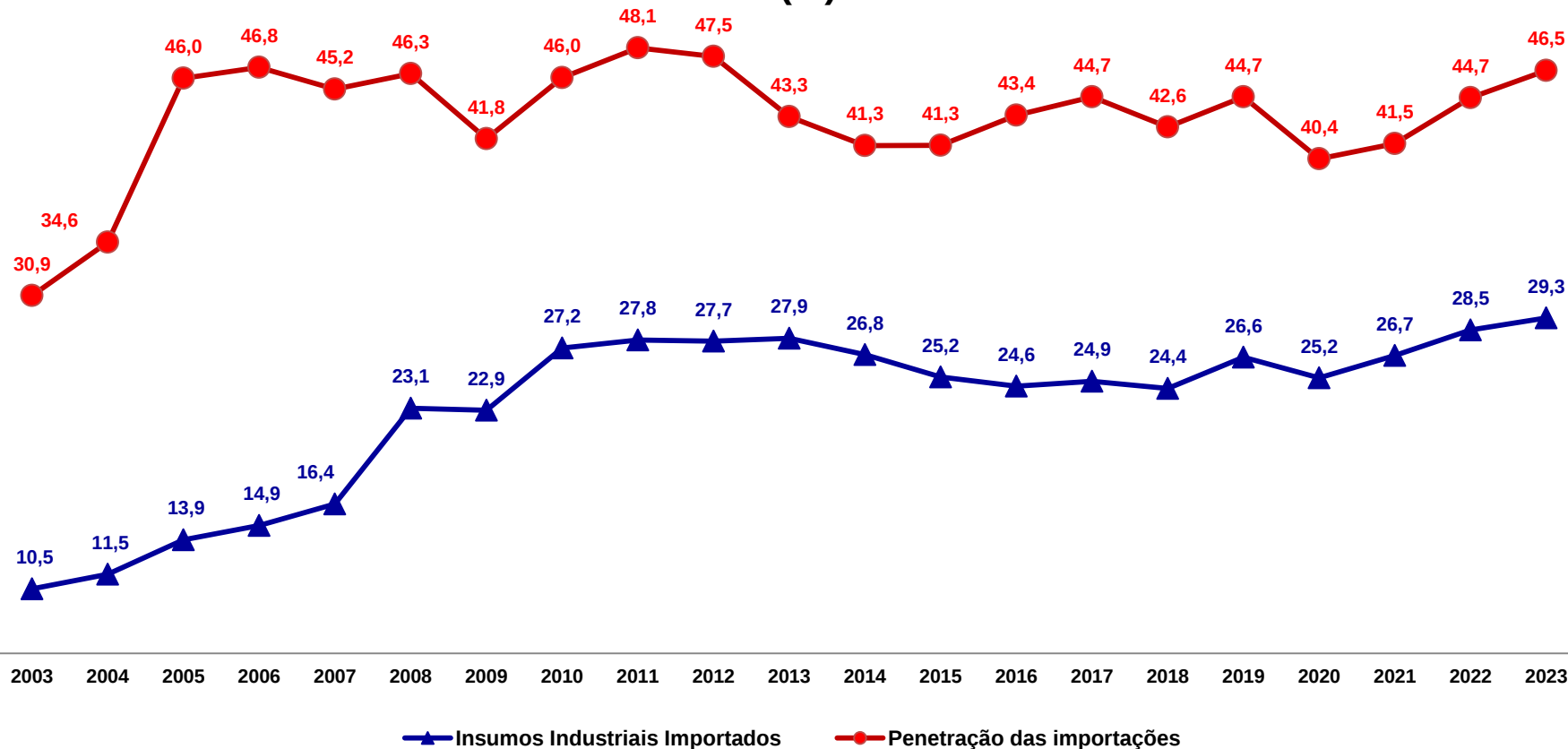
(%)



Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

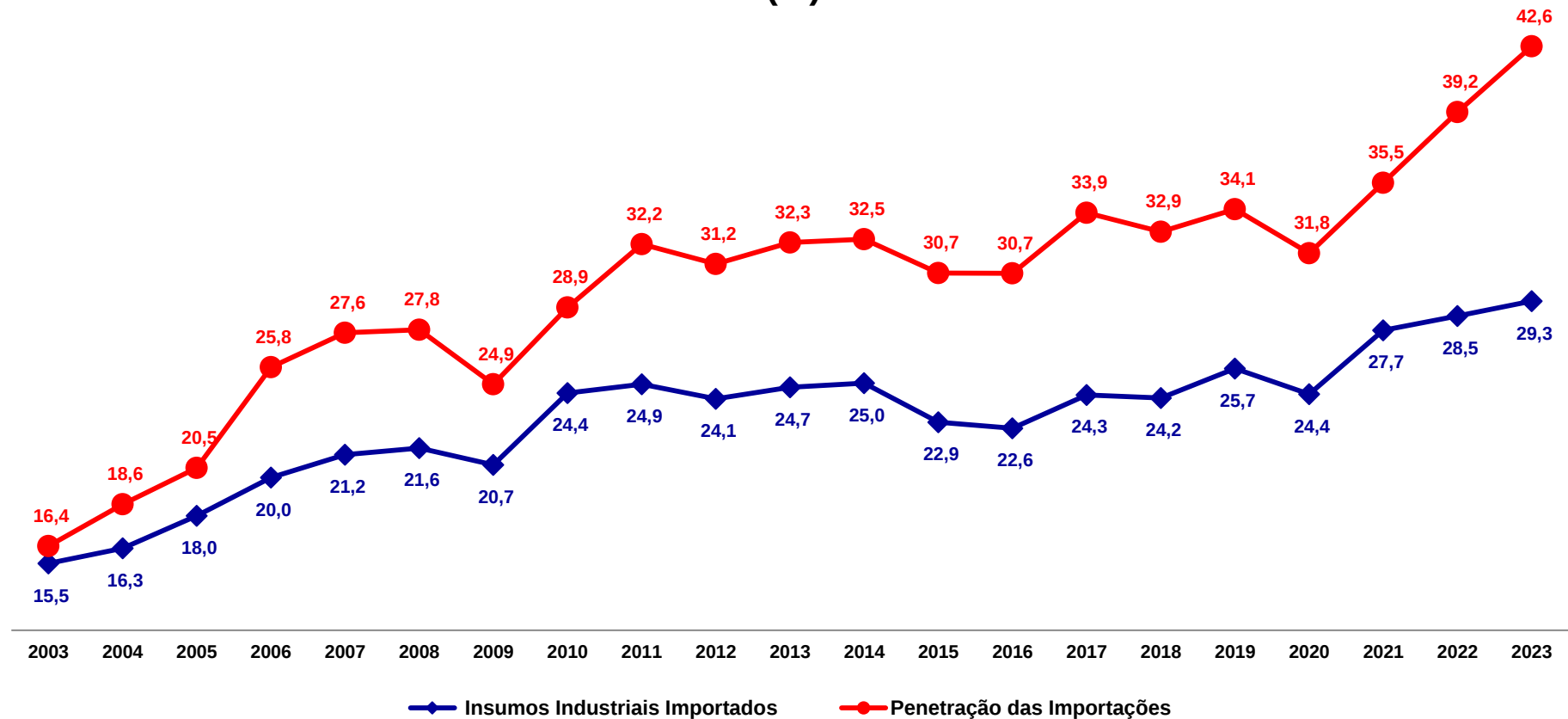
COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (%)



Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES MÁQUINAS E MATERIAIS ELÉTRICOS (%)

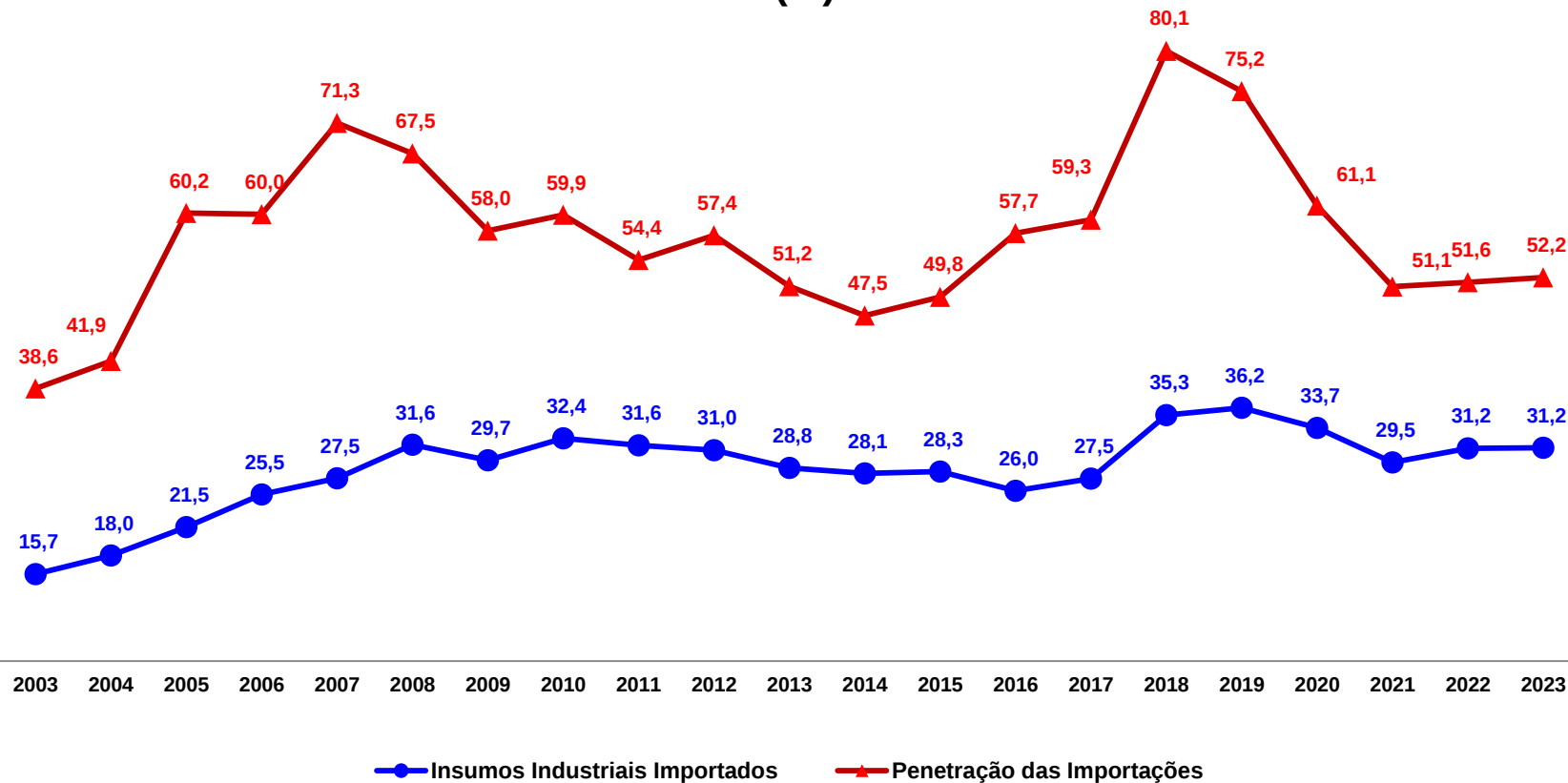


Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES

OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE (%)

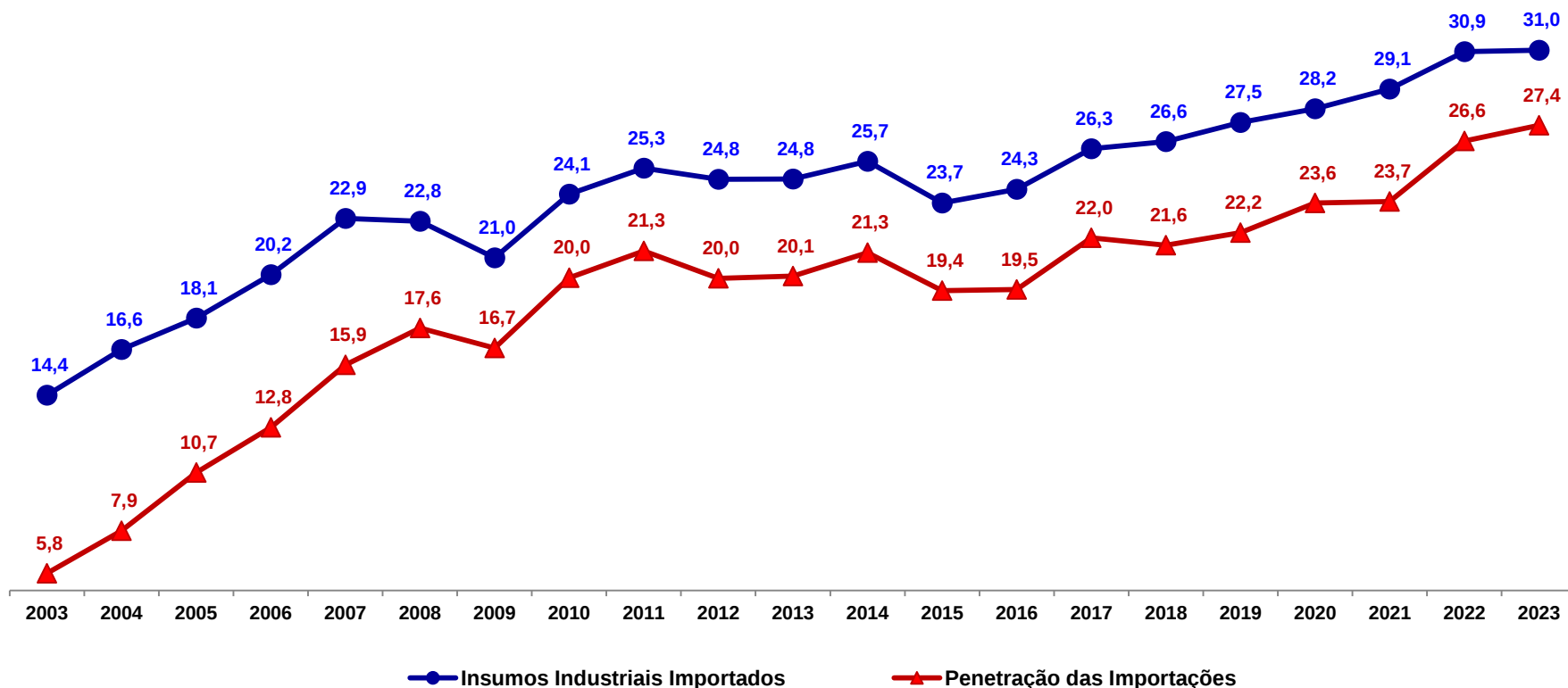


Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO A PREÇOS CONSTANTES

TÊXTEIS
(%)



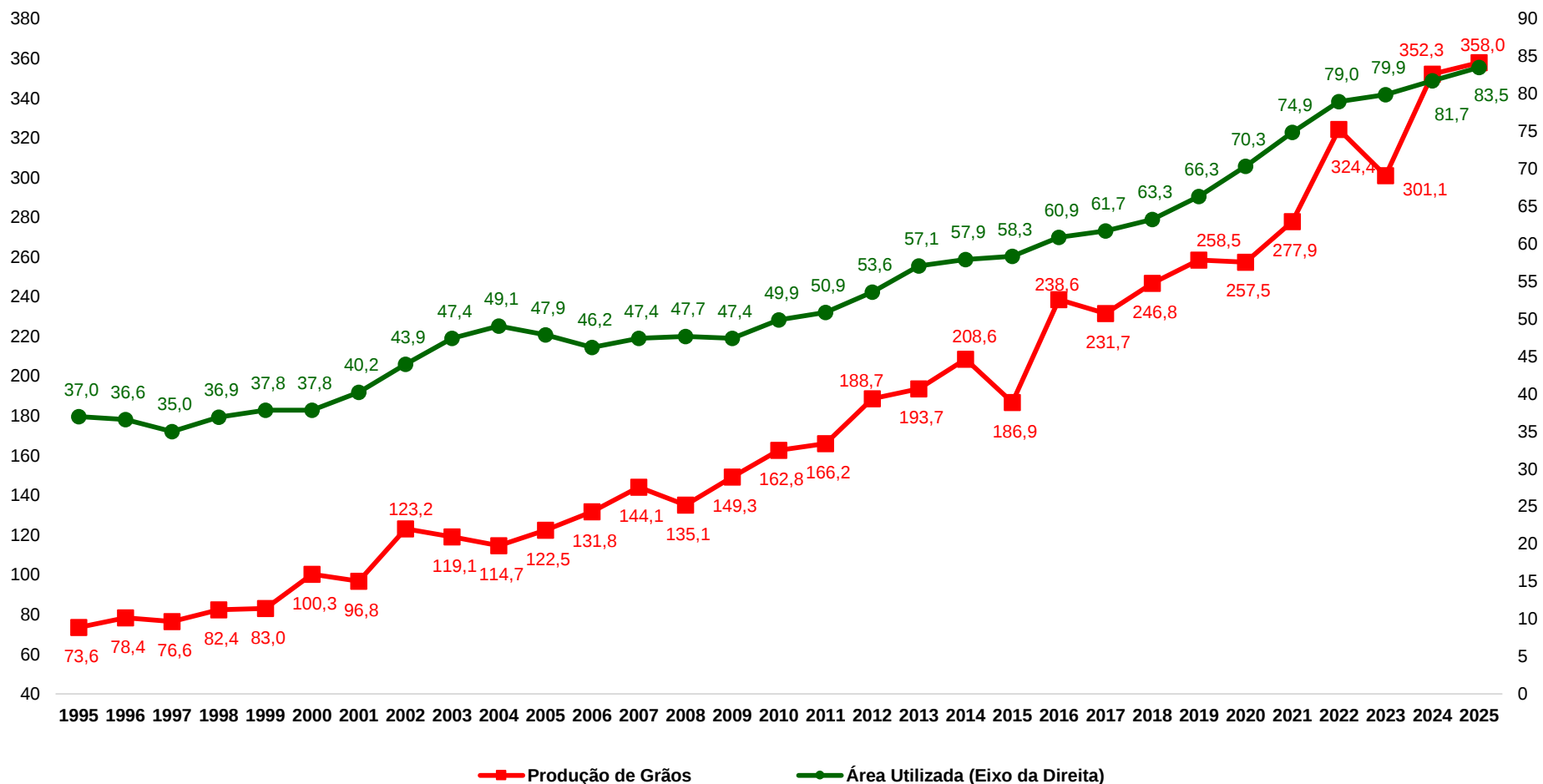
Nota: Coeficiente de Insumos industriais importados: Proporção dos insumos importados no total de insumos utilizados na produção.

Coeficiente de penetração das importações: Proporção das Importações no Consumo Aparente (Produção+Importações-Exportações) ou seja, na Oferta Interna.

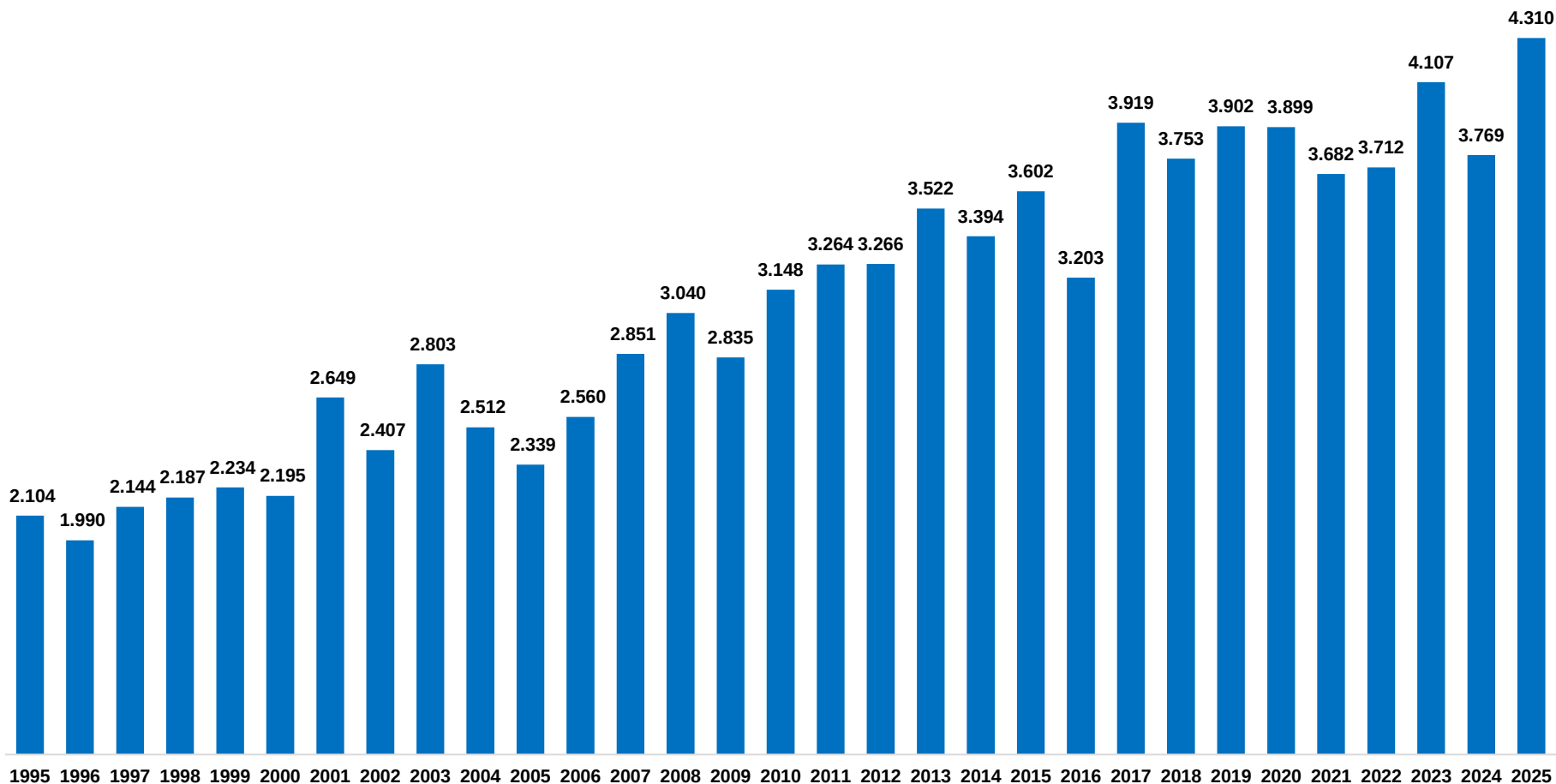
PRODUÇÃO E ÁREA UTILIZADA EM GRÃOS

(Milhões de Ton)

(Milhões de Ha)



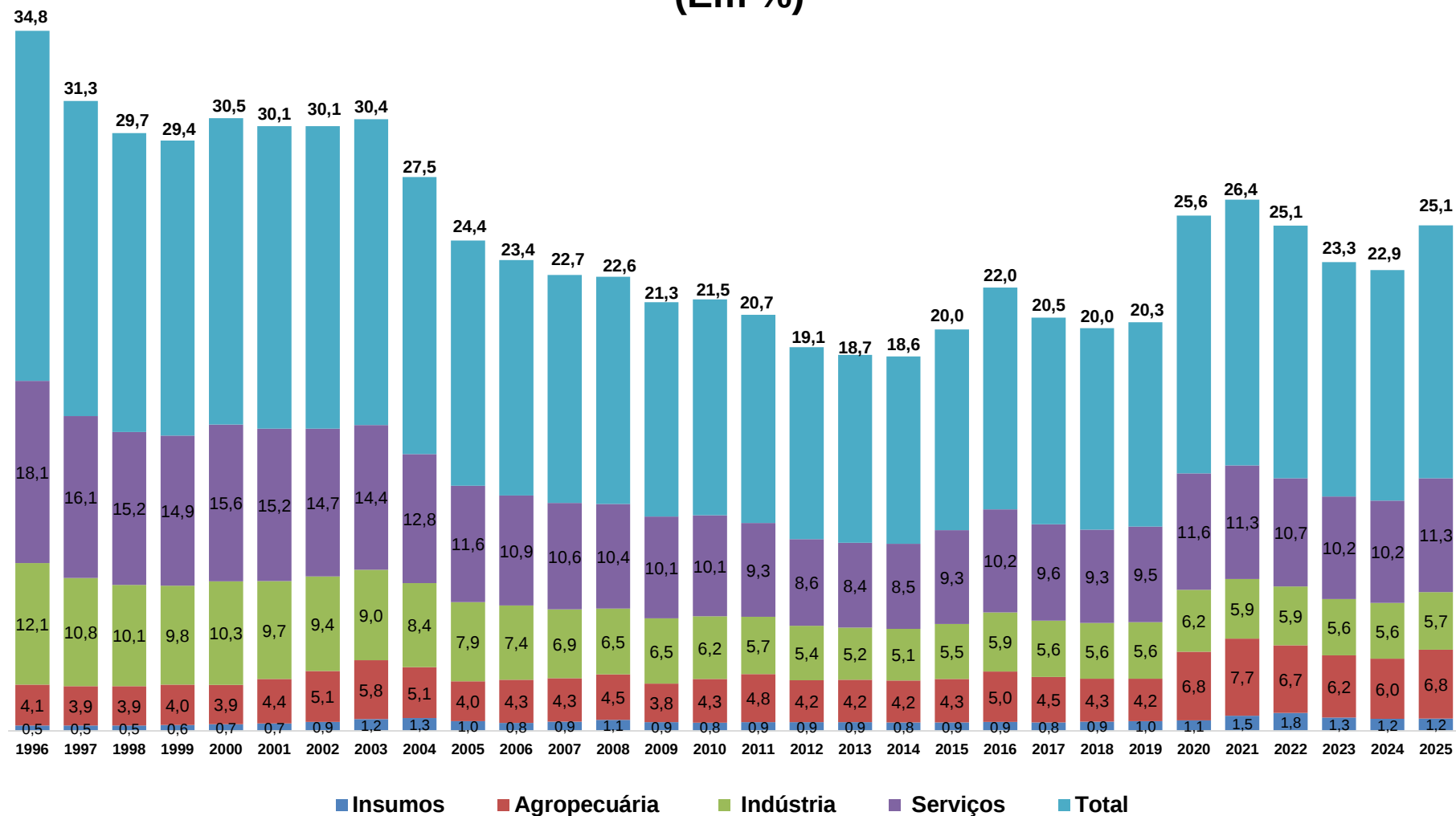
PRODUTIVIDADE – GRÃOS (Em KG por HA)



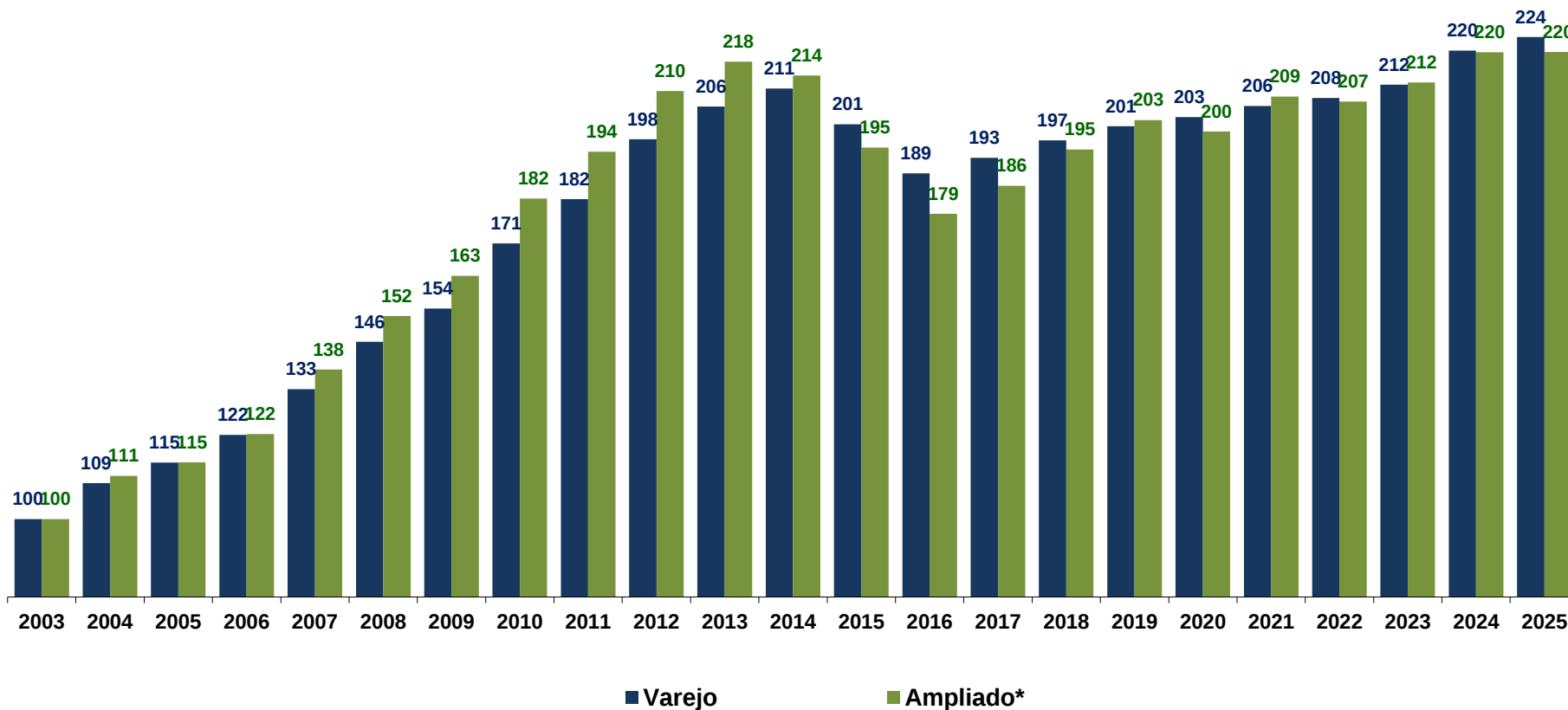
Fonte: CONAB

PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO PIB TOTAL - 1996-2025

(Em %)



ÍNDICES DE CRESCIMENTO DAS VENDAS REAIS NO VAREJO (Ano Base 2003= 100)

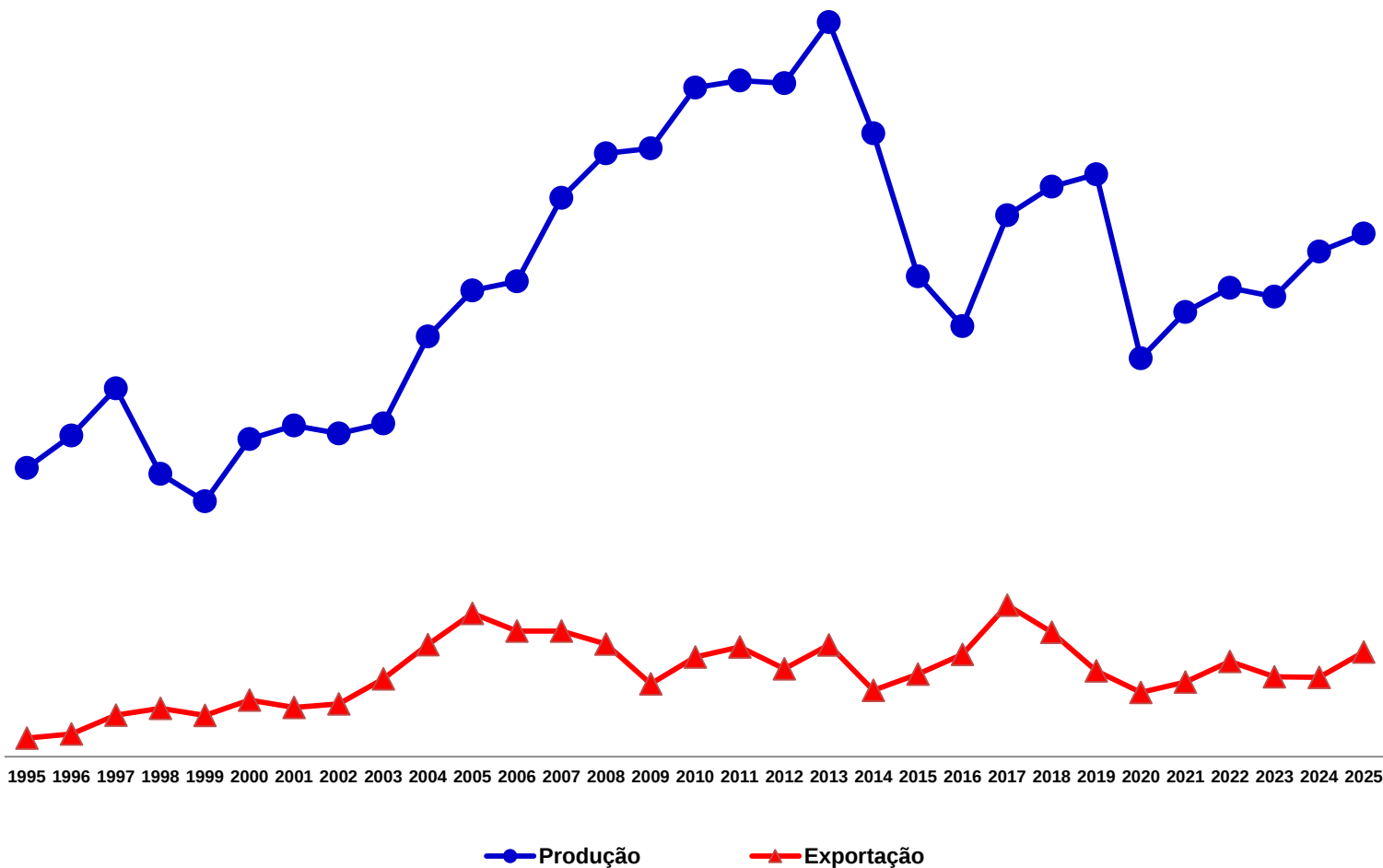


* Inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção
Fonte: IPEADATA

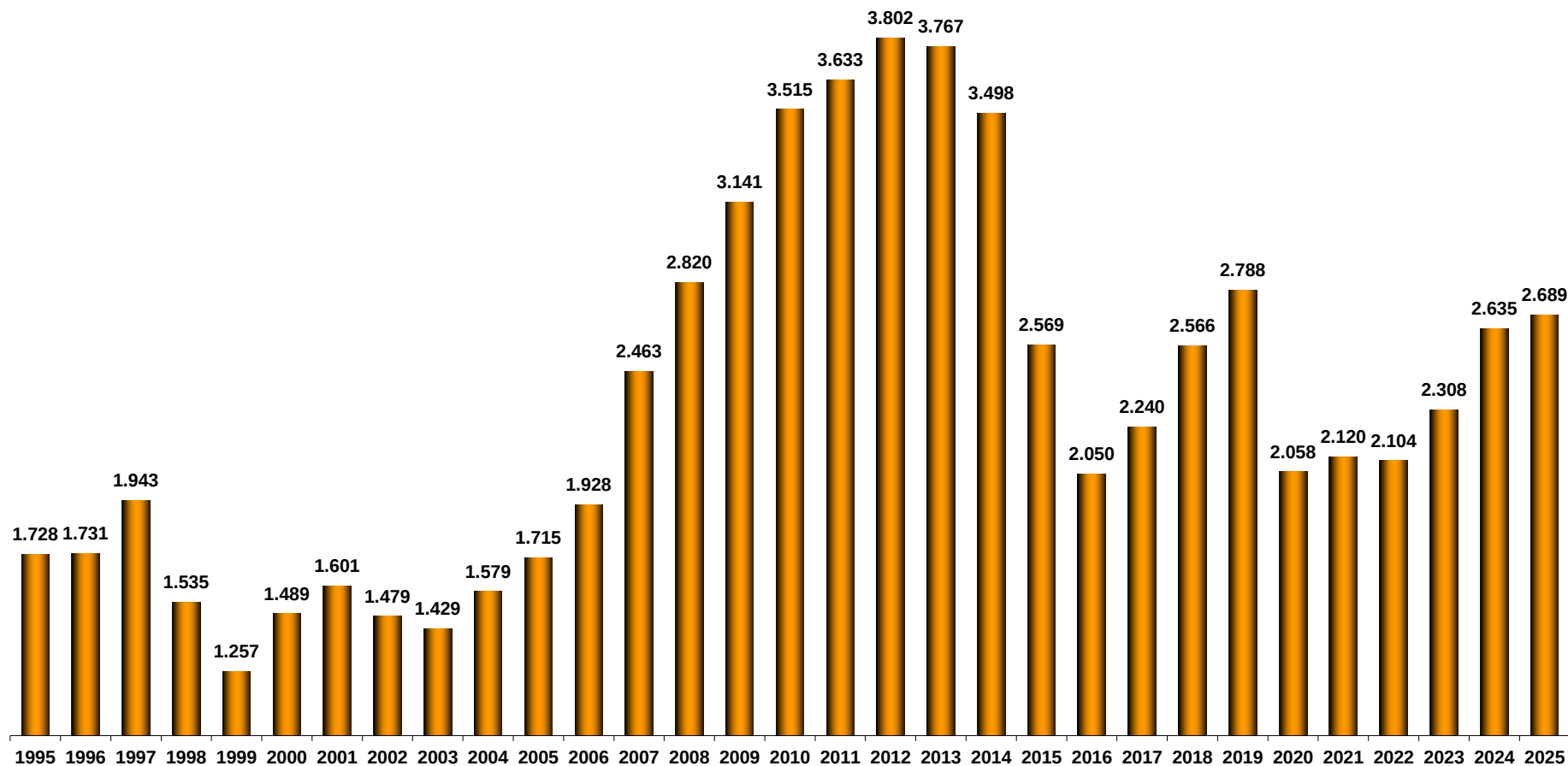
M e m o:

Período	Produção	Exportação
1995	1.459.676	93.926
1996	1.623.135	114.568
1997	1.861.201	209.098
1998	1.429.860	243.256
1999	1.289.977	207.917
2000	1.605.848	285.903
2001	1.674.522	248.272
2002	1.633.790	265.707
2003	1.684.715	392.828
2004	2.124.177	565.642
2005	2.357.172	724.163
2006	2.403.680	634.473
2007	2.825.224	634.556
2008	3.050.629	568.582
2009	3.076.000	368.023
2010	3.382.135	502.754
2011	3.417.782	553.326
2012	3.404.384	443.085
2013	3.713.813	565.111
2014	3.151.831	334.219
2015	2.428.089	417.332
2016	2.176.784	516.568
2017	2.737.256	766.061
2018	2.881.018	628.996
2019	2.944.988	433.512
2020	2.014.055	324.330
2021	2.248.253	376.383
2022	2.369.659	480.947
2023	2.324.838	403.919
2024	2.553.869	400.238
2025	2.644.054	528.827

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

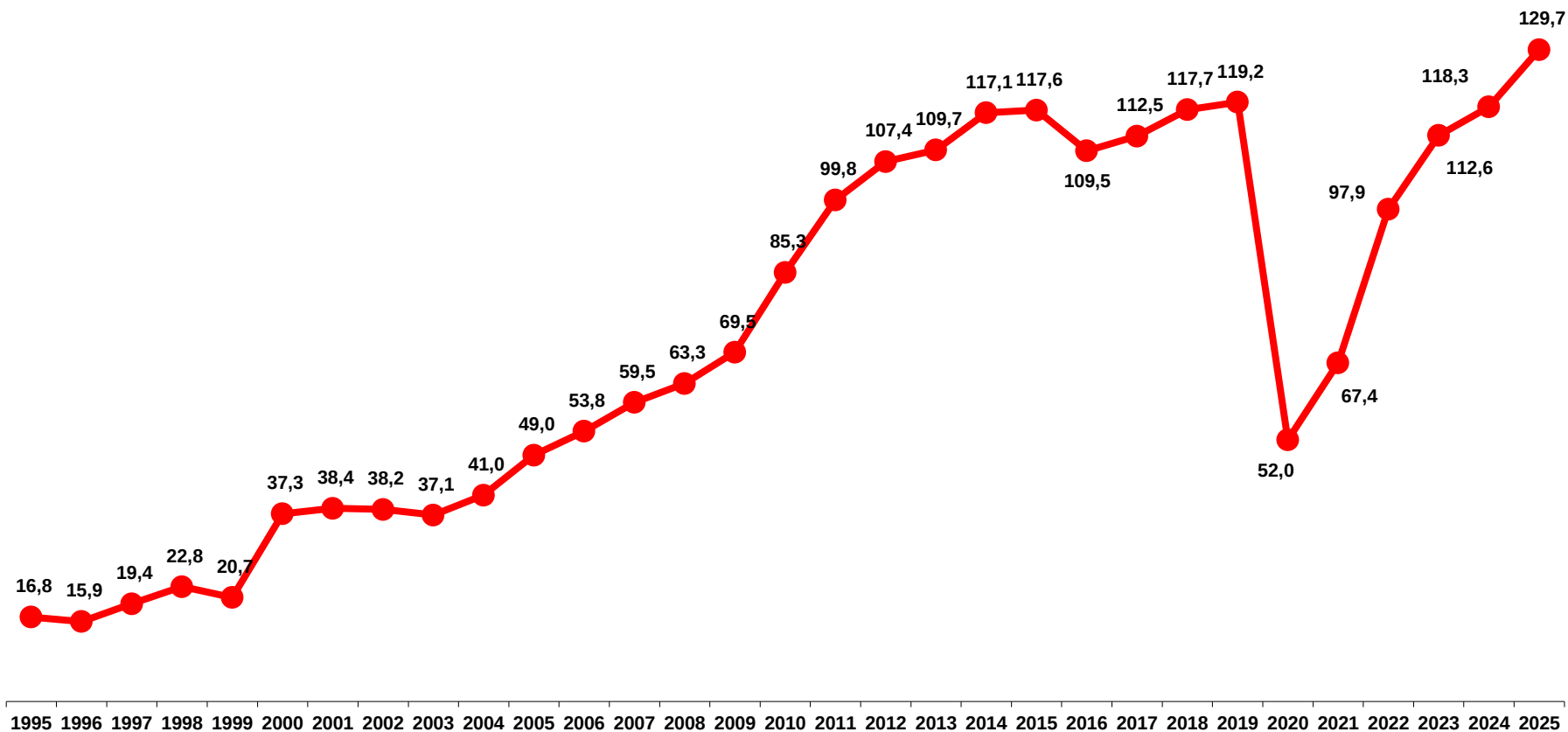


VENDAS DO COMPLEXO AUTOMOTIVO (Mil Unidades)



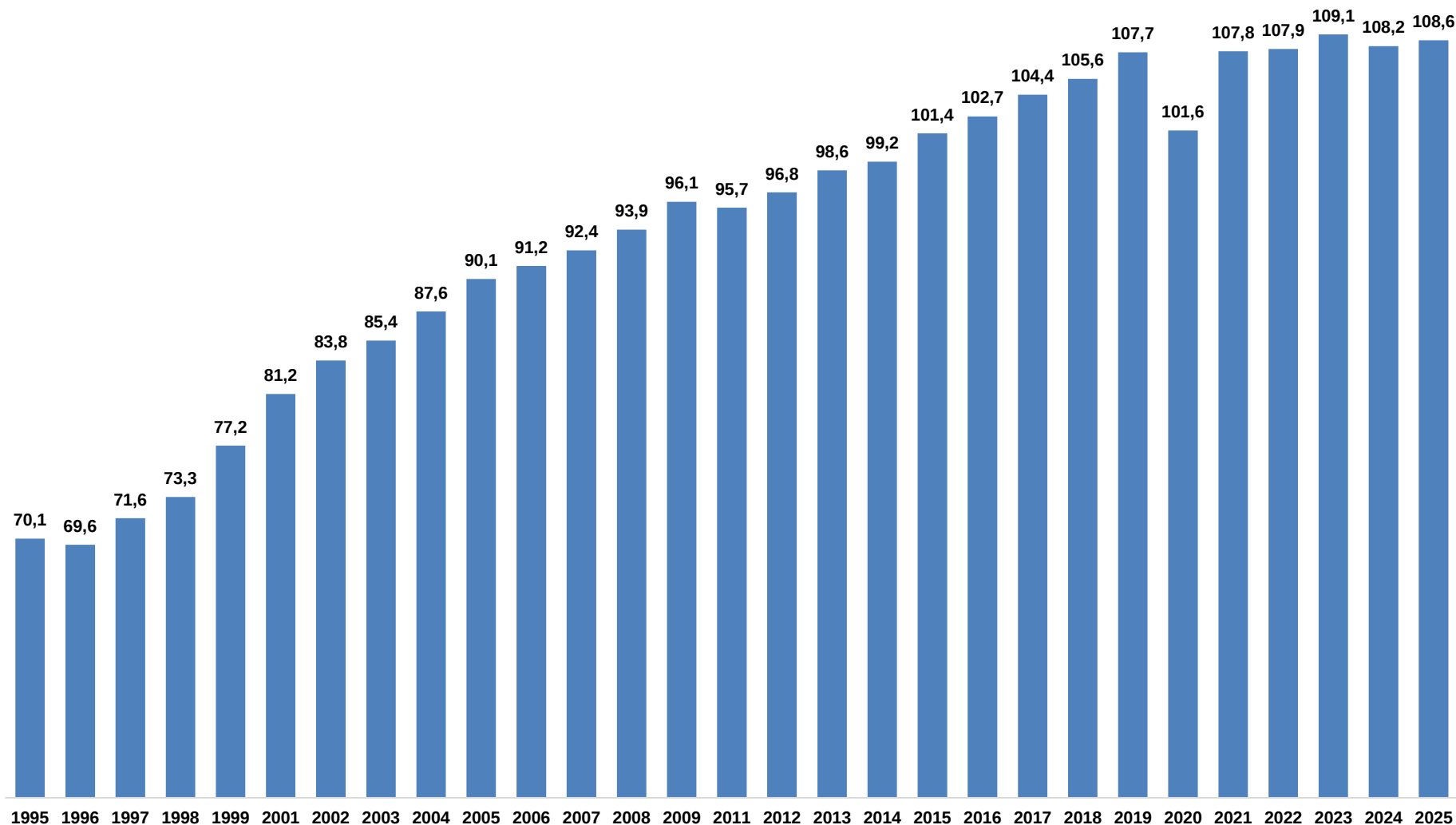
Fonte: ANFAVEA

NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NAS LINHAS INTERNACIONAIS E DOMÉSTICAS (Em mil passageiros por Km)



Fonte: ANAC

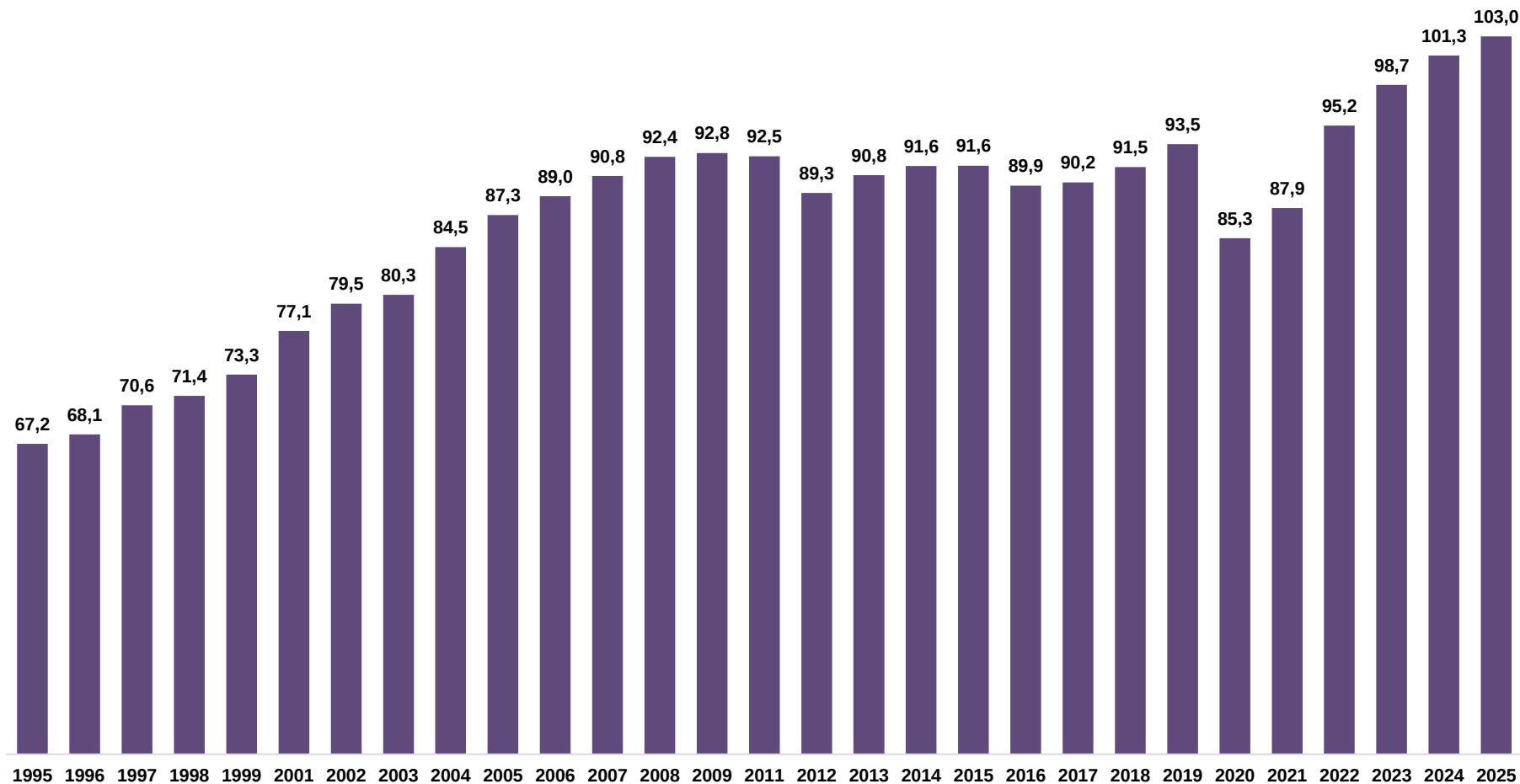
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA (Em milhões de pessoas)



Obs: 2000 e 2010, não divulgados

Fonte: IPEADATA (1995 a 2011) e PNAD Contínua (2012-2025)

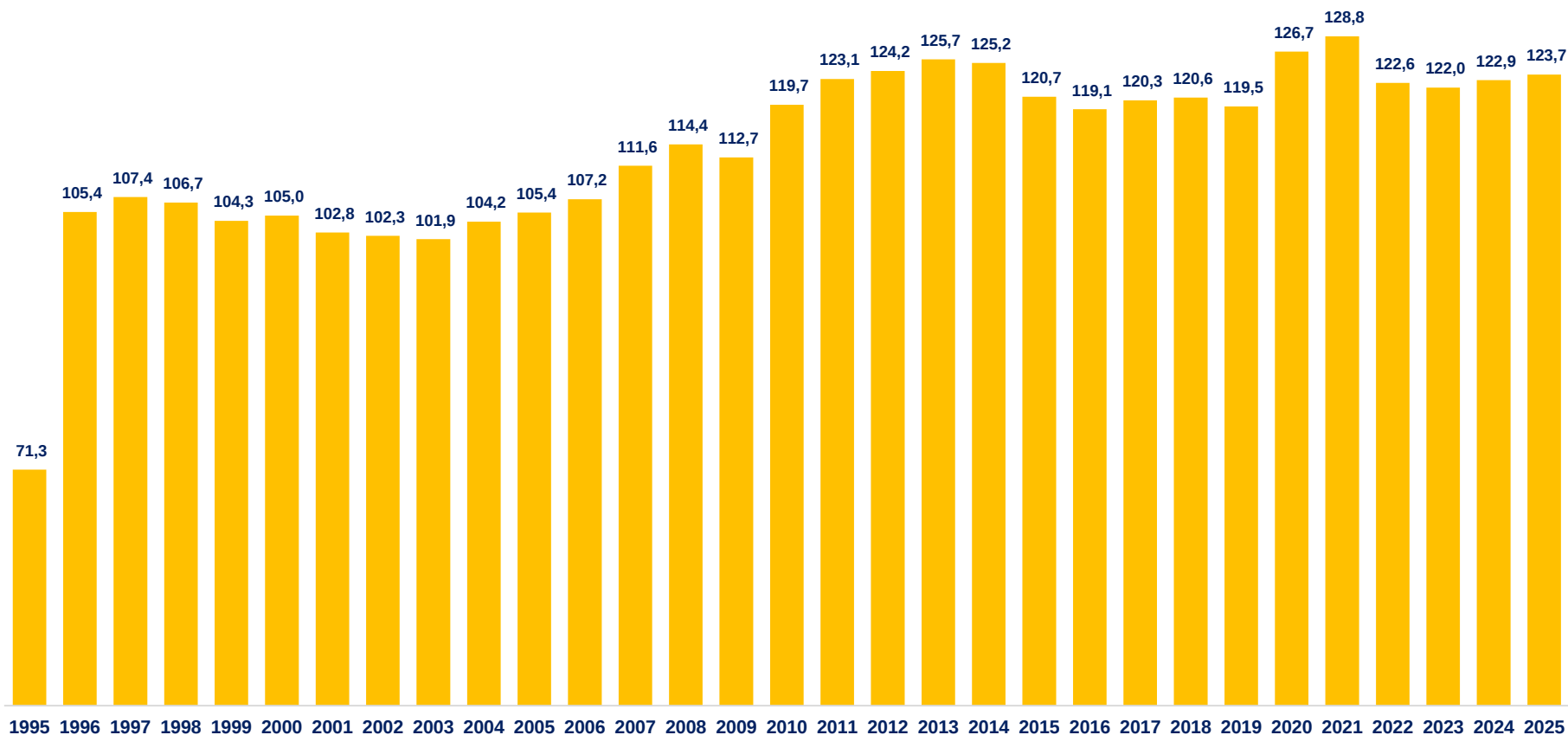
POPULAÇÃO EFETIVAMENTE OCUPADA 1995/2025 (Em milhões de pessoas)



2000 e 2010 (não foi realizado a pesquisa)

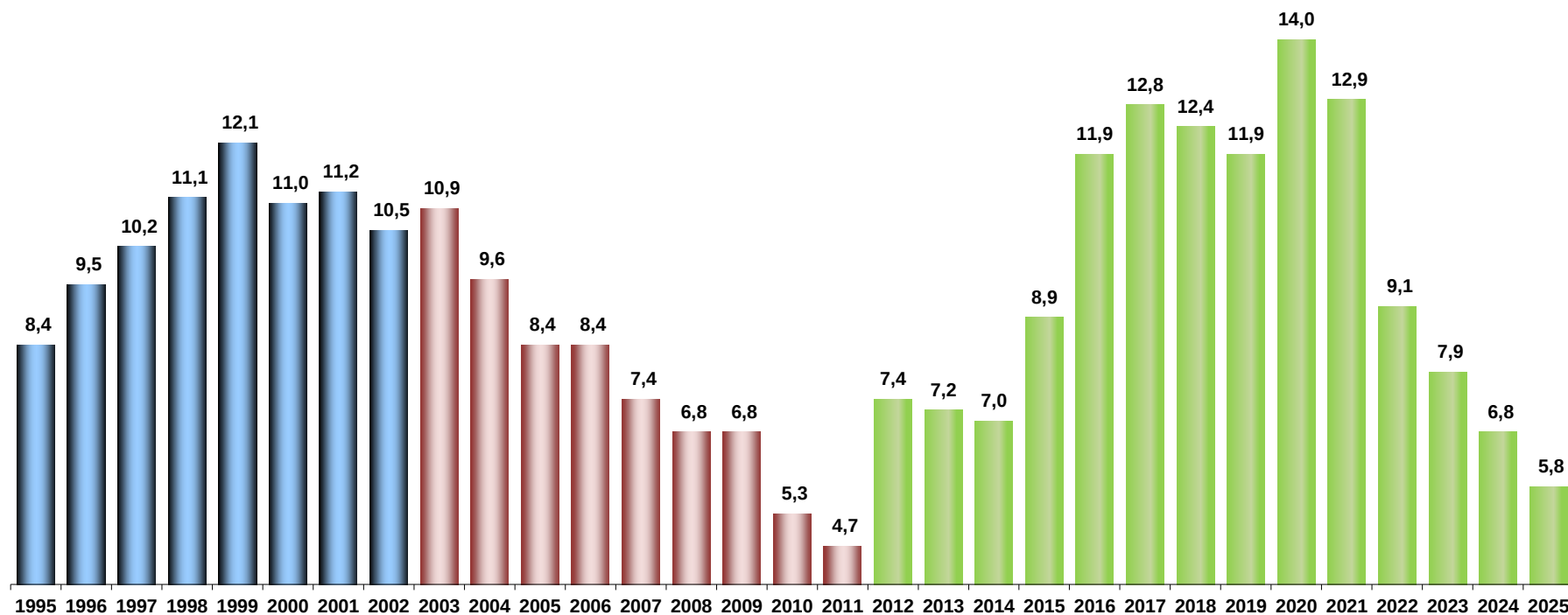
Fonte: 1995 a 2011 Antiga PNAD e 2012 a 2025 PNAD Continua

PIB/ POR TRABALHADOR OCUPADO 1996/2025 (Em R\$ Mil de 2025)



Fonte: FGV-IBRE/IBGE/BC

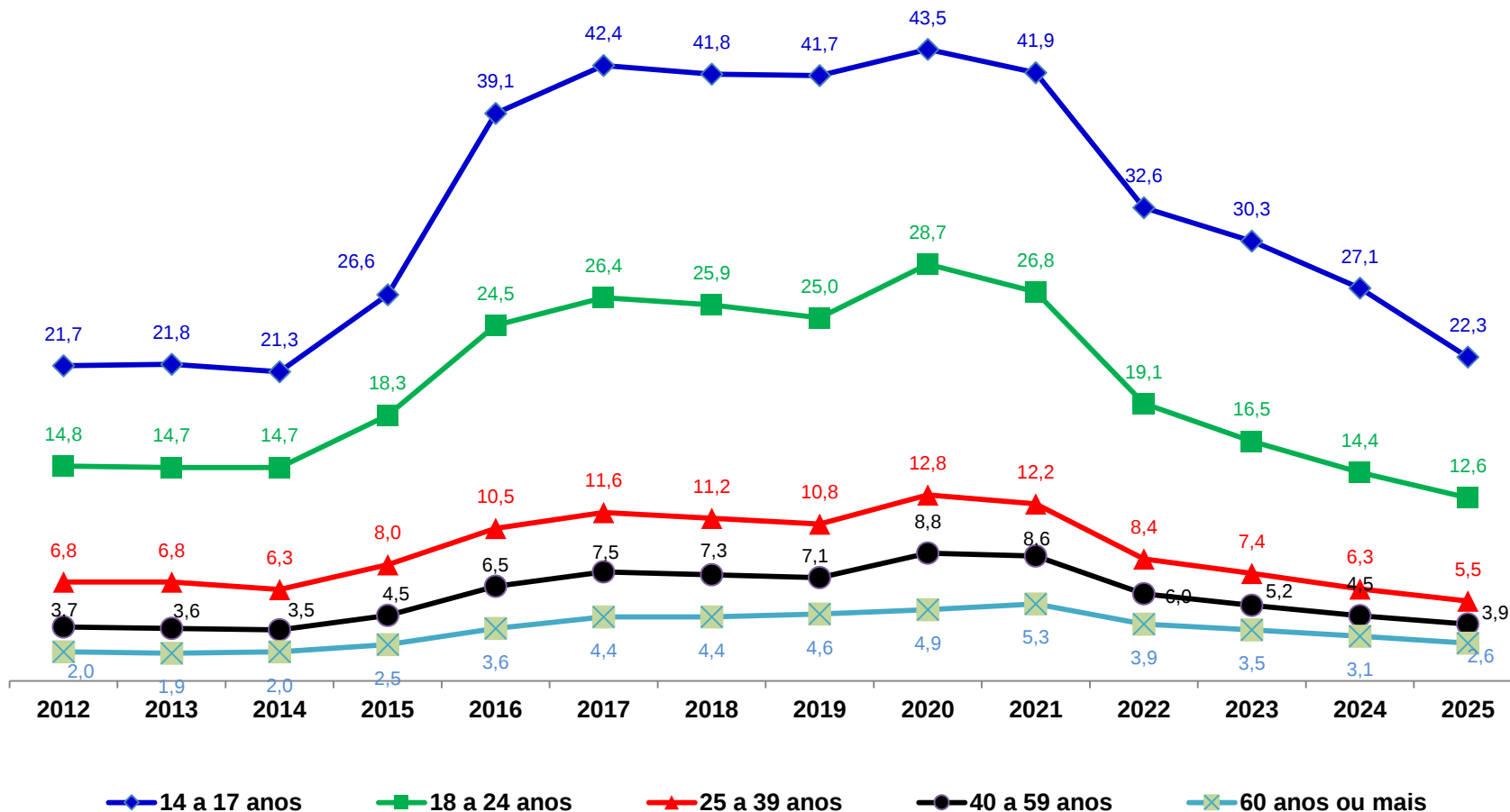
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO Média Anual (%)



Obs: As mudanças de cores, correspondem a períodos em que houve mudança da metodologia de cálculo de desemprego aberto..

Fonte: IPEADATA (1995 a 2011) e PNAD Contínua (2012 a 2025)

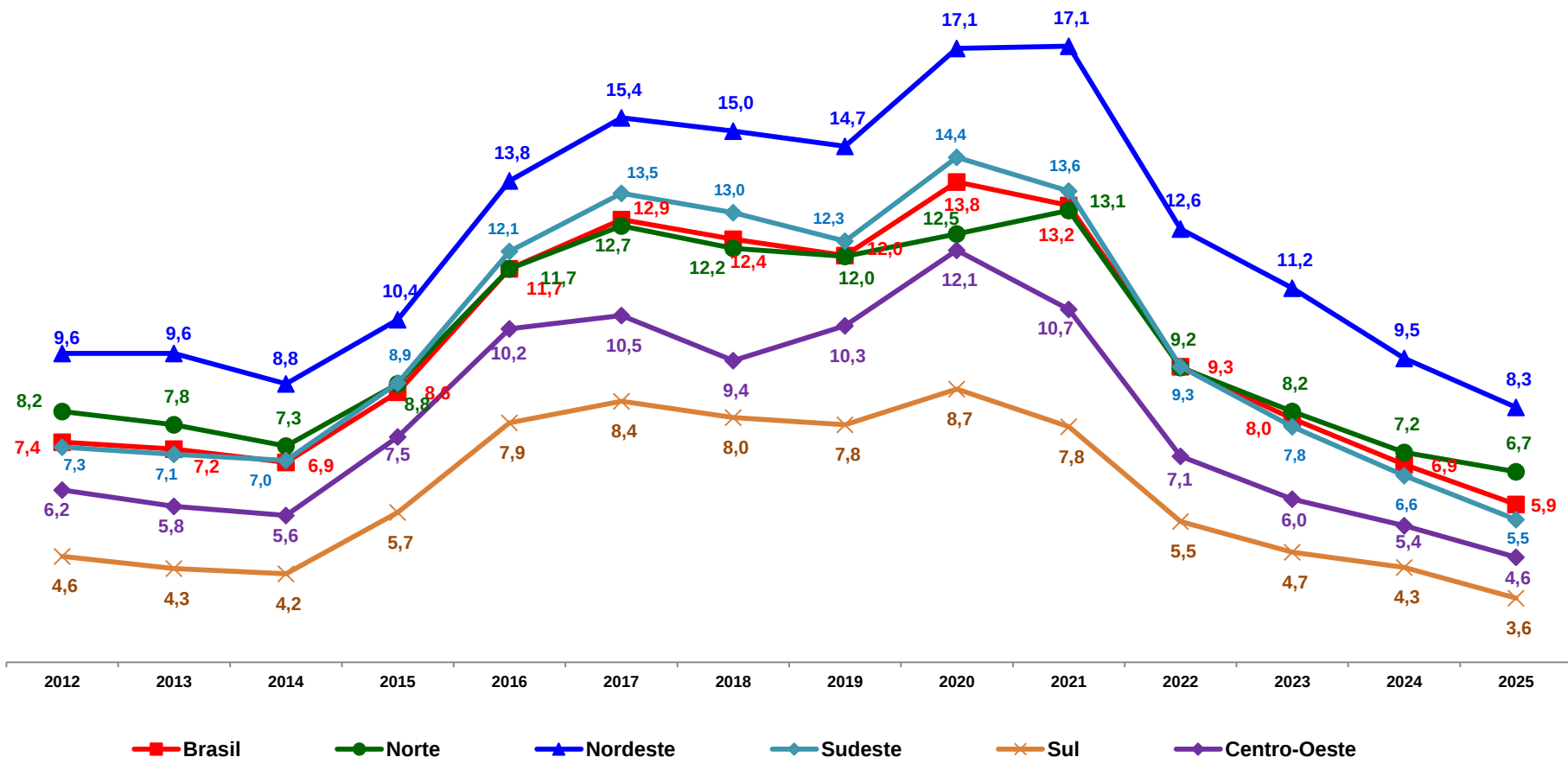
TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRUPOS DE IDADE – 2012/2025 Média Anual (%)



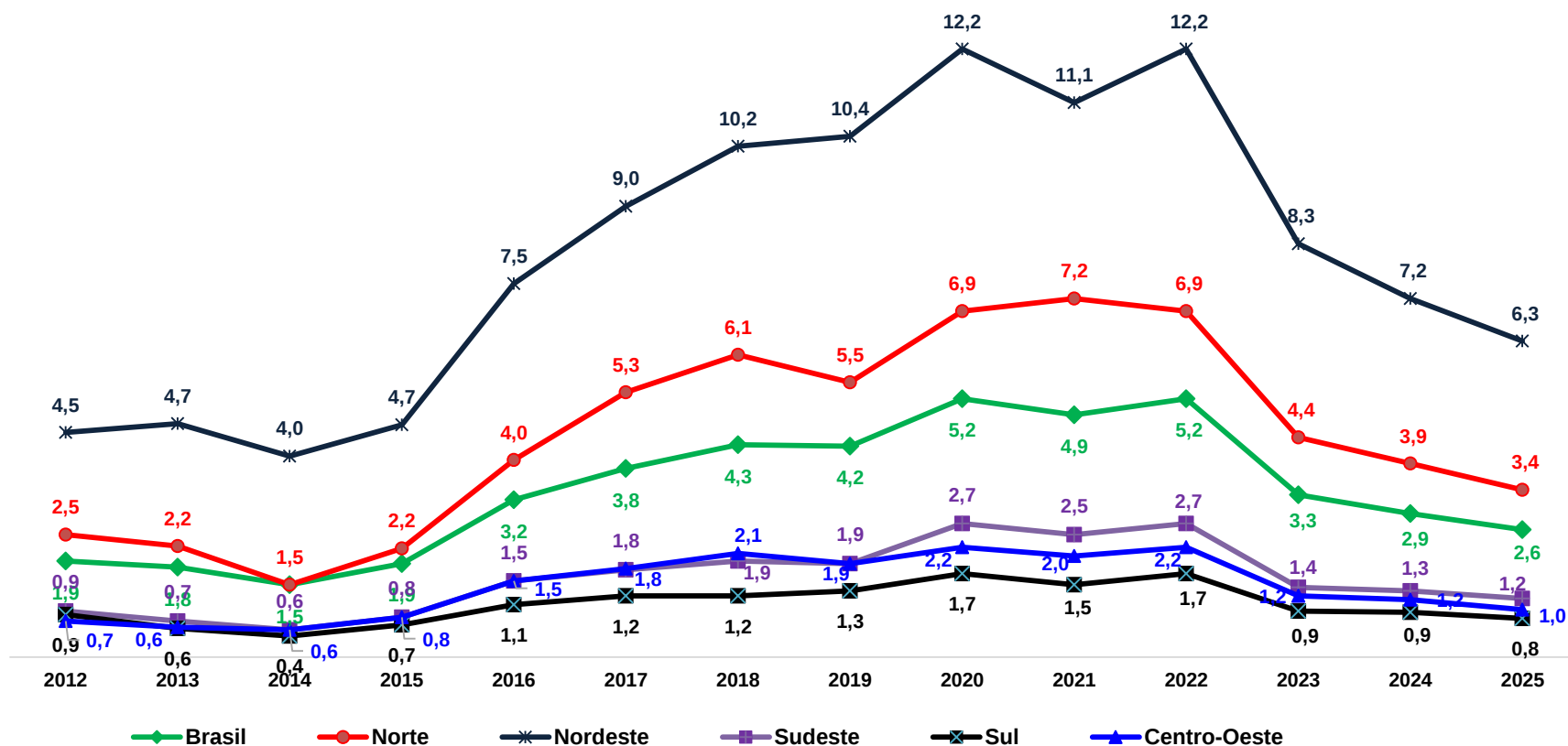
A taxa de desocupação e o percentual de pessoas desocupadas em relação ao total da força de trabalho
Pessoas desocupadas indivíduos com 14 anos ou mais que não possuem trabalho mas que estão buscando emprego

TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL E GRANDES REGIÕES – 2012/2025

Média Anual %



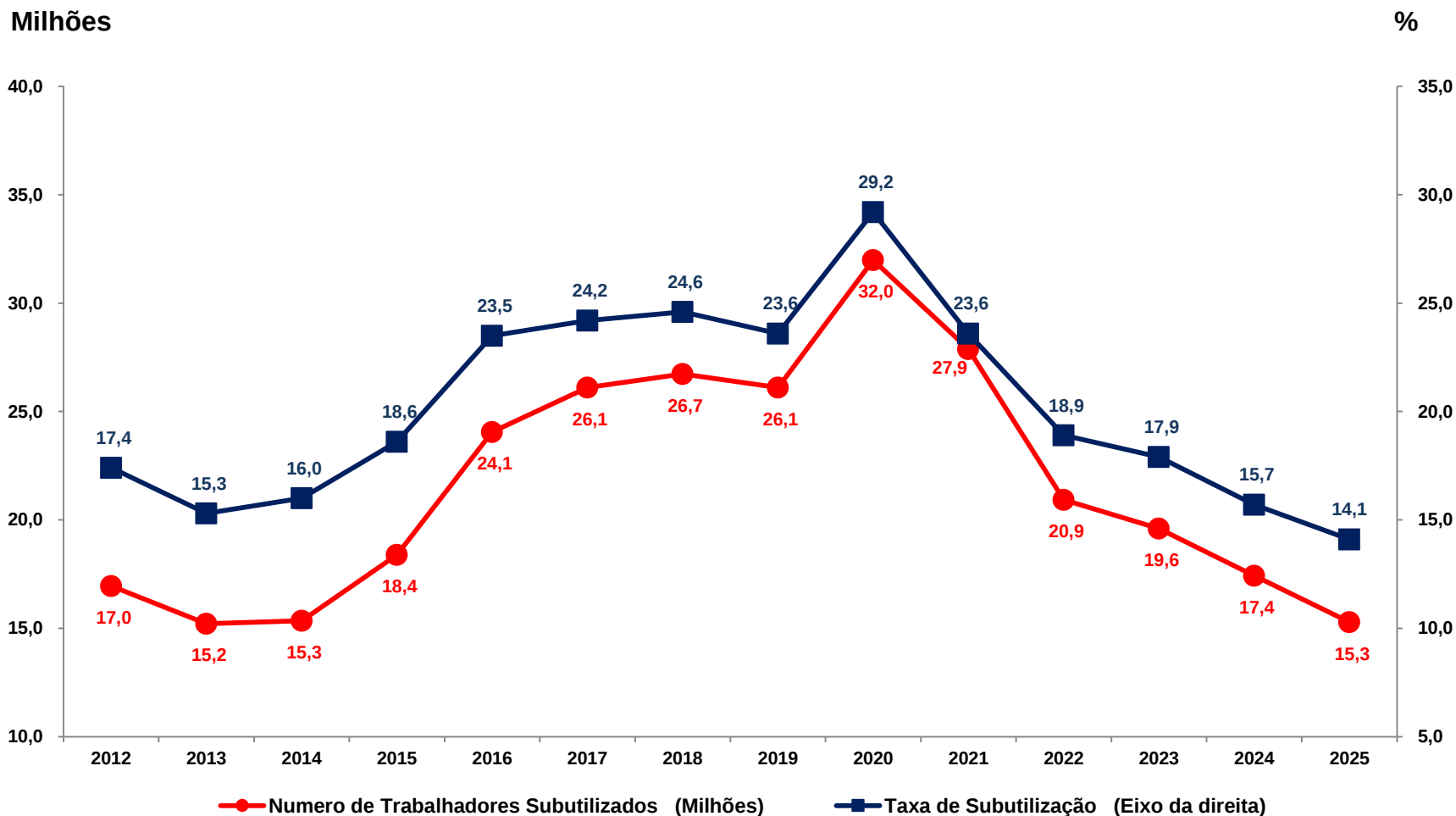
PERCENTUAL DE DESALENTADOS NO BRASIL E NAS GRANDES REGIÕES - 2012/2025 PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE (Em %)



Percentual de Desalentados, são pessoas fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar mas que desistiram de procurar emprego por desencorajamento

Fonte: PNAD Contínua

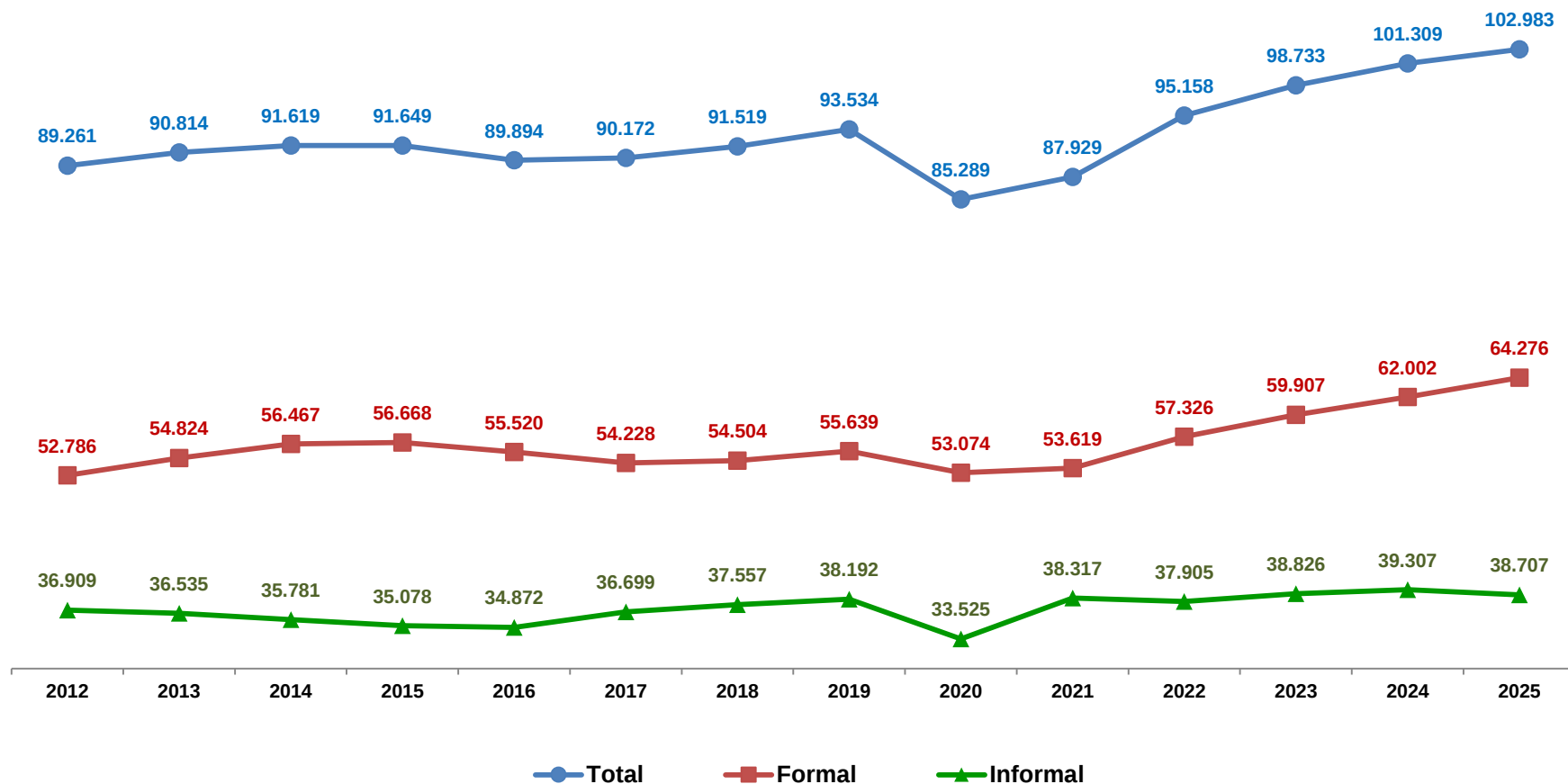
SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 2012-2025



A taxa composta de subutilização da força de trabalho inclui: a população desocupada, a população sub ocupada por insuficiência de horas, os desalentados e as pessoas fora da força de trabalho que gostariam de trabalhar e estão disponíveis mas não procuraram emprego.

POPULAÇÃO OCUPADA DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO O SEGMENTO DE OCUPAÇÃO - BRASIL - 2012-2025

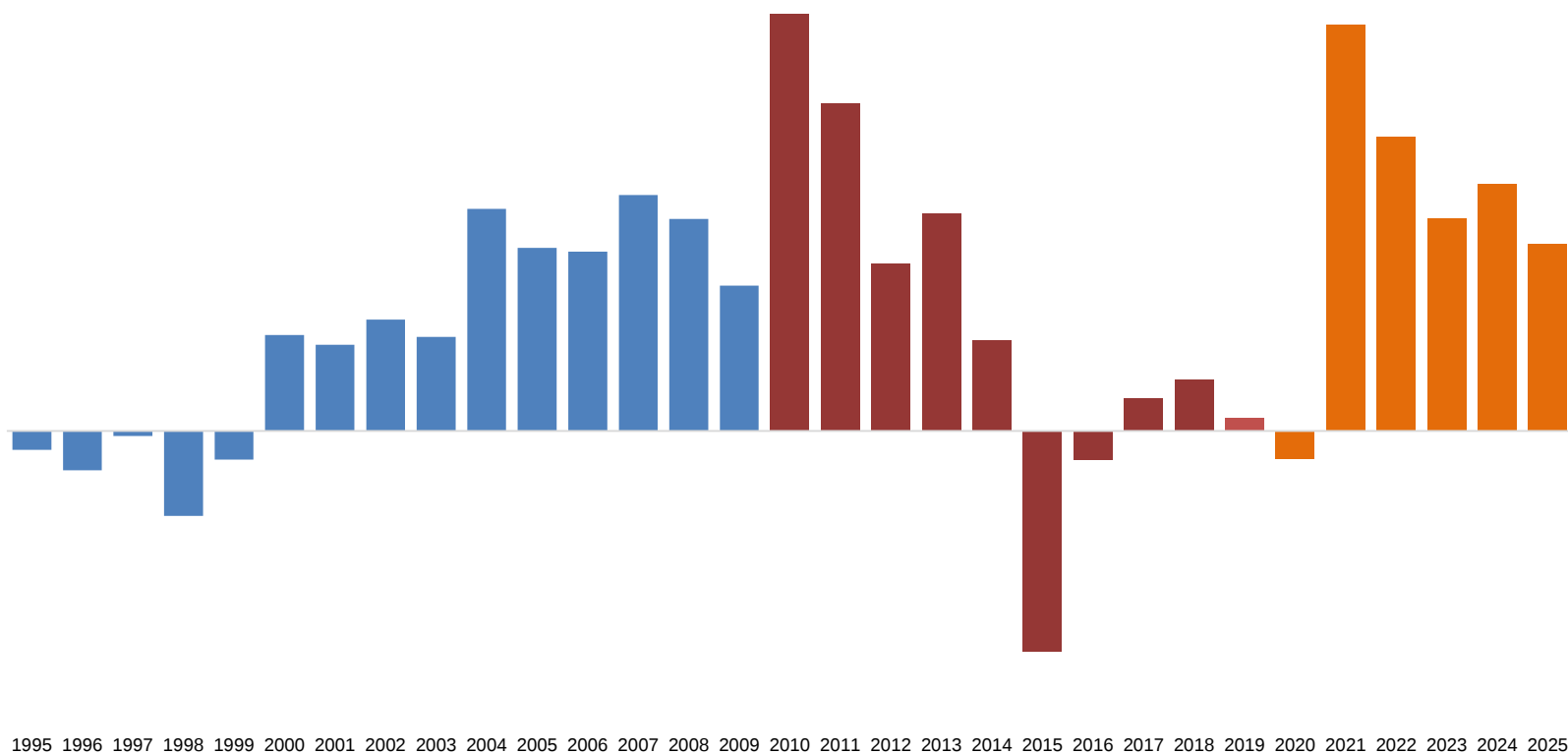
Valores absolutos (1.000 pessoas)



EMPREGO FORMAL CELETISTA – GERAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO (Nº de postos de trabalho)

M e m o:

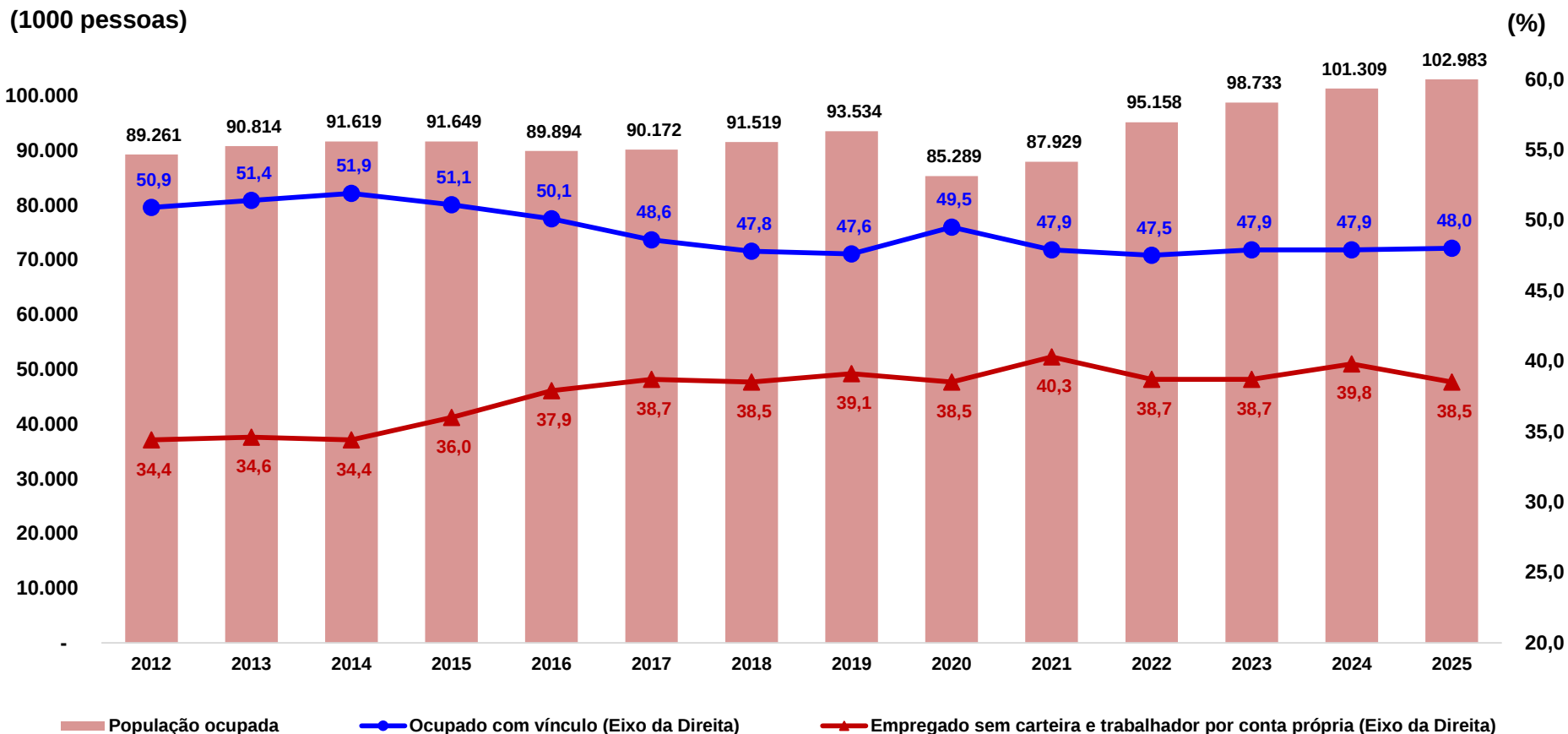
Nº postos de trabalho	
1995	-129.339
1996	-271.339
1997	-36.000
1998	-582.000
1999	-196.000
2000	657.000
2001	591.000
2002	762.000
2003	645.000
2004	1.523.000
2005	1.254.000
2006	1.229.000
2007	1.617.392
2008	1.452.204
2009	995.110
2010	2.860.809
2011	2.242.276
2012	1.148.081
2013	1.489.721
2014	623.077
2015	-1.510.703
2016	-200.060
2017	221.392
2018	349.525
2019	85.377
2020	-190.596
2021	2.781.101
2022	2.013.654
2023	1.458.018
2024	1.693.673
2025	1.279.498



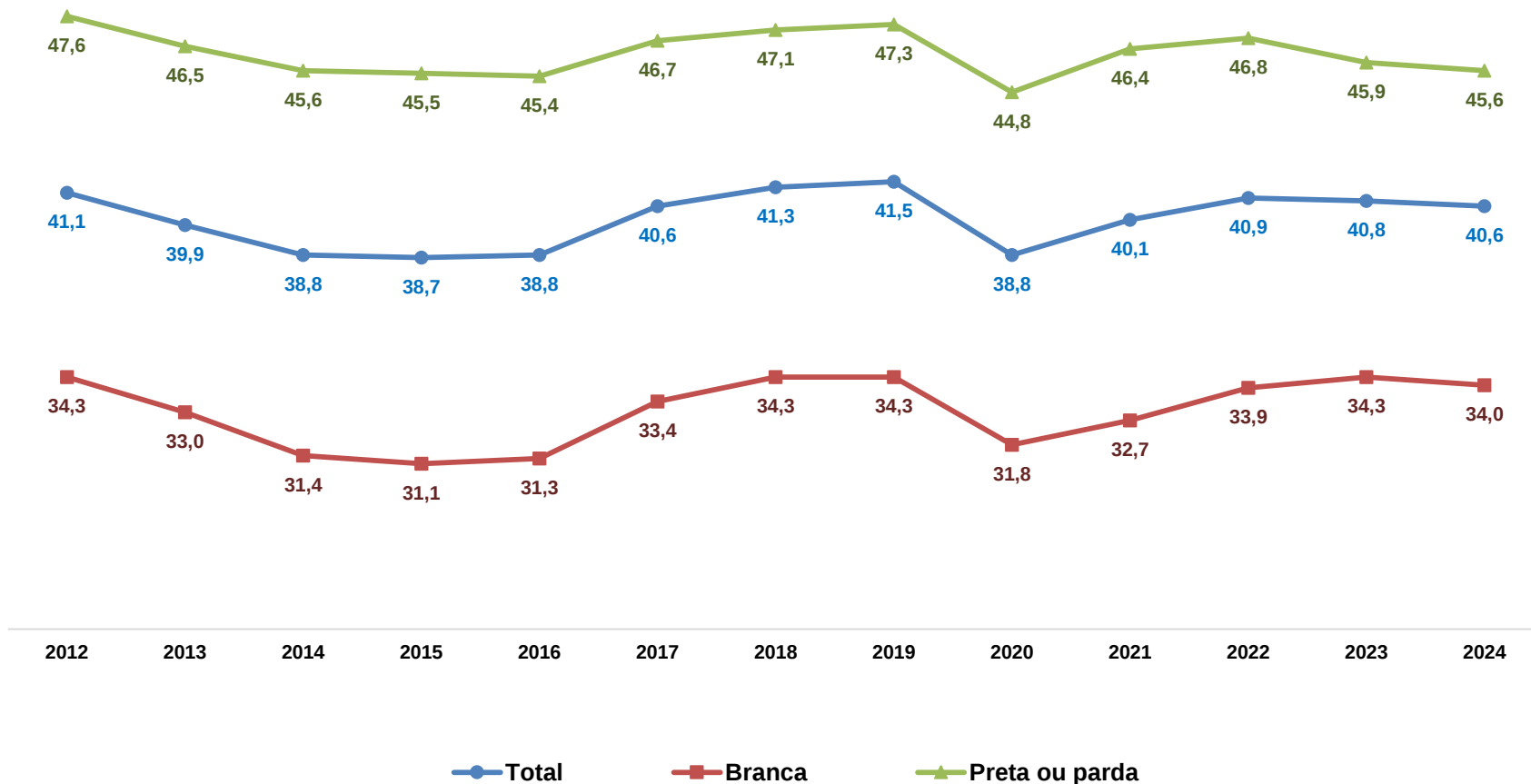
Nota: Mudança metodológica em 2020 adicionou novas fontes, e Social por exemplo que tendem aumentar o peso do trabalho temporário na ocupação formal.

Fonte: De 1995- 2009 CAGED / 2010-2019 MTE - RAIS / 2020-2025 Novo CAGED

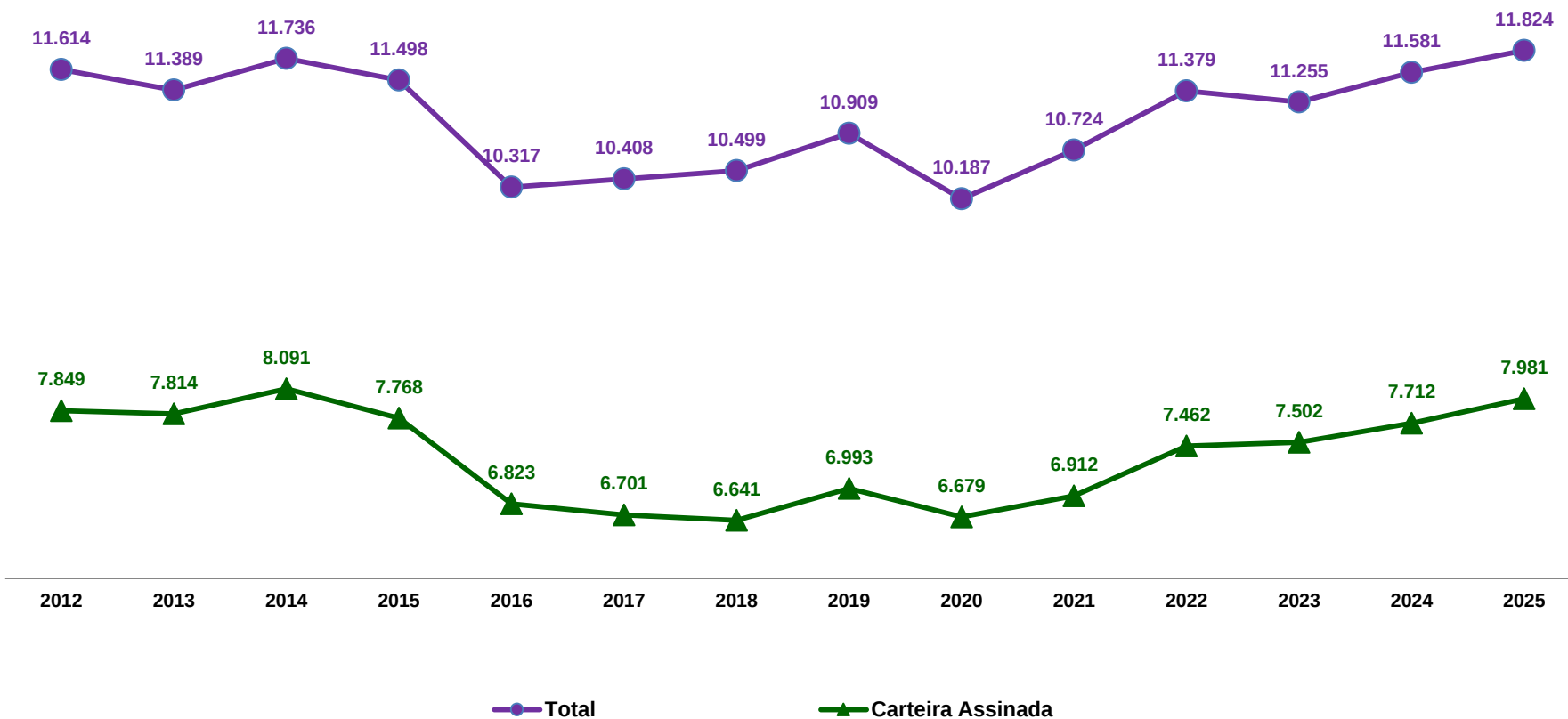
PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES, POR CATEGORIAS SELECIONADAS DE POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO 2012-2025



PROPORÇÃO DE PESSOAS EM OCUPAÇÕES INFORMAIS, POR COR OU RAÇA 2012/2024 (Em % da ocupação total)

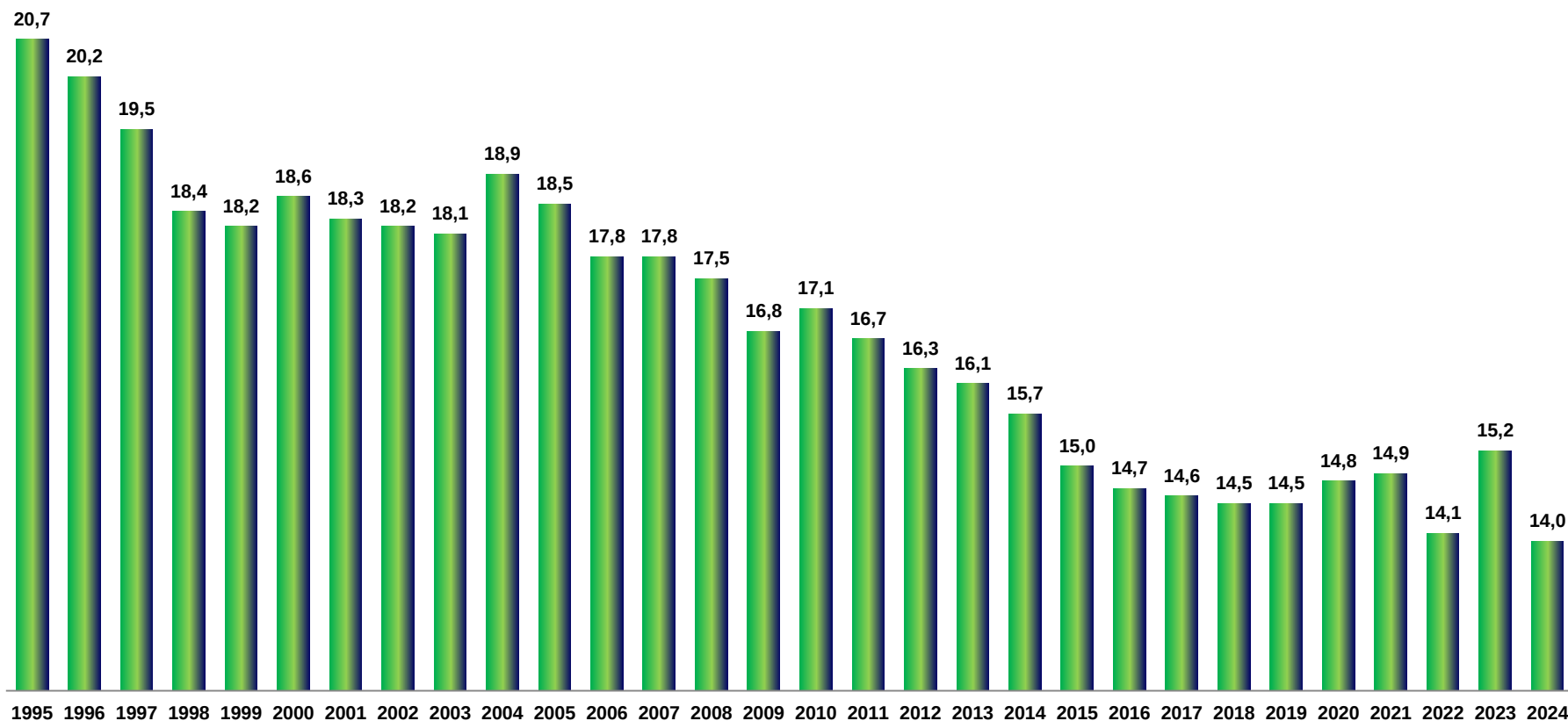


OCUPADOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - TOTAL E COM CARTEIRA ASSINADA (Milhares de pessoas)



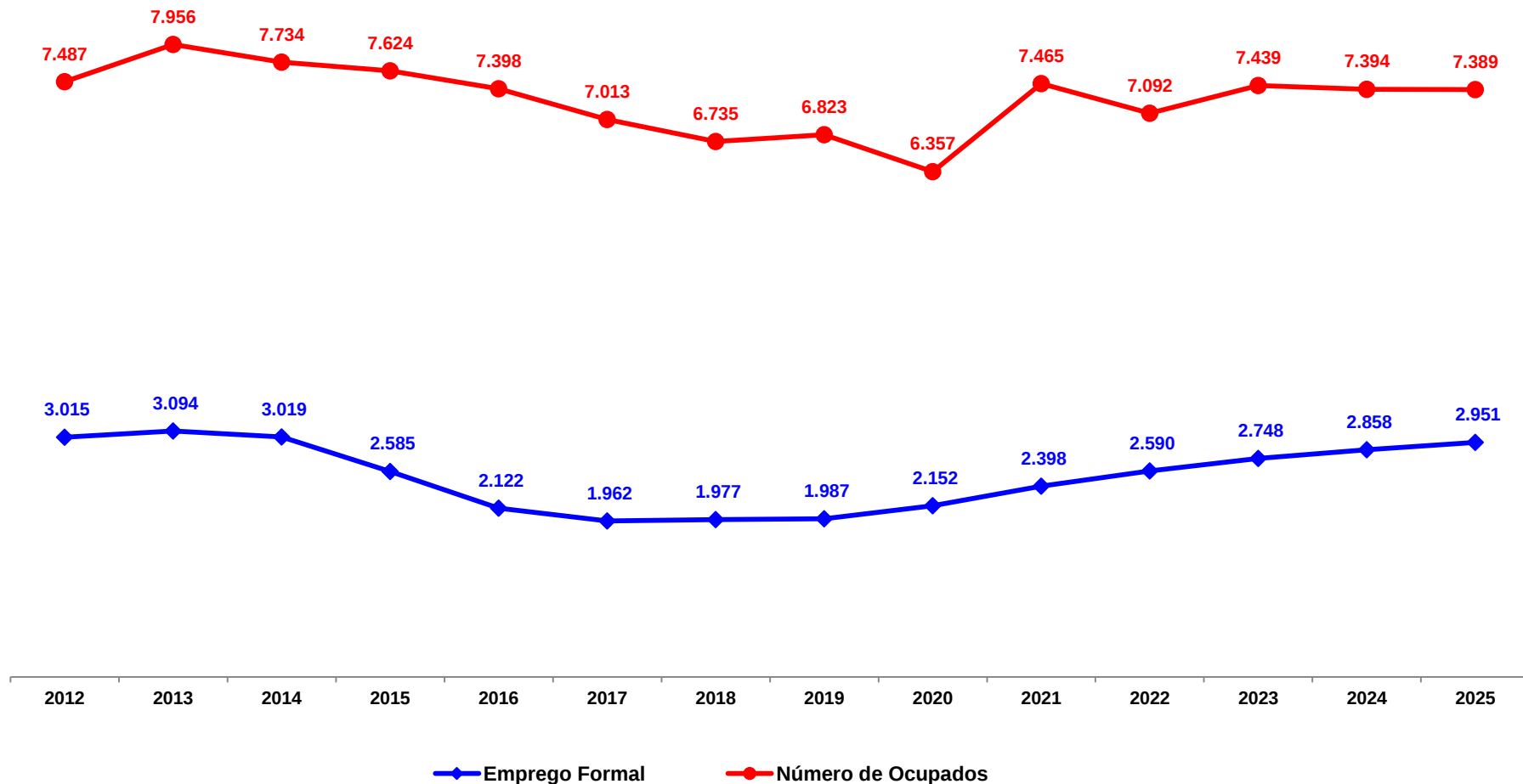
Fonte: Carta IEDI 982, 1139, 1197, 1260, 1312 e 1355

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO EMPREGO FORMAL (%)



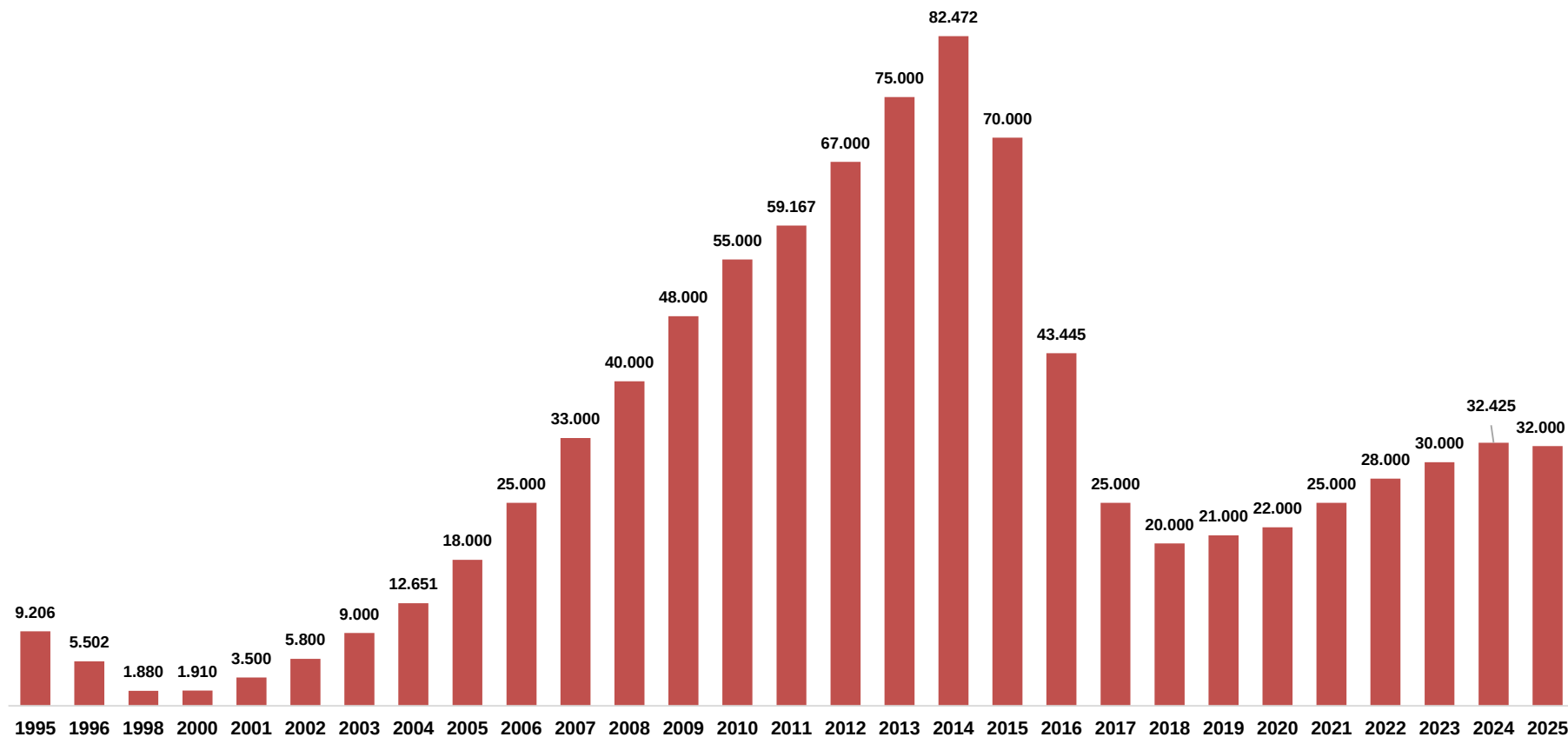
Fontes: De 1995 a 1997 FIESP 18ª Edição do Panorama da Indústria de Transformação Brasileira e 1998 a 2024 CNI- Perfil da Indústria Brasileira

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL OCUPAÇÃO TOTAL E EMPREGO FORMAL (Milhares de Pessoas)



Fonte: CBIC / Novo CAGED/ Carta IEDI 1260/ RAIS

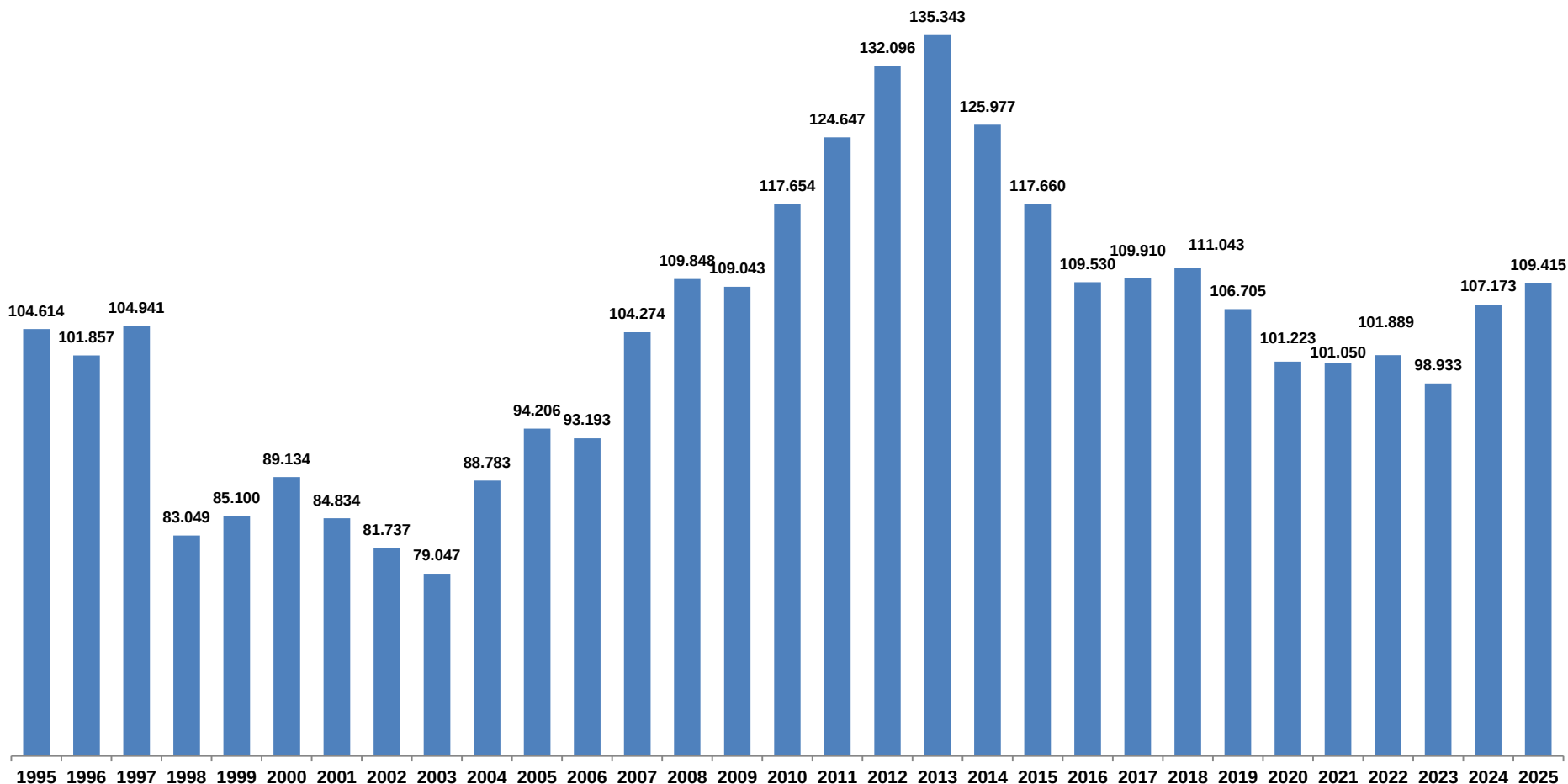
EMPREGO NA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL (Número de Pessoas Empregadas)



Fontes: SINAVAL – Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore - 2018 a 2025 – Notas de Imprensa

ABENAV – Associação Brasileira das Empresas de Construção Naval e Offshore

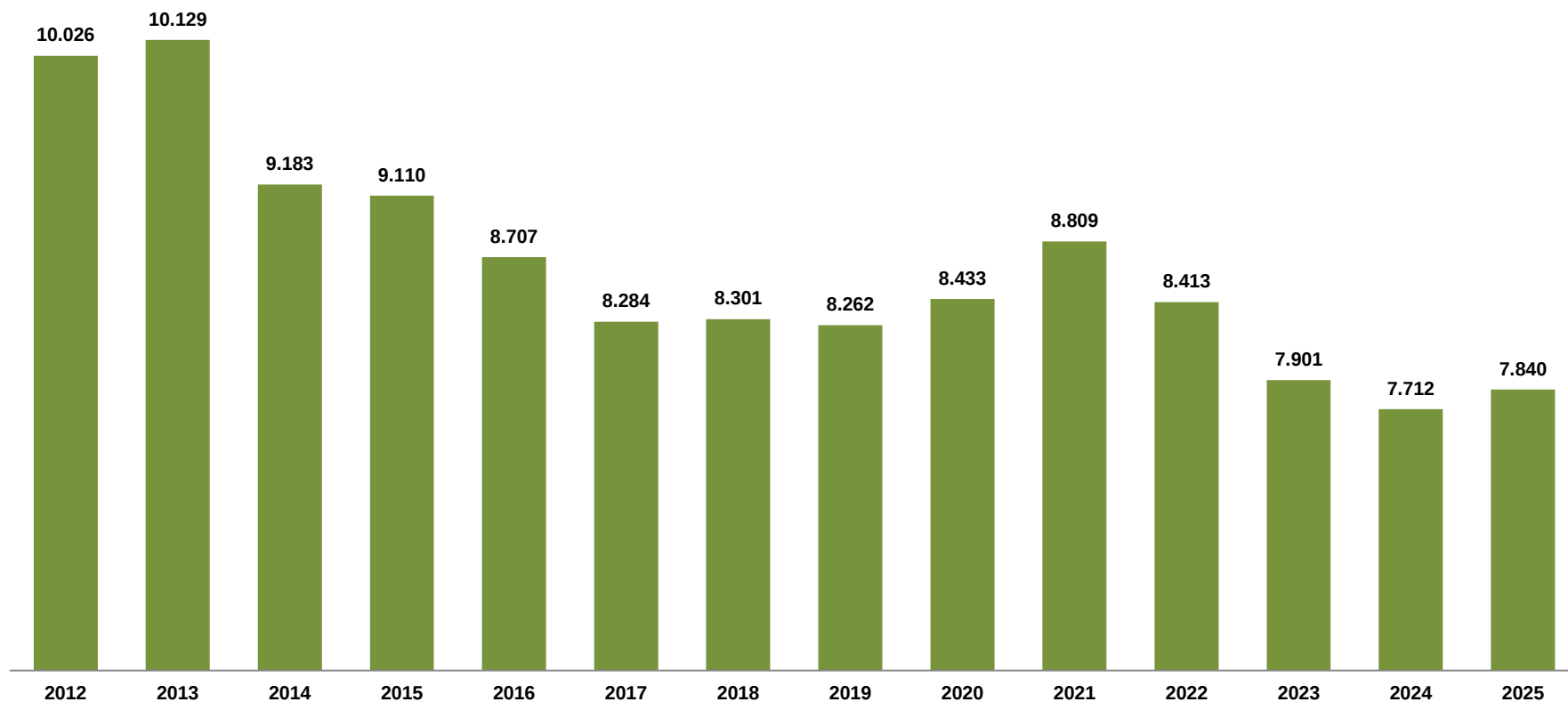
EMPREGO DIRETO NA INDUSTRIA AUTOMOTIVA SETOR DE AUTOVEÍCULOS (Pessoas)



Nota: Posição em 31 de dezembro de cada ano

Fonte: Anuário ANFAVEA

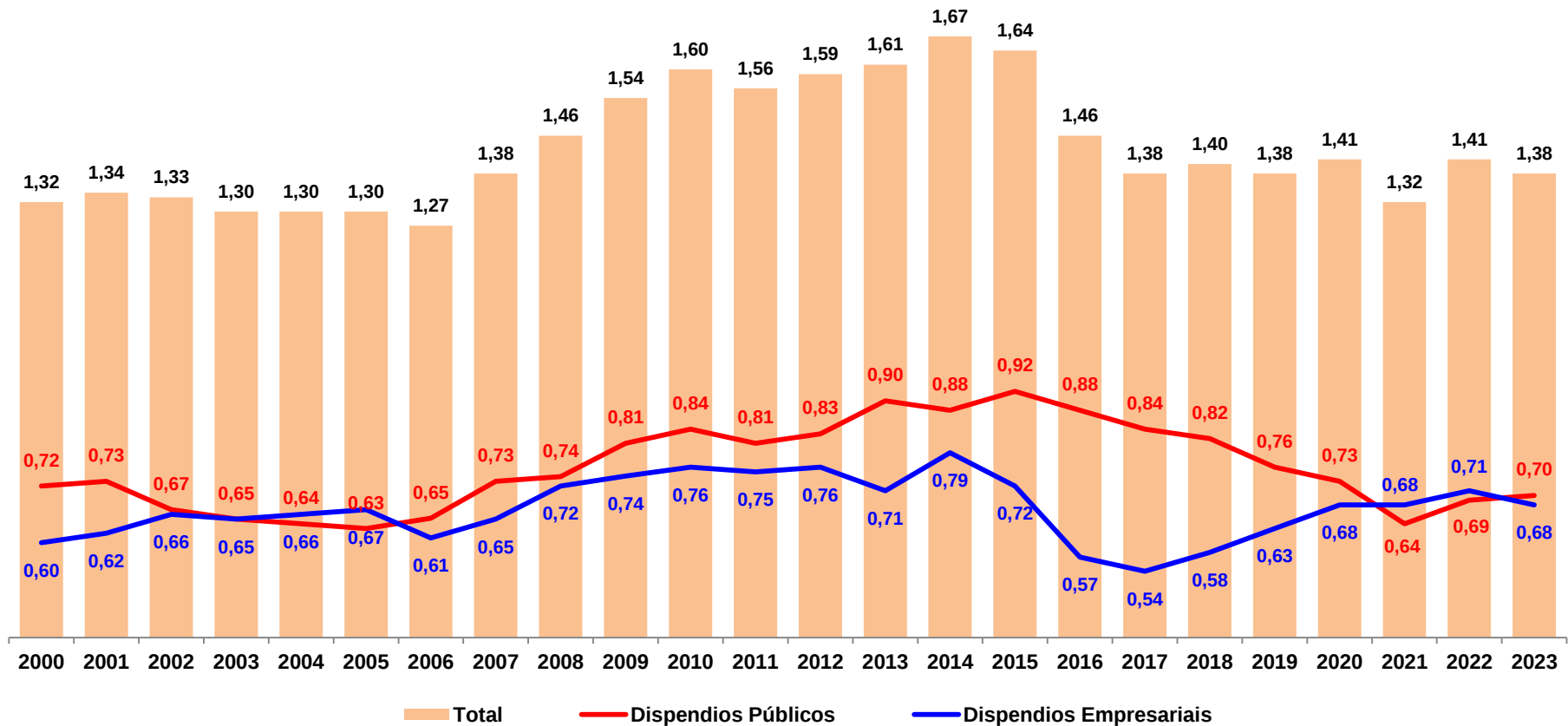
NÚMERO DE OCUPADOS NO SETOR PRIVADO NA AGRICULTURA (Milhares de pessoas)



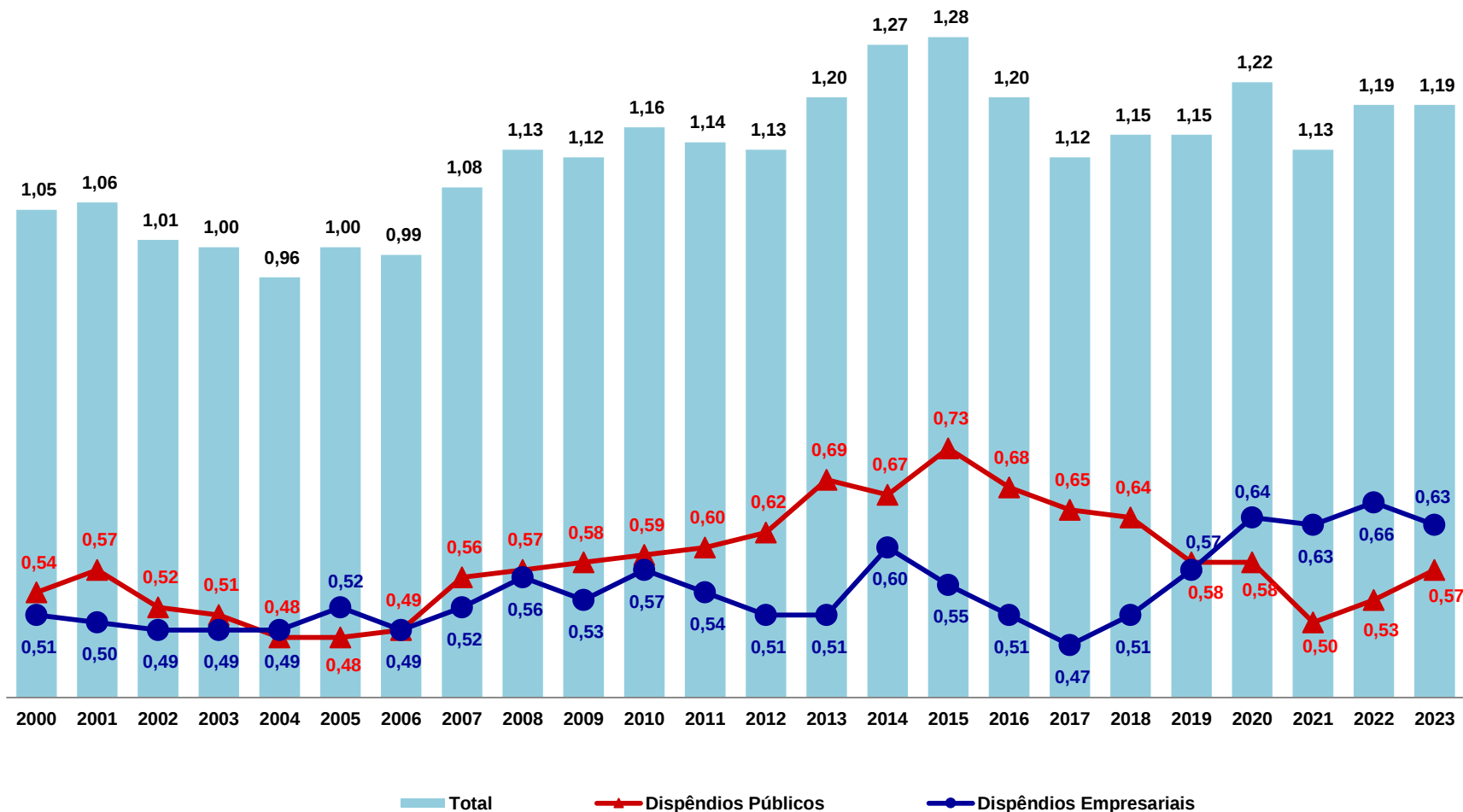
Fonte: PNAD Contínua

ANEXO 1 – CIÊNCIA & TECNOLOGIA

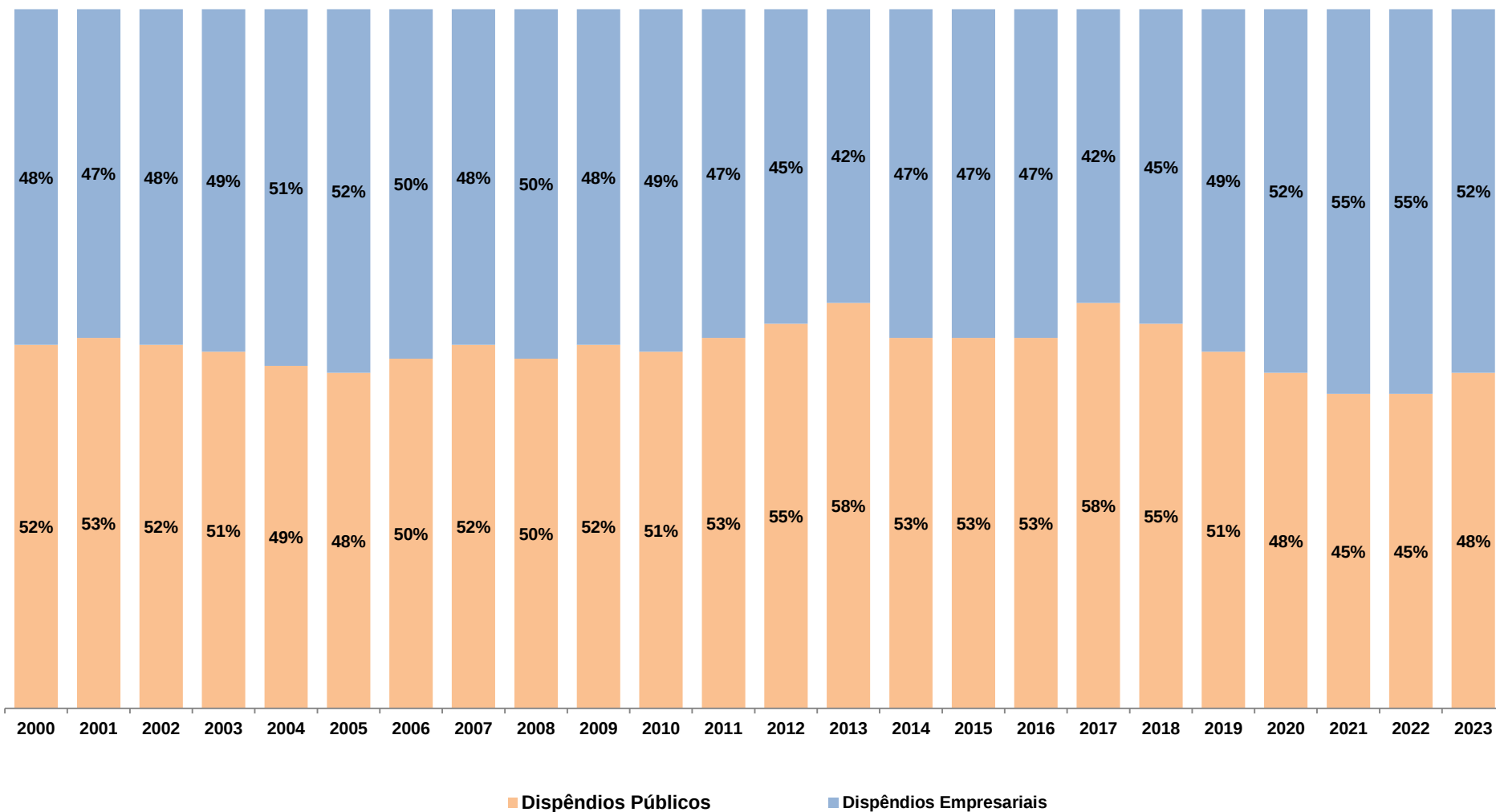
DISPÊNDIO NACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Em % do PIB)



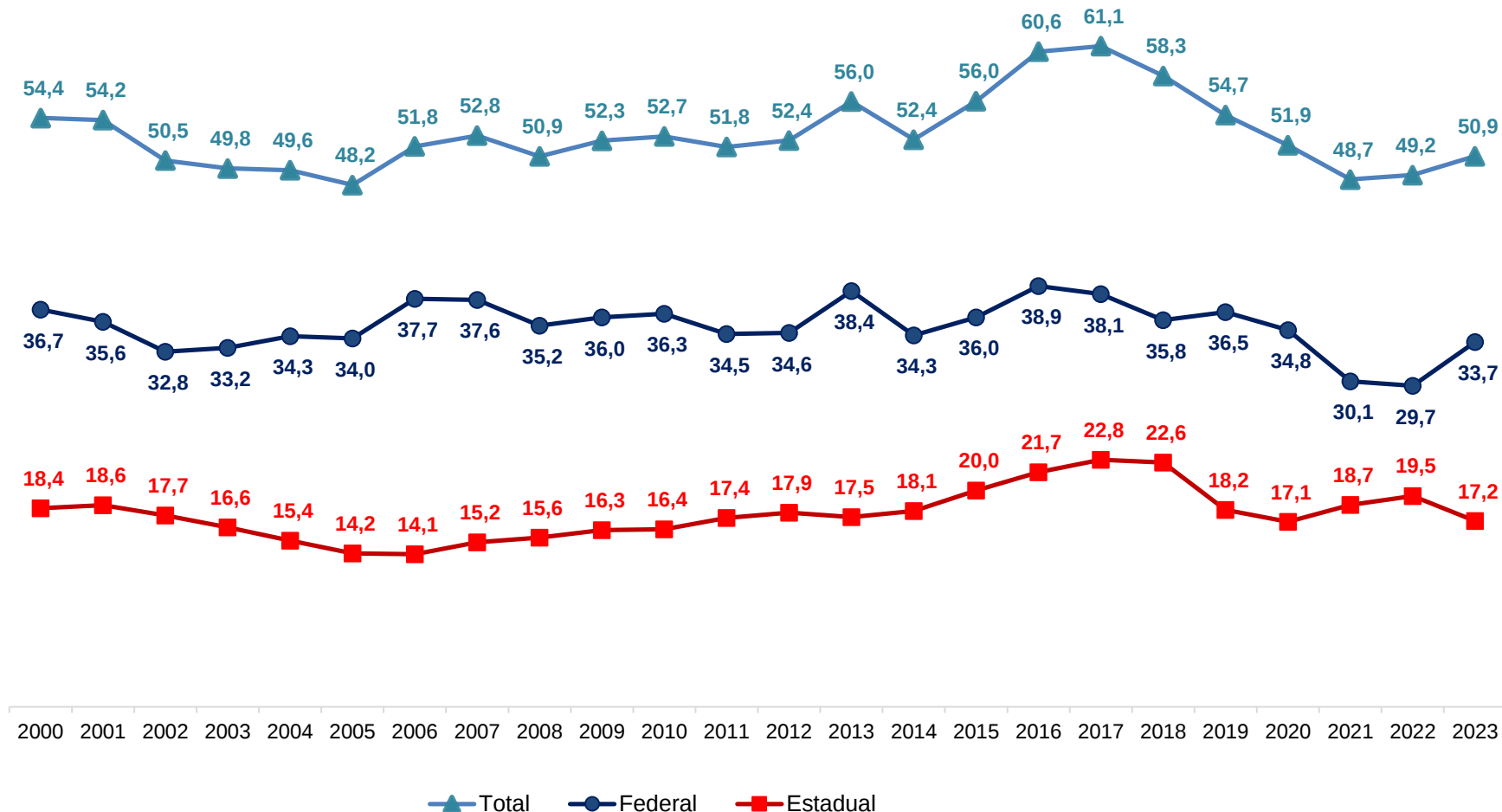
DISPÊNDIO NACIONAL EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO POR SETOR INSTITUCIONAL (Em % do PIB)



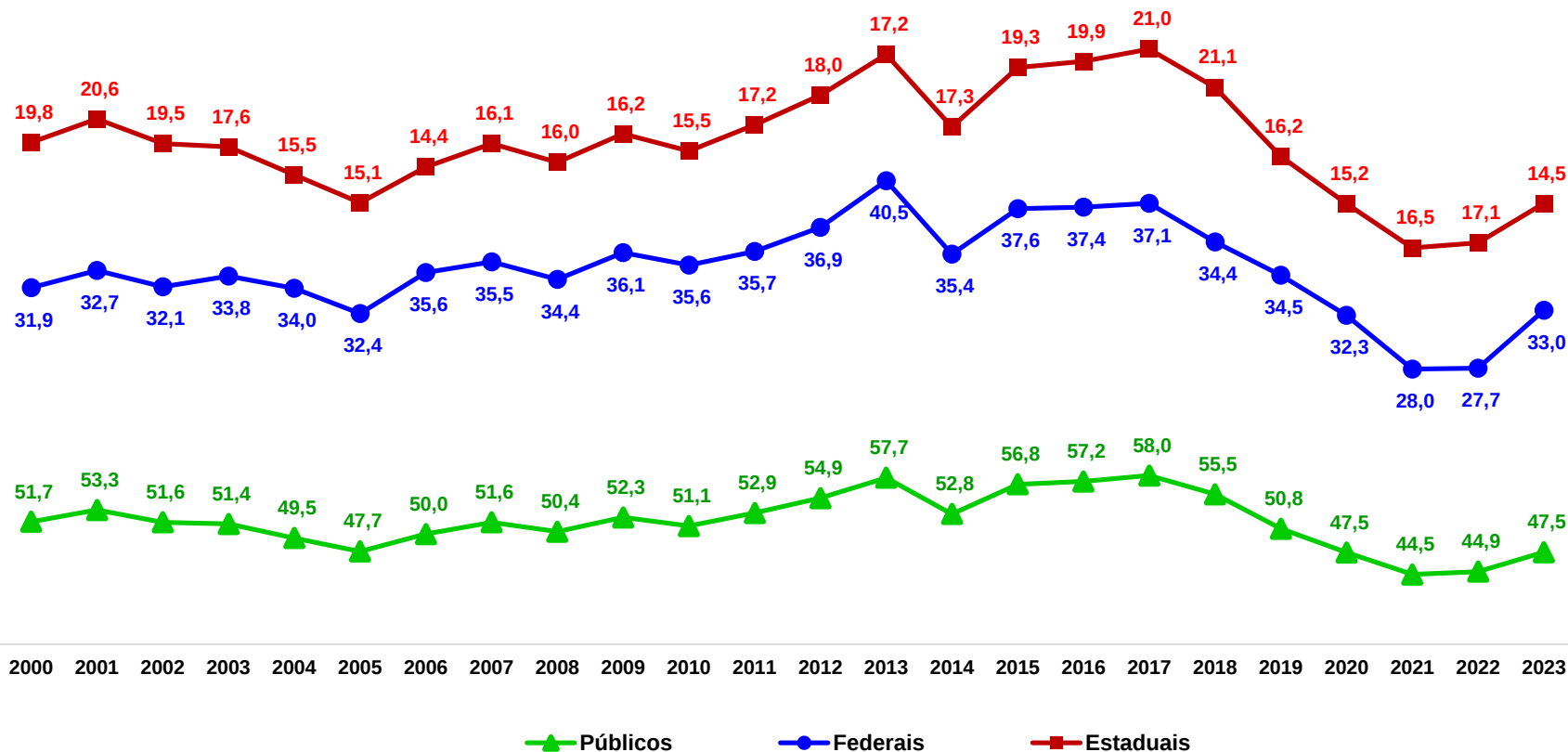
PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PÚBLICO E EMPRESARIAL NO DISPÊNDIO NACIONAL EM C&T (Em % do Total)



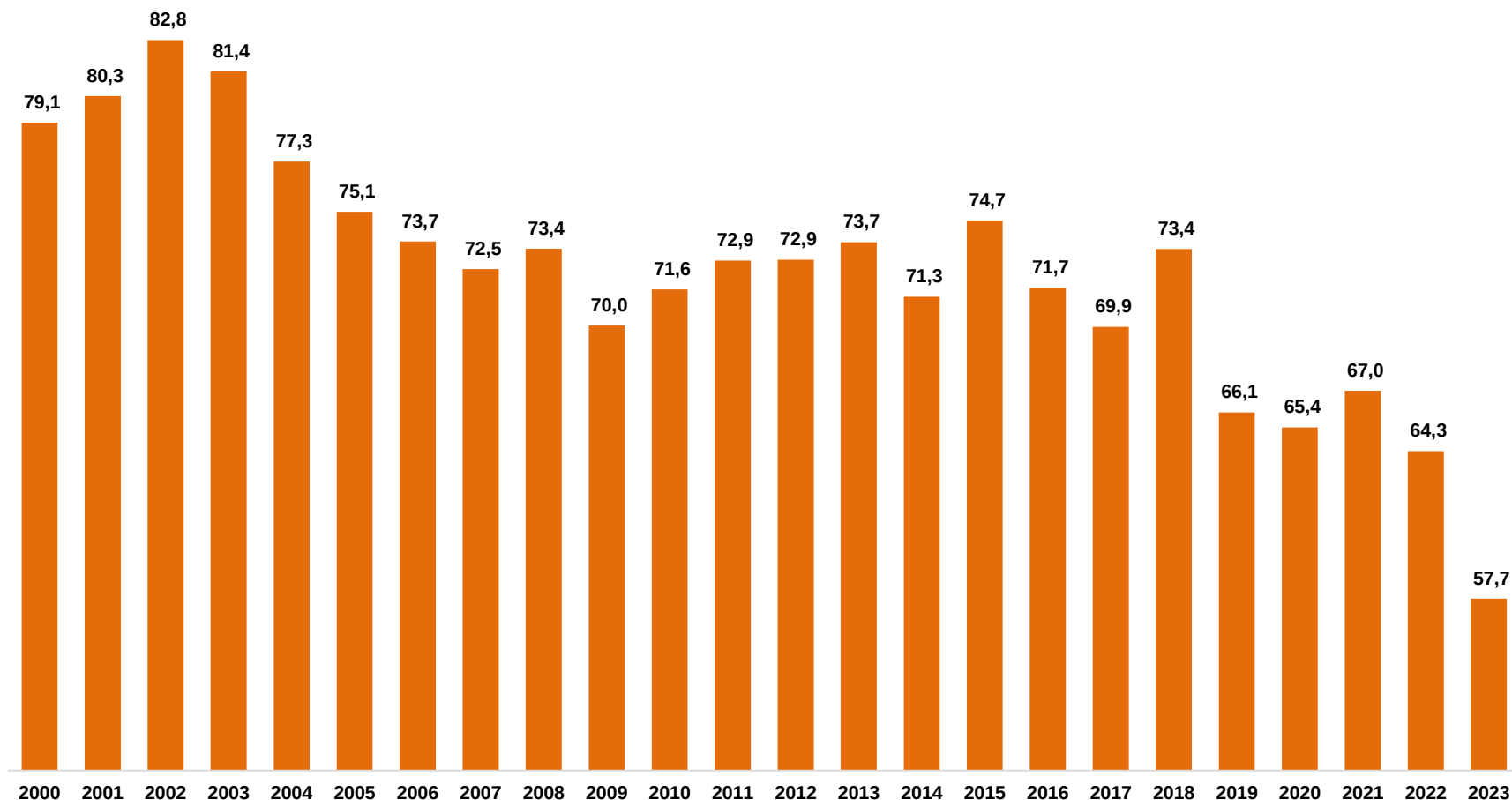
PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DOS ESTADOS NO DISPÊNDIO PÚBLICO EM C&T



PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL E DOS ESTADOS NO DISPÊNDIO PÚBLICO EM P&D (Em % do total)

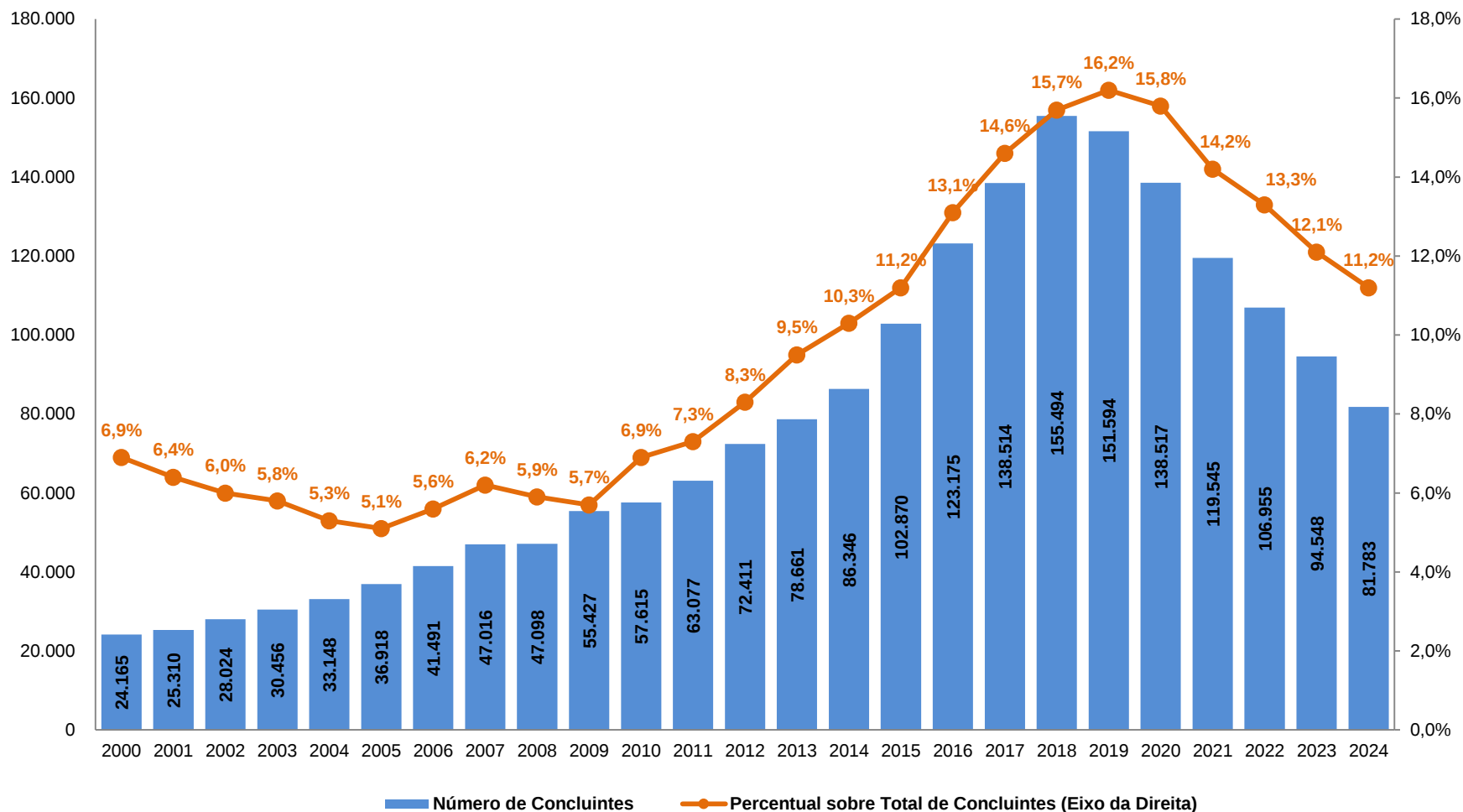


PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO NOS DISPÊNDIOS ESTADUAIS EM P&D (Em % do total)



Fonte: : Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2025 - MCTI

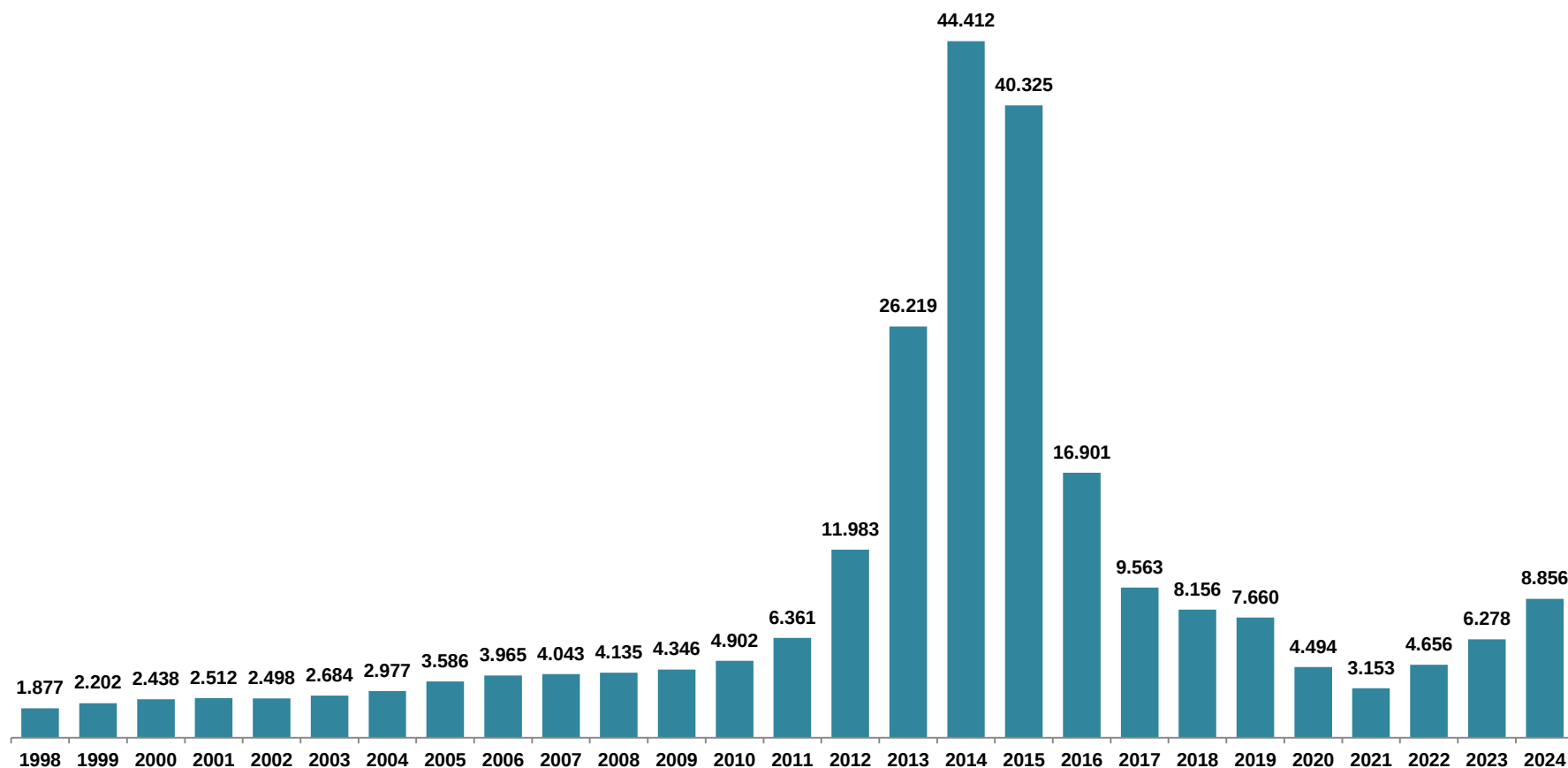
CONCLUINTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO NAS ENGENHARIAS 2000-2024



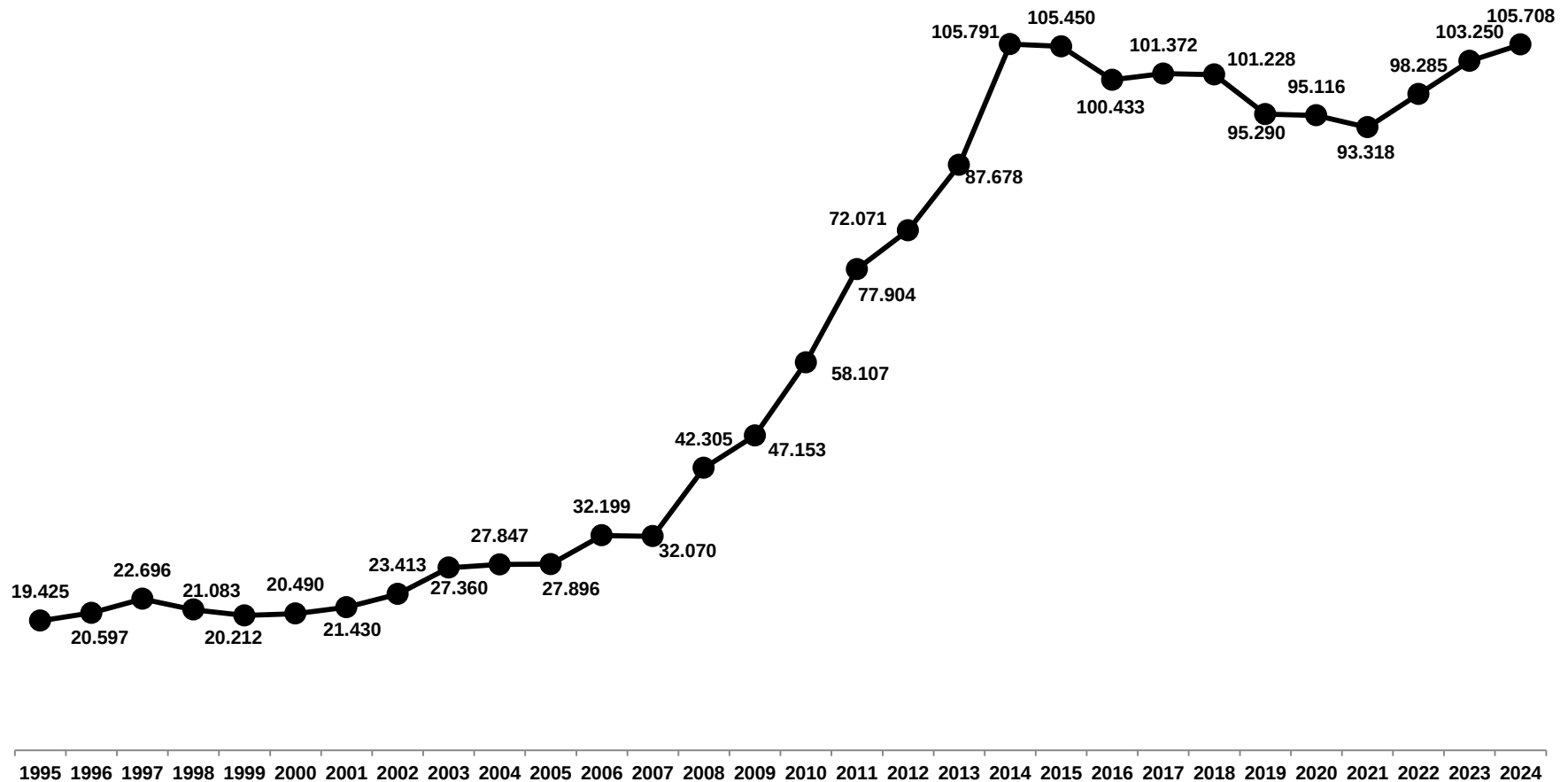
ALUNOS TITULADOS NOS CURSOS DE DOUTORADO, POR GRANDE ÁREA, 2000-2024

	Ciências						Engenharias	Linguística, letras e artes	Multidisciplinar
	Agrárias	Biológicas	Saúde	Exatas e da Terra	Humanas	Sociais Aplicadas			
2000	550	658	1.039	722	883	441	691	257	77
2001	721	53	1.112	785	1.012	478	750	324	108
2002	790	879	1.434	742	1.134	613	779	393	130
2003	1.027	989	1.564	905	1.269	736	994	415	195
2004	974	1.005	1.462	904	1.311	755	1.006	452	224
2005	1.116	1.095	1.682	967	1.482	813	1.064	496	277
2006	1.158	1.117	1.731	951	1.486	890	1.095	617	321
2007	1.217	1.154	1.798	988	1.689	810	1.184	710	365
2008	1.319	1.238	1.959	1.132	1.862	868	1.222	696	415
2009	1.424	1.269	2.125	1.119	1.954	952	1.284	732	509
2010	1.475	1.200	2.132	1.176	2.007	944	1.196	643	541
2011	1.513	1.289	2.384	1.224	2.168	980	1.346	752	665
2012	1.853	1.420	2.596	1.355	2.301	1.273	1.517	756	841
2013	2.088	1.559	2.963	1.502	2.681	1.334	1.579	928	1.016
2014	2.268	1.822	3.154	1.683	2.882	1.541	1.663	1.124	1.149
2015	2.427	1.897	3.451	1.812	3.239	1.625	1.967	1.210	1.369
2016	2.695	1.970	3.735	1.936	3.417	2.002	2.051	1.195	1.602
2017	2.664	2.023	3.968	2.126	3.726	2.235	2.019	1.312	1.978
2018	2.906	2.051	4.343	2.108	3.792	2.357	2.190	1.398	2.317
2019	2.859	2.151	4.352	2.152	4.120	2.464	2.254	1.639	2.431
2020	2.341	1.535	3.537	1.754	3.402	2.229	1.888	1.355	2.025
2021	2.385	1.635	3.777	1.795	3.639	2.378	1.947	1.401	2.128
2022	2.484	1.815	4.095	1.919	3.917	2.573	2.171	1.509	2.443
2023	2.508	1.918	4.329	2.082	4.391	3.088	2.229	1.665	2.731
2024	2.456	1.937	4.659	2.135	4.438	3.117	2.217	1.730	2.879

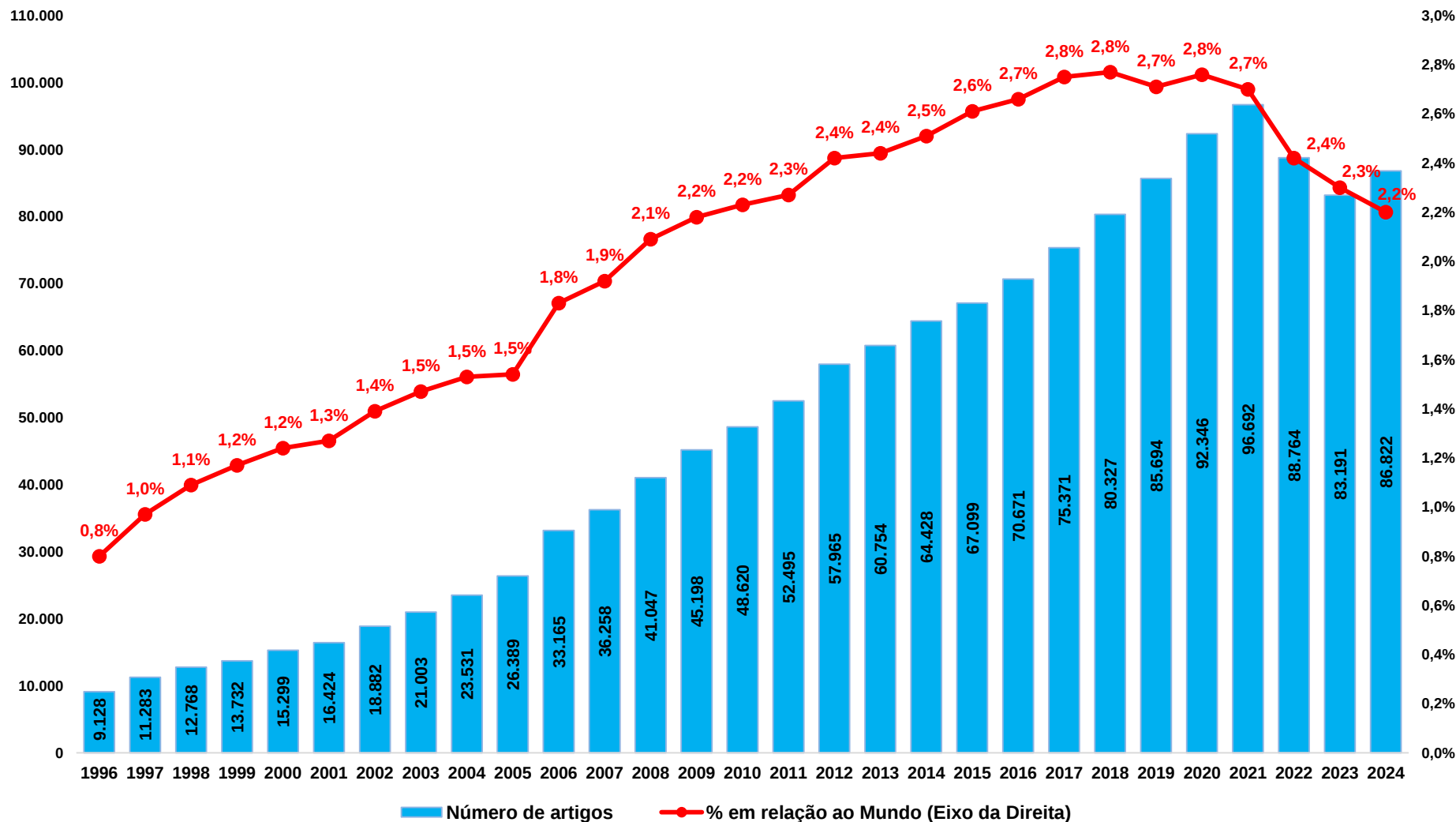
CAPES - TOTAL DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO CONCEDIDAS NO PAÍS 1998-2024



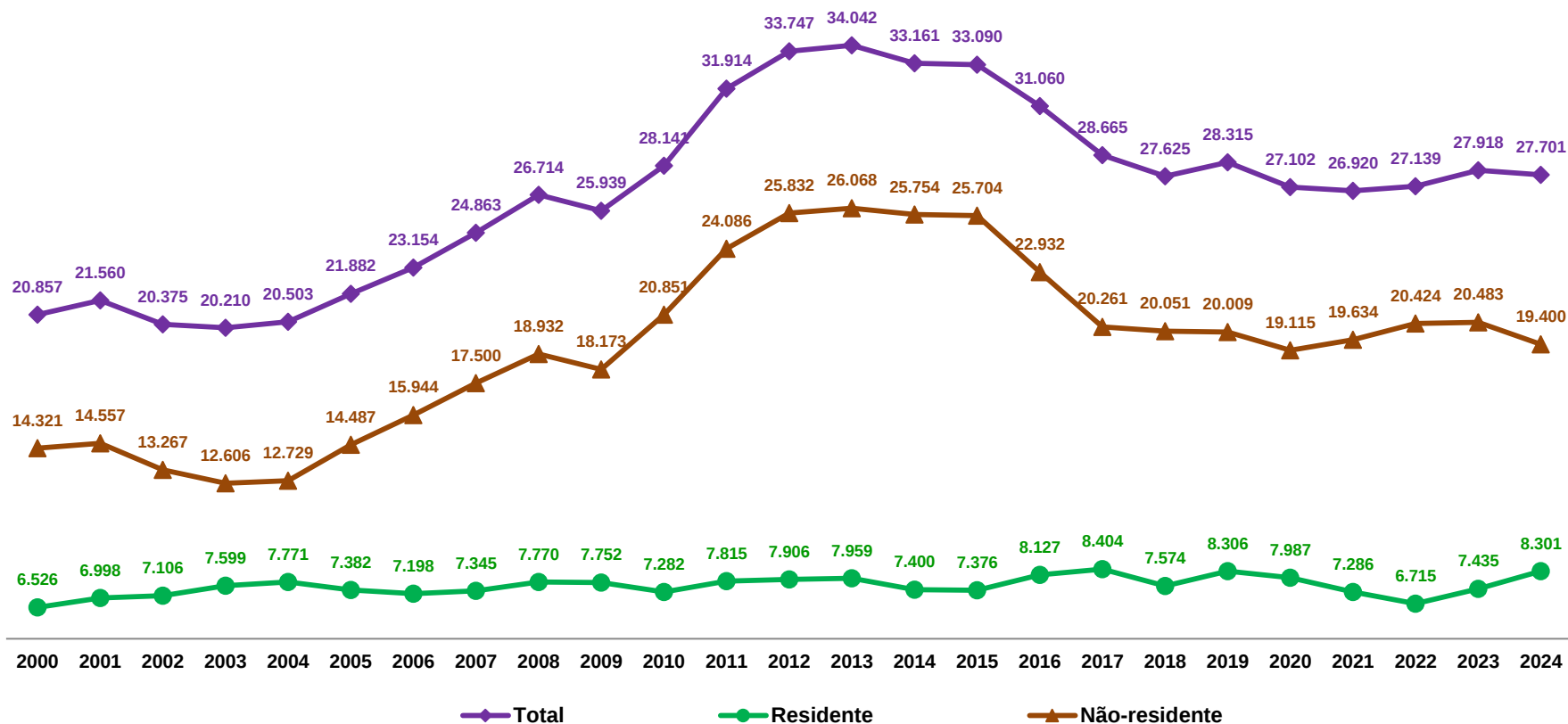
CAPES - TOTAL DE BOLSISTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR, 1995-2024



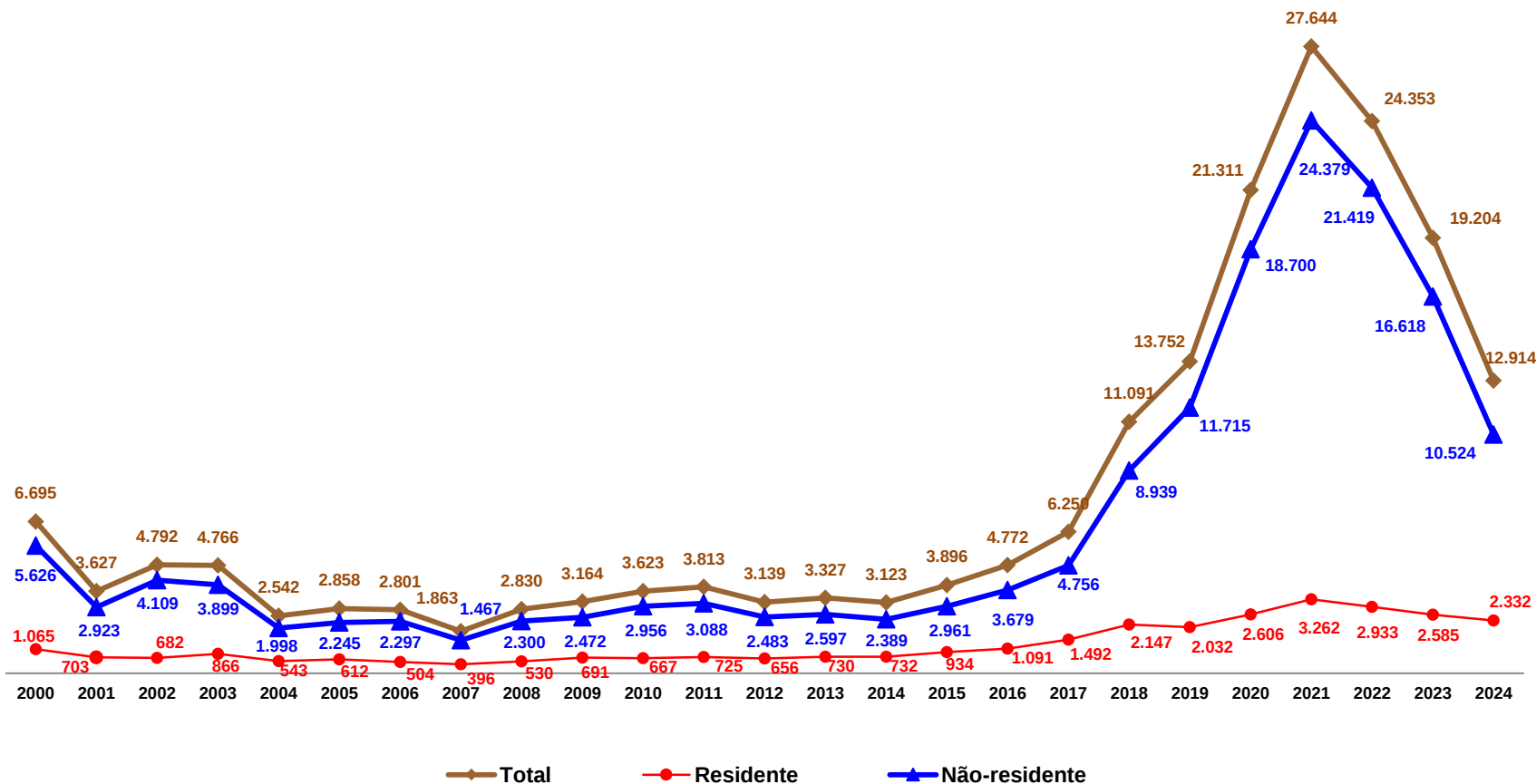
NÚMERO DE ARTIGOS BRASILEIROS INDEXADOS PELA SCOPUS E PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO MUNDO, 2000-2024



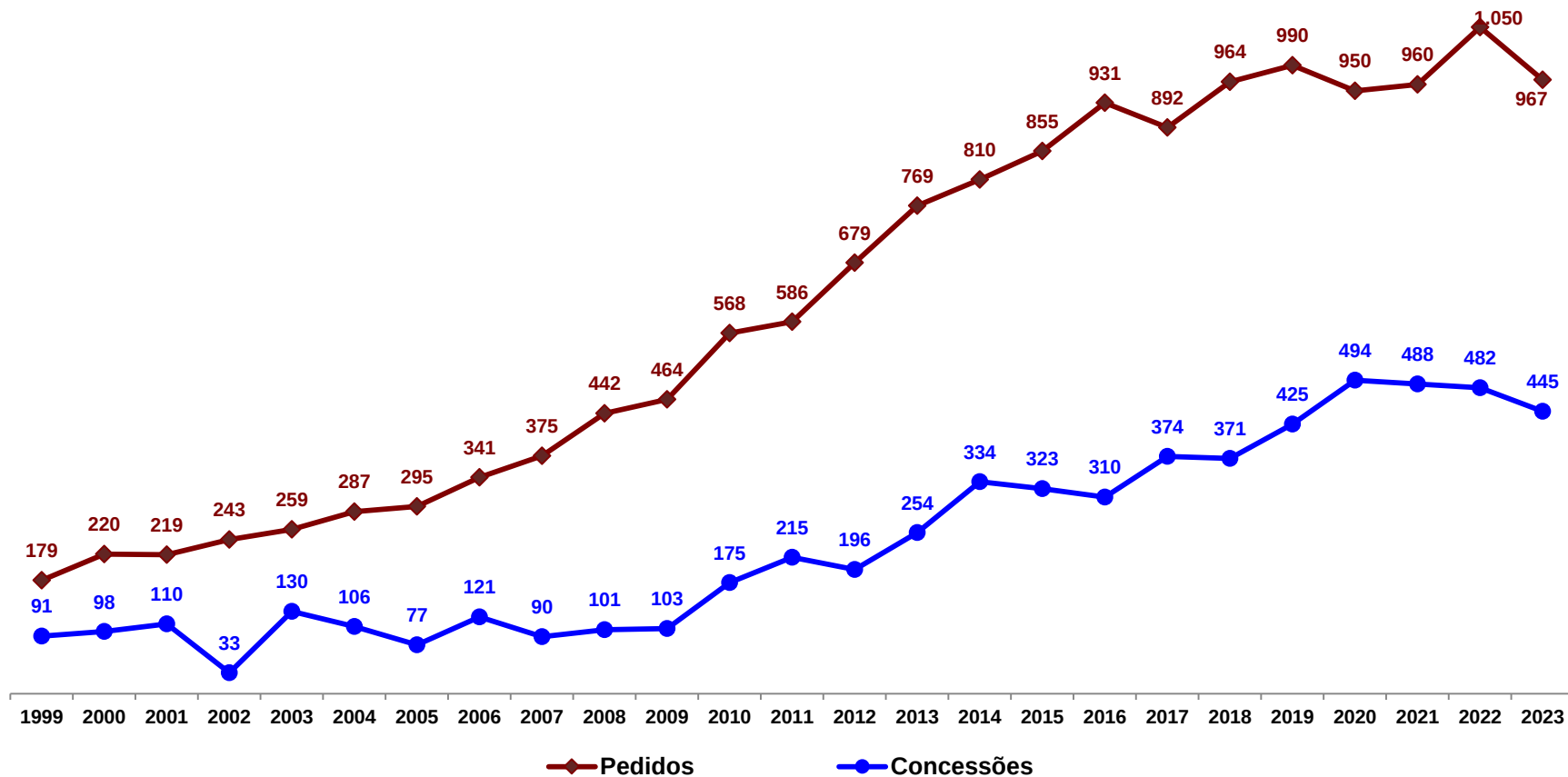
PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI) SEGUNDO ORIGEM DE DEPOSITANTE, 2000-2024



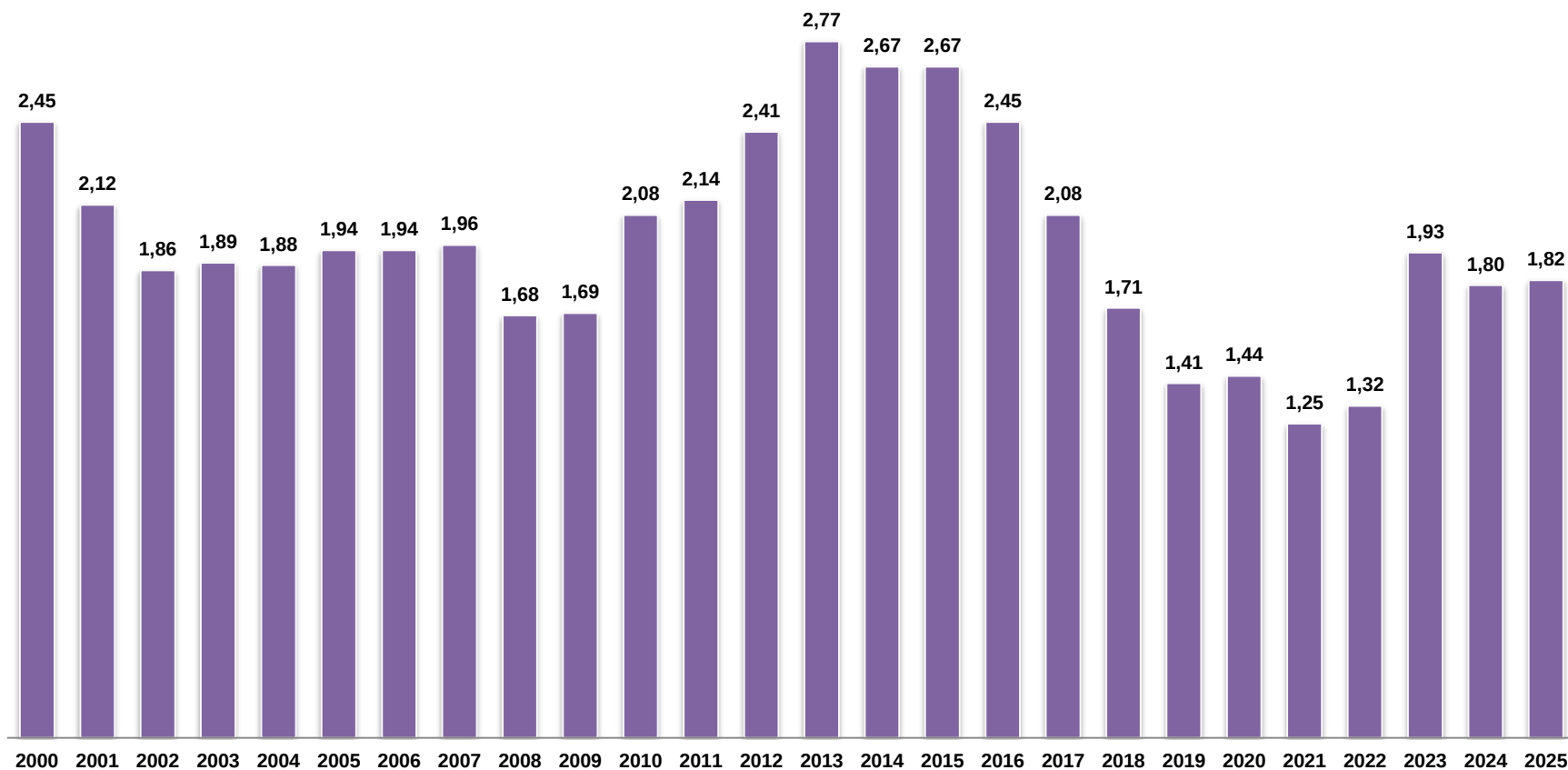
PATENTES CONCEDIDAS PELO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI), SEGUNDO ORIGEM DO DEPOSITANTE, 2000-2024



PEDIDOS E CONCESSÕES DE PATENTES DE INVENÇÃO JUNTO AO ESCRITÓRIO AMERICANO DE MARCAS E PATENTES, 1999-2023



ORÇAMENTO APROVADO DO CNPq (2000-2025) (R\$ Bilhões a preços constantes)



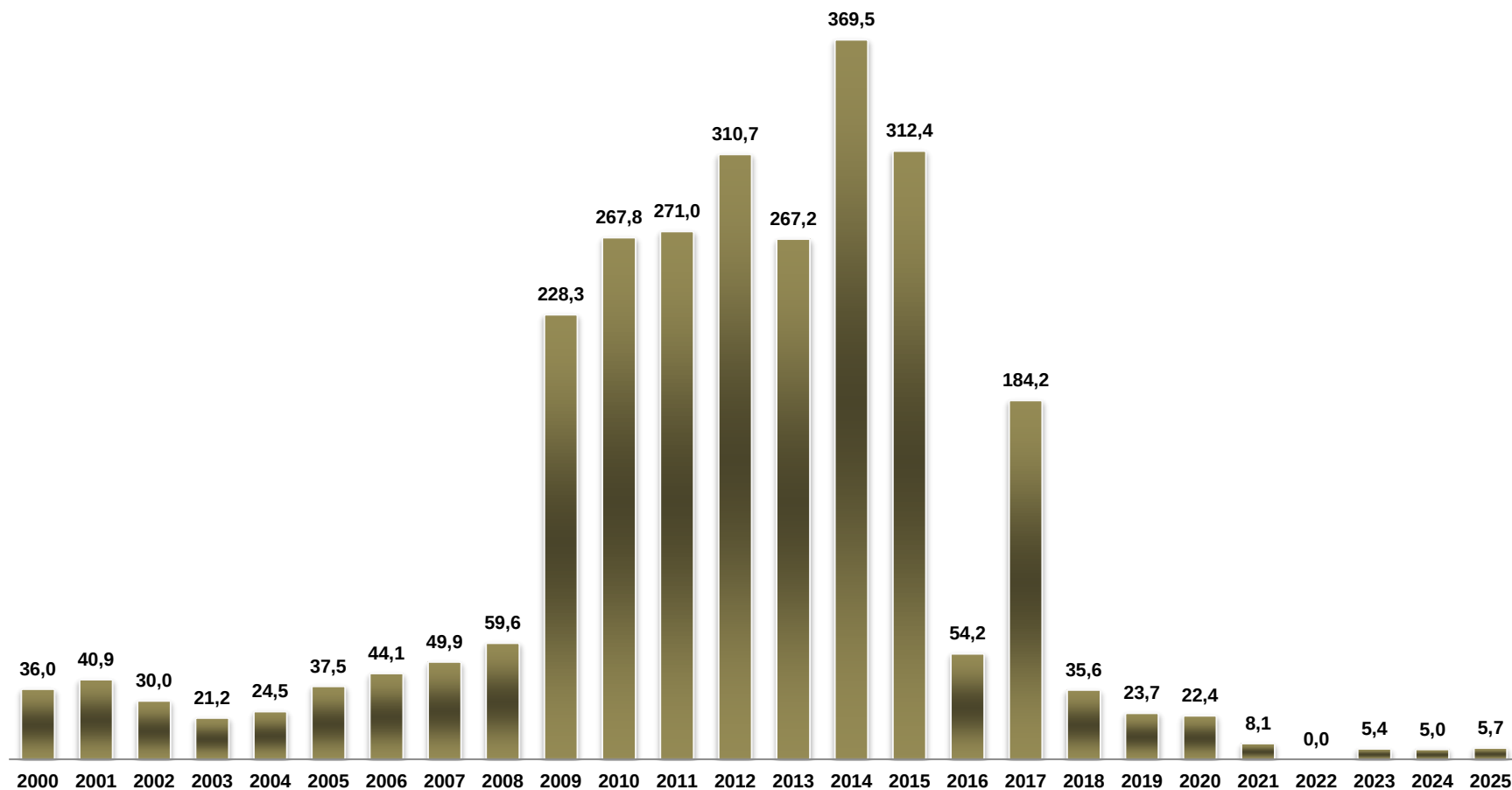
OBS: Todos os valores de receita foram corrigidos pela inflação acumulada no período. A principal fonte oficial de extração dos dados utilizada foi a plataforma do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Fonte: 2000 a 2021 - Ciências Sociais Articuladas – O orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: 22 anos de avanços e retrocessos.

Postado por OLB em 22/02/22 (Joyce Luz, João Feres Júnior e Debora Gershon)

2022-2025 - Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União

VALORES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DA CAPES (2000-2025) (R\$ Bilhões a preços constantes)



OBS:

a) Todos os valores de receita foram corrigidos pela inflação acumulada no período. A principal fonte oficial de extração dos dados utilizada foi a plataforma do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

b) Em 2021 a CAPES não recebeu nenhum recurso para a área de investimento;

Fonte: 2000 a 2021 - Ciências Sociais Articuladas – O orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: 22 anos de avanços e retrocessos.

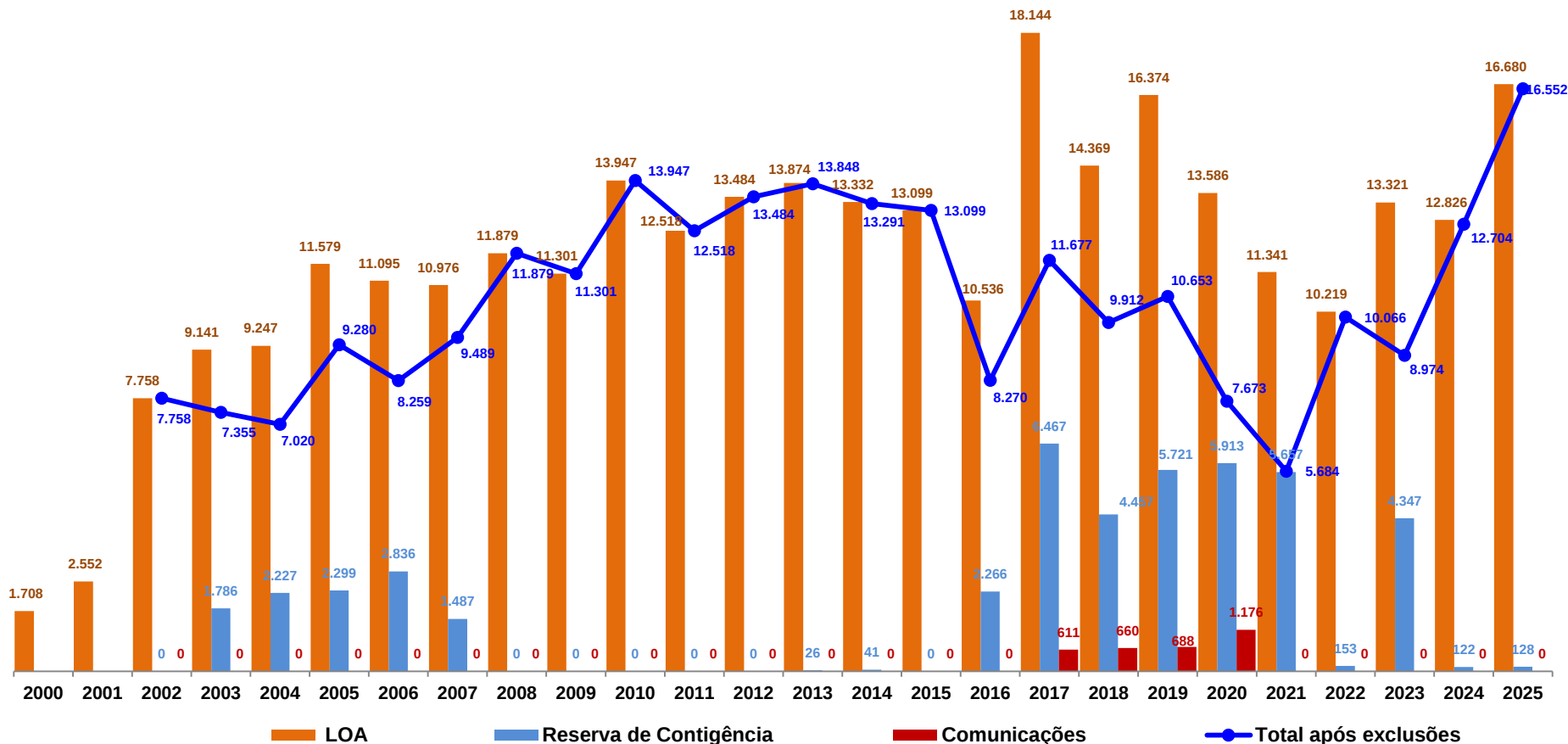
Postado por OLB em 22/02/22 (Joyce Luz, João Feres Júnior e Debora Gershon)

2022 -2025 - Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES – MCTI

LOA

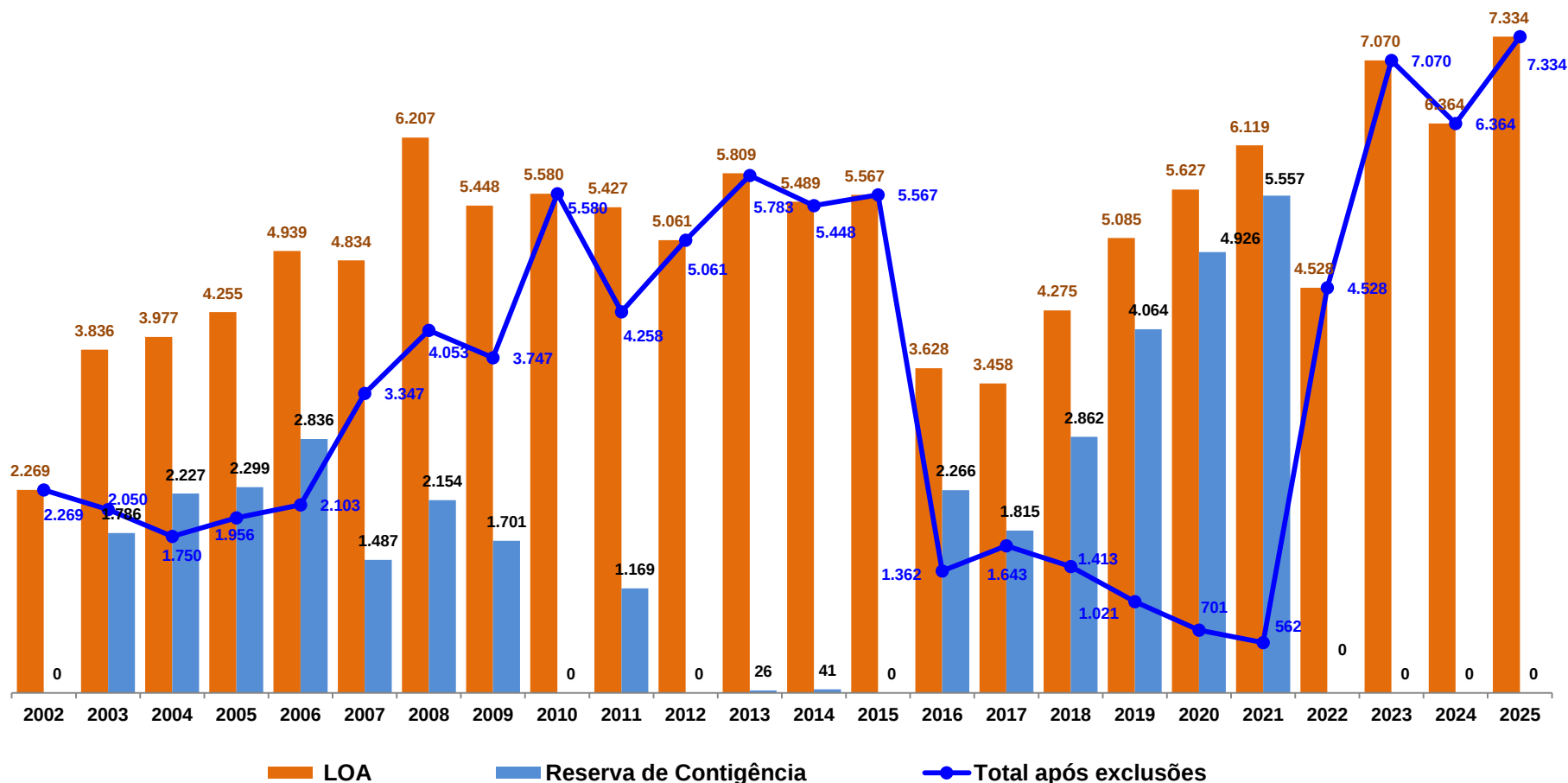
**Corrigida a valores correntes
(Em milhões)**



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT

LOA

**Atualizada a valores correntes
(Em milhões)**



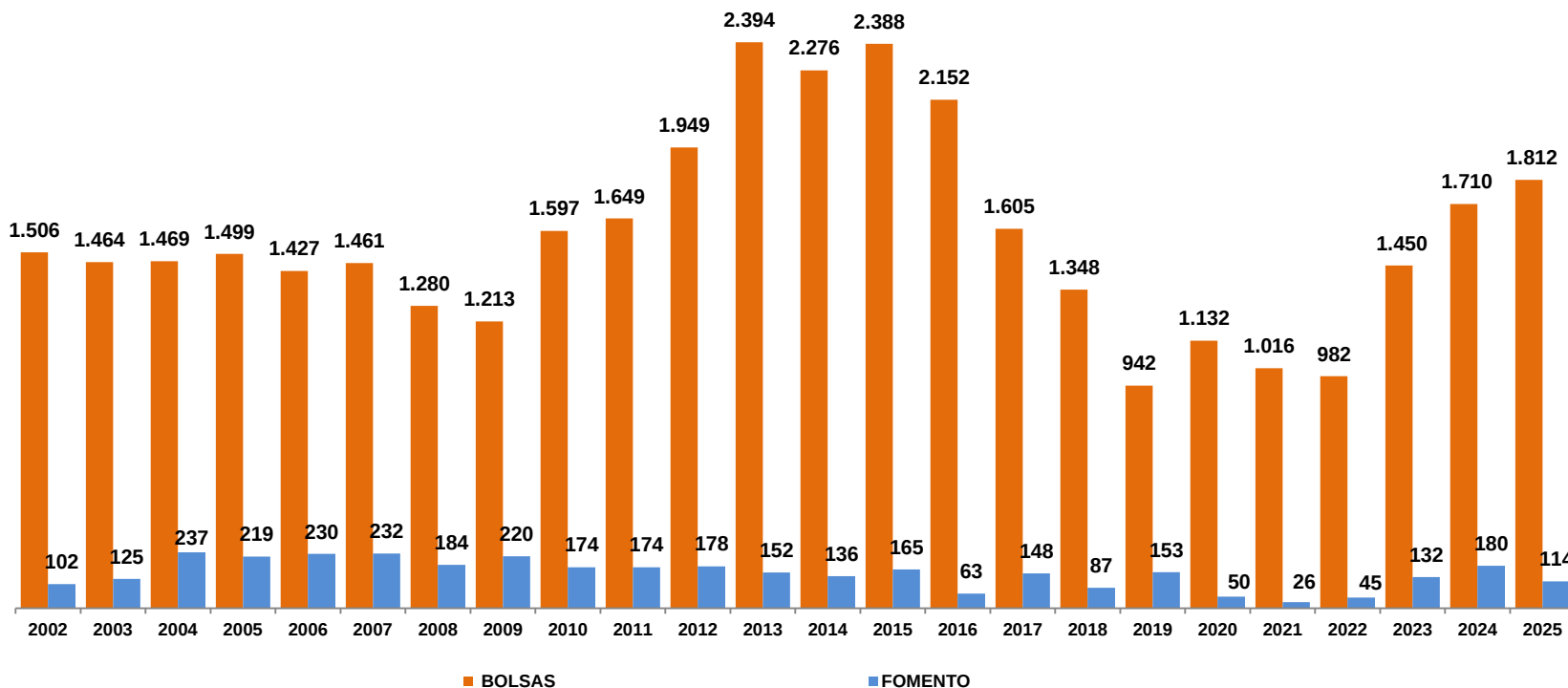
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq

BOLSAS E FOMENTO

LOA

Corrigida a valores correntes pelo IPCA

(Em milhões)

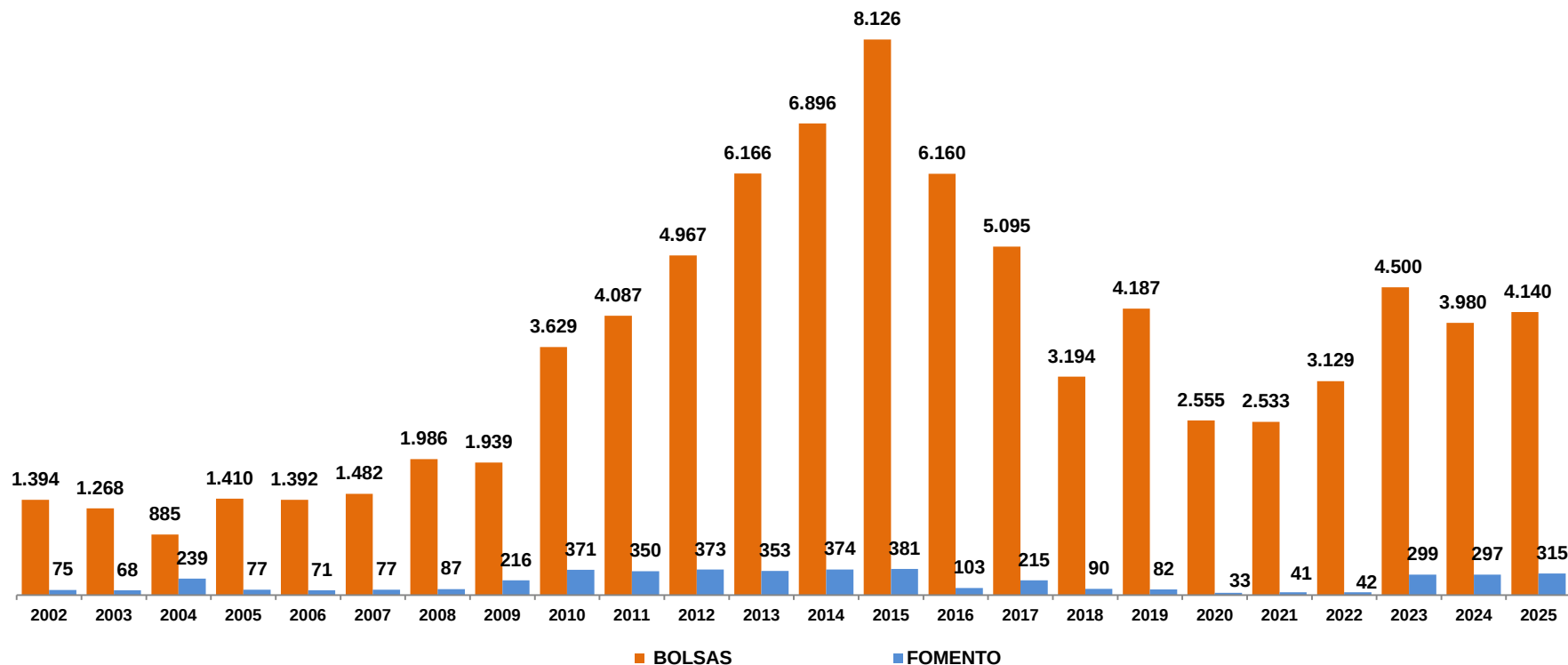


FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES

BOLSAS E FOMENTO

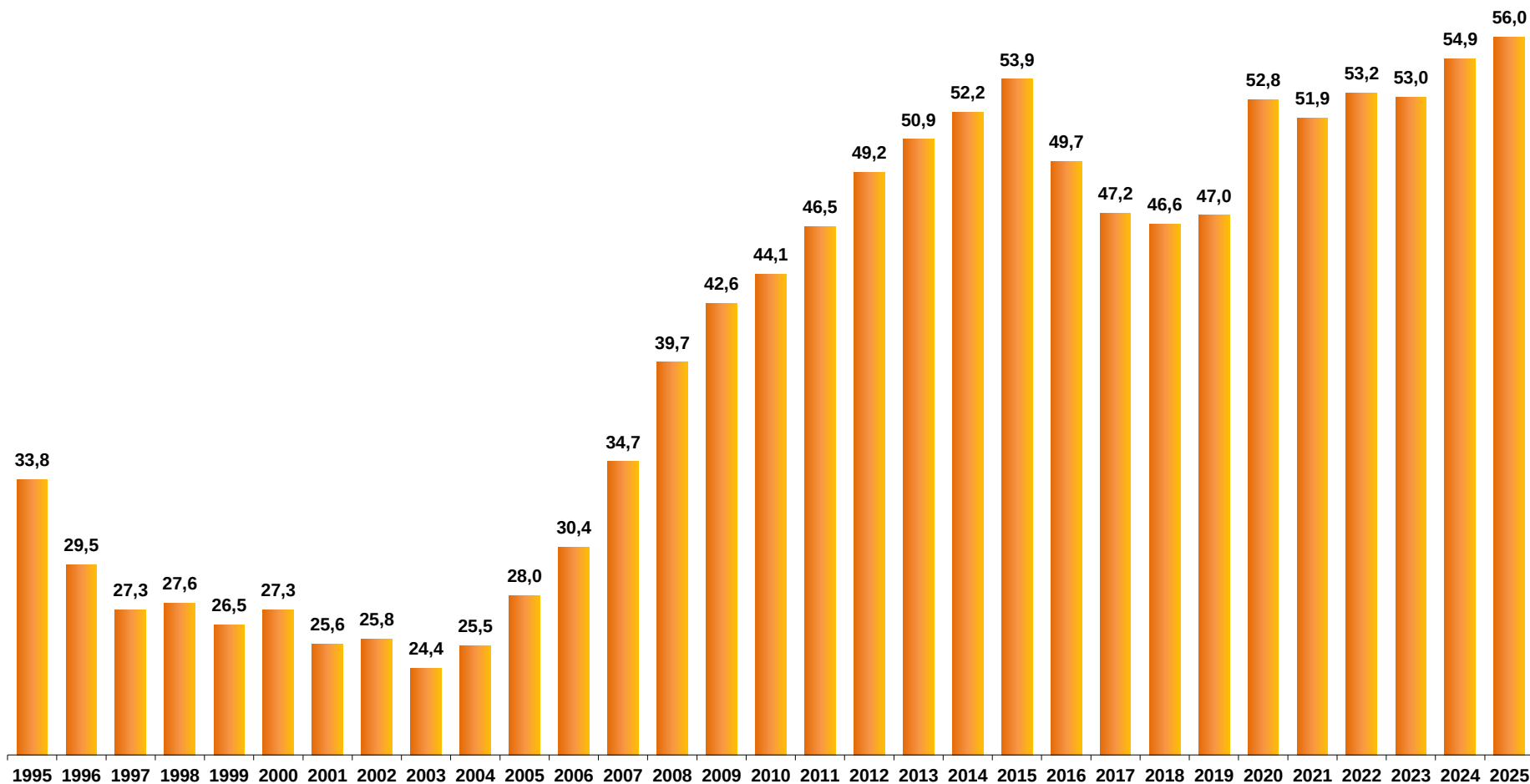
LOA

Corrigida a valores correntes pelo IPCA
(Em milhões)

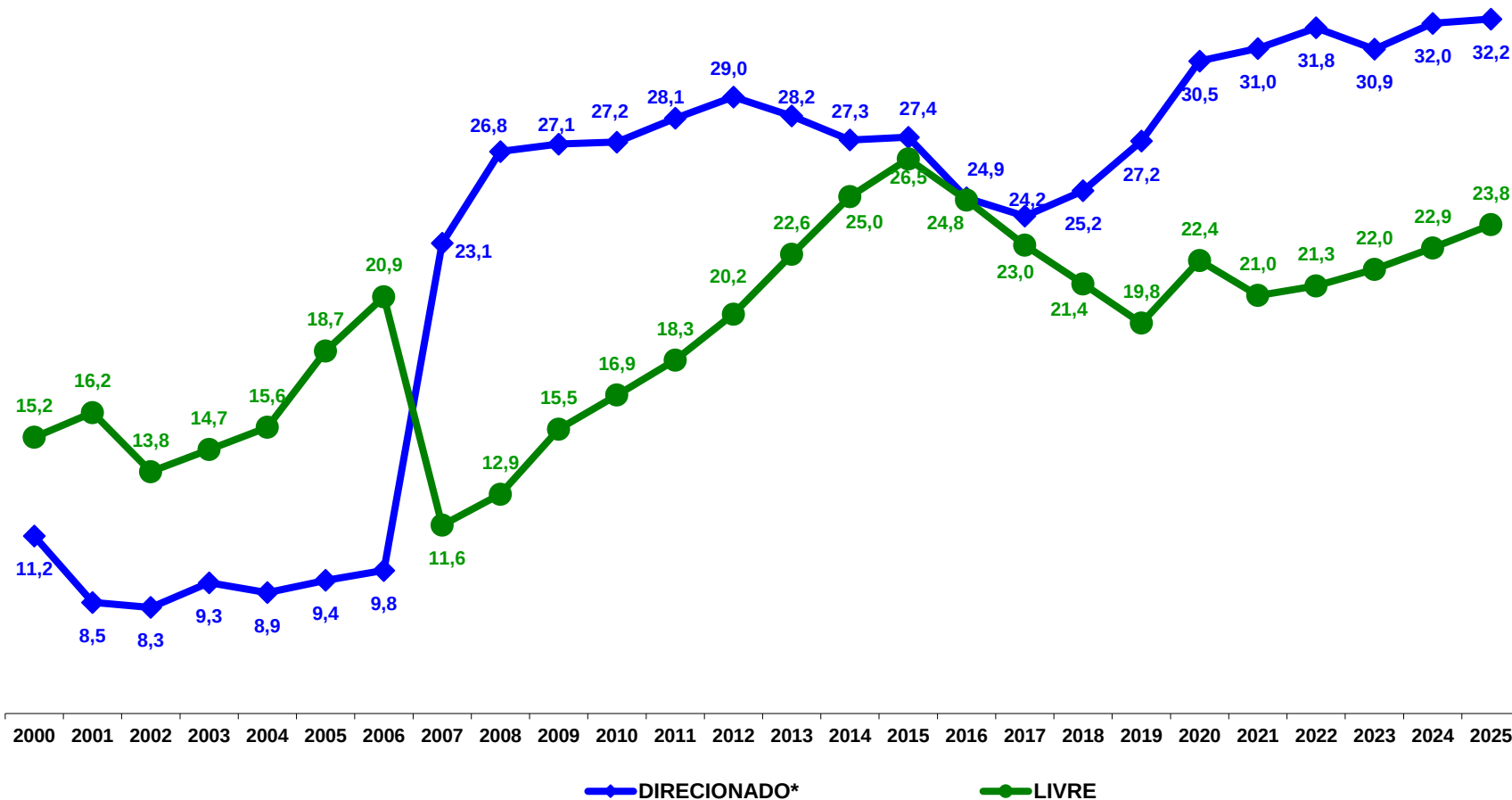


ANEXO 2 - CRÉDITO E FINANCIAMENTO

CRÉDITO TOTAL SALDO EM FINAL DE PERÍODO (% do PIB)



CRÉDITO – RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (%PIB)

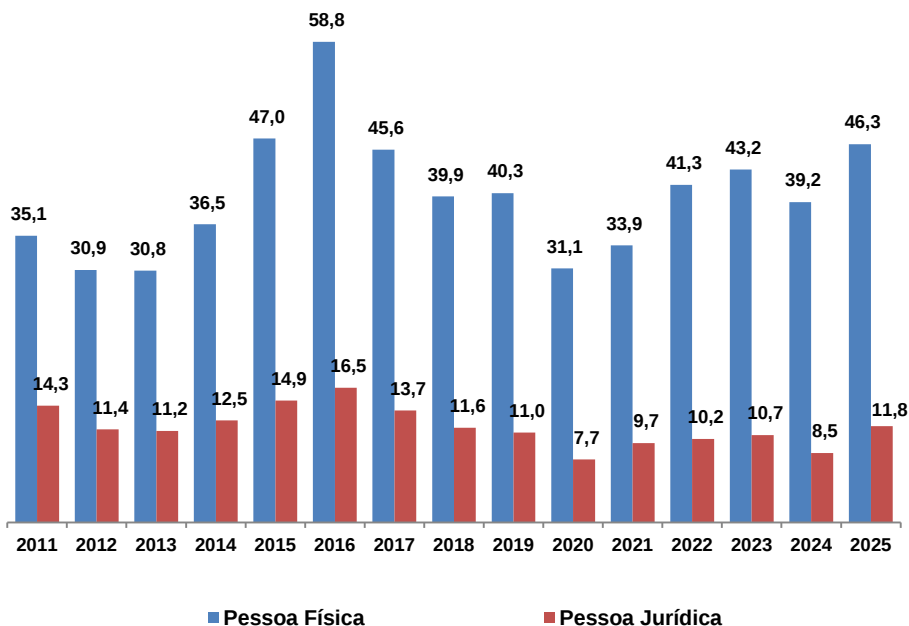


* Abrangem tanto as operações diretas e os repasses do BNDES como as aplicações obrigatórias de todos os bancos em crédito rural e habitacional

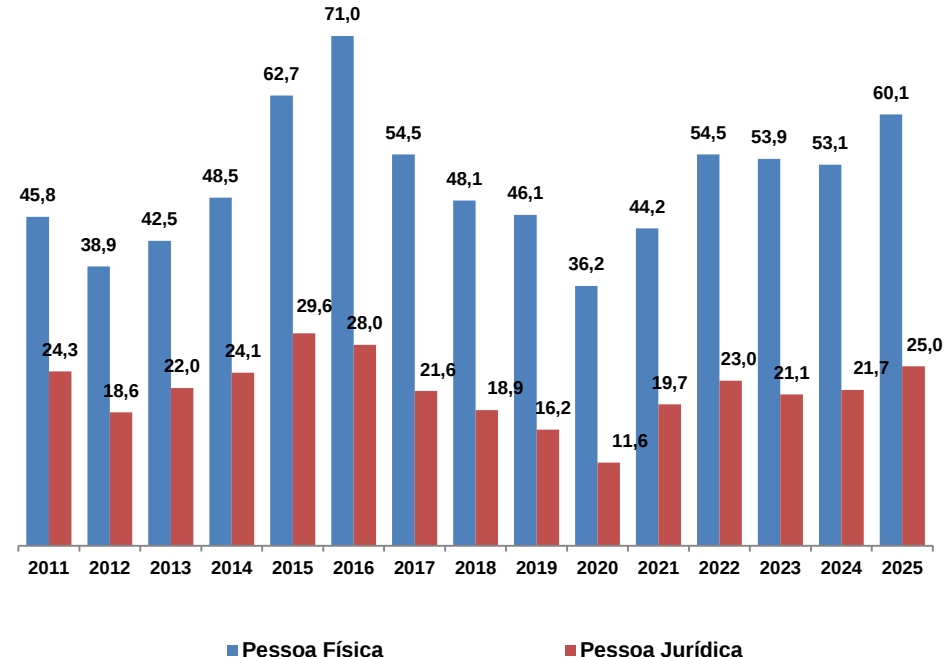
Fonte: BCB

RECURSOS LIVRES - TAXA DE JUROS E SPREADS (Final de período)

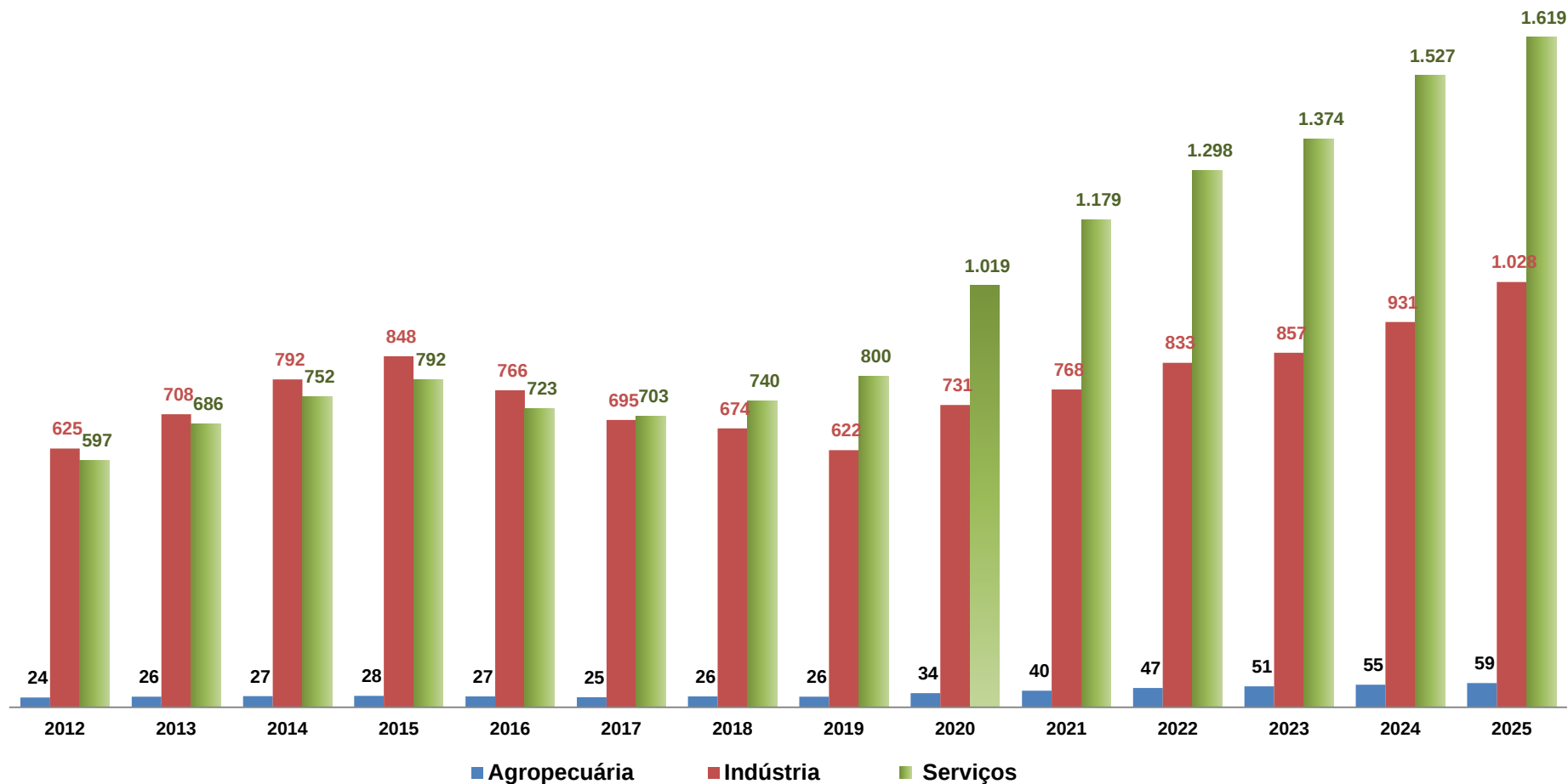
SPREADS (p.p)



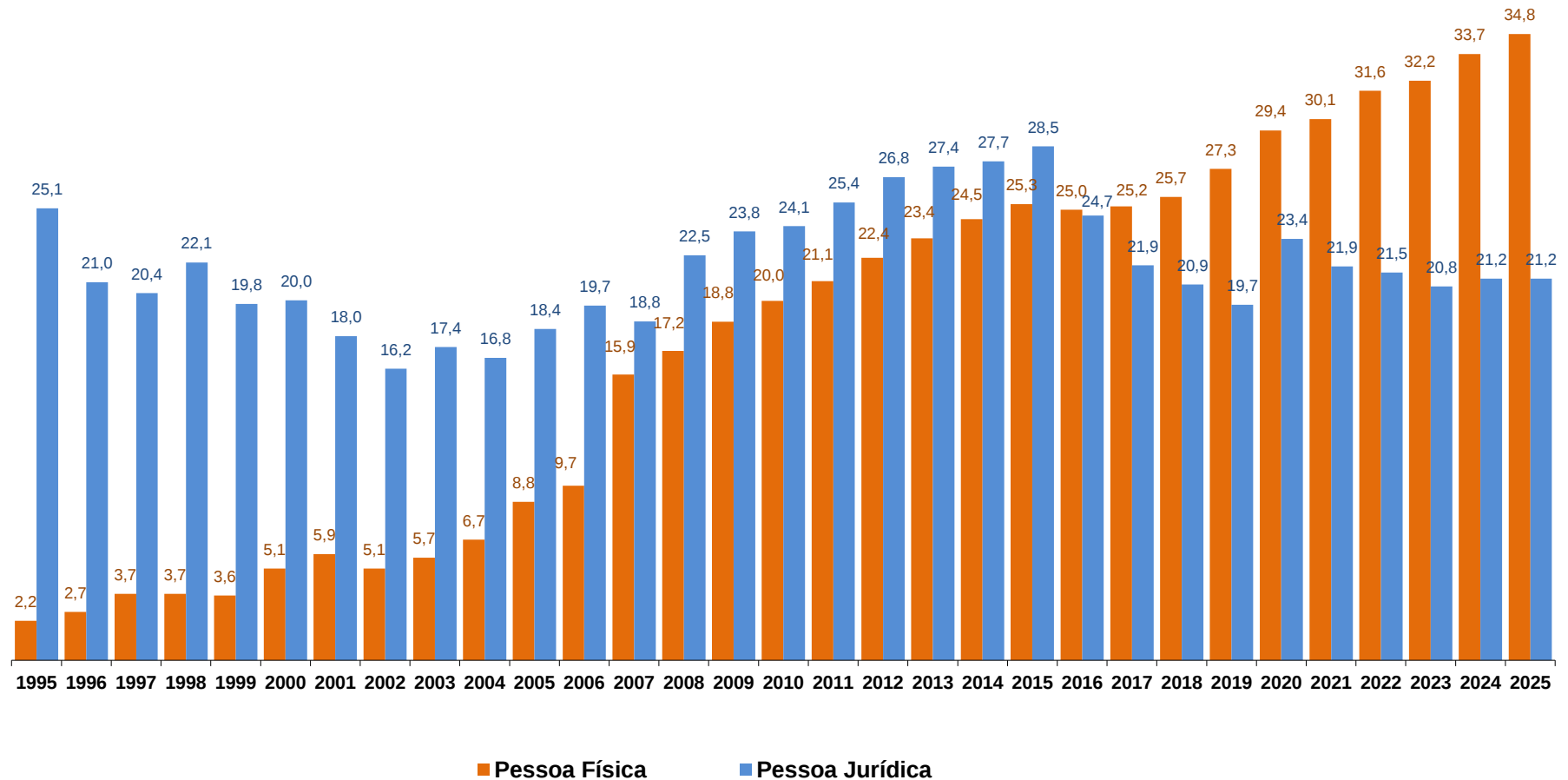
TAXA DE JUROS (%a.a)



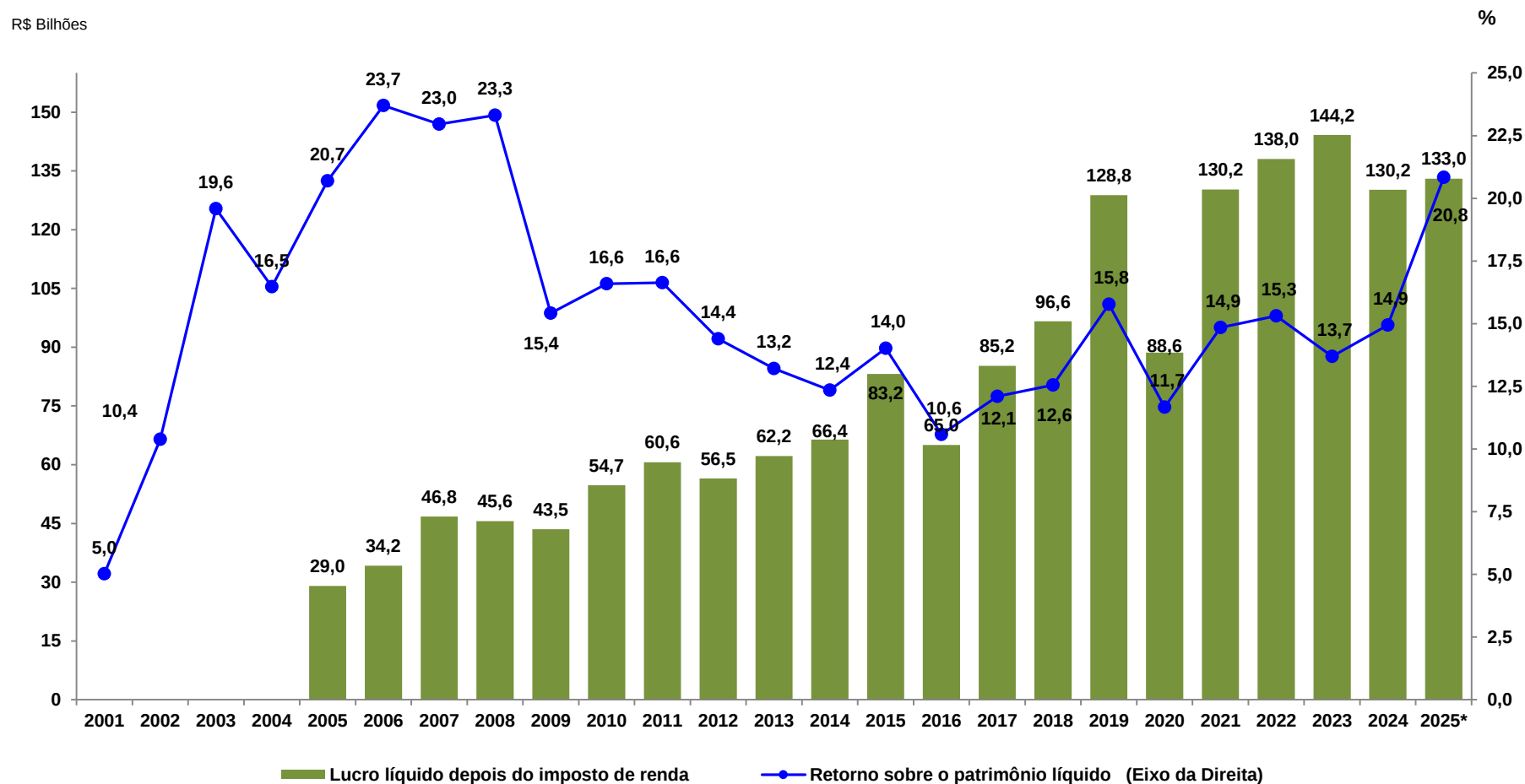
CRÉDITO POR SETORES (Em R\$ Bilhões - Final de período)



CRÉDITO A PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS Saldo em final de período (% do PIB)



INDICADORES DE SOLIDEZ FINANCEIRA DO SETOR BANCÁRIO



* Os dados de 2025 correspondem aos resultados dos seis maiores bancos (Itaú/Bradesco/Brasil/BTG/NU/Santander). A queda do Banco do Brasil para a terceira posição foi motivada pela redução do lucro líquido em relação a 2024 (- 45,4%), derivada da elevada inadimplência do agronegócio.